

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia



Dissertação

A construção social do mercado de sementes agroecológicas na Região Sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado

Ramão Correa

Pelotas, 2015

Ramão Correa

A construção social do mercado de sementes agroecológicas na Região Sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Elaine da Silveira Leite

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C824c Correa, Ramão

A construção social do mercado de sementes agroecológicas na região sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado / Ramão Correa ; Elaine da Silveira Leite, orientadora. — Pelotas, 2015.

159 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Construção social. 2. Mercados. 3. Estado. 4. Sementes agroecológicas. I. Leite, Elaine da Silveira, orient. II. Título.

CDD : 301

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Ramão Correa

A construção social do mercado de sementes agroecológicas na Região Sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 23/04/2015

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Elaine da Silveira Leite (Orientadora)
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)

Prof. Dr. Romerio Jair Kunrath
Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Sérgio Botton Barcellos
Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Willian Héctor Gómez Soto
Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

*Dedico essa dissertação a três pessoas;
Minha mãe Glaci, de quem, por toda vida, ouvi palavras de amor e motivação;
Meu pai Salvador, com quem aprendi a sentir saudades, e;
À Tanise, companheira de todas as horas e com quem decidi dividir a vida.*

AGRADECIMENTOS

Os anos de 2011 e 2012 foram especiais na minha vida. Em agosto de 2011 conclui a graduação em Serviço Social na Fundação Educacional Machado de Assis, na cidade de Santa Rosa – RS, e o que parecia tão distante se materializou: estava formado, e num segundo meus professores, a quem tanto admirava, passaram a me chamar de colega. Todo o esforço dos meus pais, e mesmo o meu, havia sido recompensado: eu era assistente social.

No início de 2012 fui aprovado em concurso público e passei a trabalhar como assistente social no Instituto Federal Sul-rio-grandense na cidade de Bagé. Ser aprovado em um concurso, por si só, foi uma alegria, mas essa etapa de minha vida trouxe consigo algo inesperado, pois parte de minha família se reencontrou naquela cidade após 20 anos distantes, e essas são as pessoas a quem devo meu primeiro agradecimento; obrigado tia Vera Brum, tio Geolar (*in memoriam*), Gildemar, Paulo Roberto, Junior, Ana Claudia, Maria Celisa, Alessandro, o pequeno Théo, Edite e Betinho, por terem aberto as portas de suas casas e acolhido um “estranho”.

Em Bagé uma nova etapa iniciou-se. Construí amizades que levarei para sempre, mas duas são especiais: Mauro Castro Martins, amigo e camarada com quem compartilho a visão de mundo e muitas convicções ideológicas formadas nas dificuldades e nas superações, e Julia da Silva, minha amizade mais difícil de ser conquistada, mas que de tão especial, foi a responsável pelo meu ingresso no mestrado em Sociologia, além de ser minha grande conselheira. Obrigado aos dois por estarem comigo e por me passarem a certeza de ter alguém para recorrer.

Muito obrigado a Aline Silveira, colega, amiga e companheira que incentivou o enfrentamento dos quase 800 km semanais entre Bagé e Pelotas para cursar as disciplinas do mestrado. Este agradecimento se estende a seu esposo Alan e a seu filhinho Otávio. Obrigado pela receptividade e pela acolhida em sua casa.

Agradeço infinitamente a professora Dra. Elaine da Silveira Leite. Em dois anos e meio de convivência, construímos uma bela relação, tanto nos papéis de orientadora/orientando, como no de amigos. Desejo que essa relação perdure por muito tempo. Considero sua delicadeza no trato com seus orientandos, a paciência em orientar e reorientar, ler e reler nossos escritos, e o mais importante, sua preocupação em ajudar-nos a encontrar e traçar nossos próprios caminhos, o fator decisivo para este trabalho chegar ao final. Obrigado Prof.^a Elaine pela paciência, pela dedicação, pelo empenho, pela postura profissional, pelas horas e horas de conversa e por socializar seu imenso conhecimento. Este trabalho chegou ao fim por seu empenho e dedicação. Atribuo toda e qualquer lacuna nessa pesquisa somente a mim que, por incapacidade intelectual ou falta de prazo, não segui à risca suas orientações.

Agradeço duplamente ao Professor Áttila Magno Silva e Barbosa, primeiro, por oportunizar meu ingresso como aluno especial na disciplina de sociologia do trabalho, a qual ministrava no ainda mestrado em ciências sociais em 2012, e segundo, por ter indicado a professora Elaine da Silveira Leite como uma possível orientadora, fato que se materializou em 2013.

Meu agradecimento ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, por oferecer o ensino público que sempre acreditei e por tornar possível o mestrado que me parecia tão distante lá em Santa Rosa. Meu agradecimento aos colegas da turma de 2013, em especial Rafael, Daniel, Janaina, Mateus e Ranieri.

Um especial agradecimento às pessoas que tornaram possível minha pesquisa: o Professor do IFSul – câmpus Bagé, Gabriel Bruno, os produtores dos assentamentos, o presidente da Conaterra, a figura do Sr. Marino e os alunos do IFSul – câmpus Bagé, que foram os motivadores de todo meu esforço.

Meu agradecimento aos professores que participaram da banca de defesa de dissertação. Obrigado Dr. Romerio Jair Kunrath, Dr. Sérgio Botton Barcellos e Dr. Willian Héctor Gómez Soto, suas contribuições foram muito importantes para a qualificação desse trabalho.

Agradeço aos meus colegas de trabalho da Pró-reitoria de Ensino e do Departamento de Gestão de Assistência Estudantil, do Instituto Federal Sul-rio-grandense pelo apoio, pelo coleguismo e pela paciência em suportar um colega em final de mestrado.

Agradeço, com muito carinho, a quem esperou por minha presença nesse tempo de mestrado. Minha mãe, Glaci Maria Alves Correa, mulher que mesmo sem conhecimento acadêmico ou títulos de mestrado e doutorado, me ensinou as mais importantes lições sobre a vida e o amor, e quem por toda a vida, me incentivou e compartilhou amor, e ao meu pai Salvador Correa, que chora no telefone ao ouvir minha voz. Ao meu “mano” Odacir, sua companheira Leandra e, especialmente minhas sobrinhas Eduarda e Manuela que reencantaram o mundo para mim. Obrigado por estarem comigo mesmo à distância.

Por fim, agradeço a Tanise Brincker, por ter me esperado nos momentos em que estive junto dela apenas de corpo e o pensamento na dissertação. Ao longo de sete anos, seu amor, seu companheirismo e sua paciência foram determinantes para a conclusão dessa etapa.

“Uma vez que nenhuma forma singular de conhecimento pode responder por todas as intervenções possíveis no mundo, todas elas são, de diferentes maneiras, incompletas. A incompletude não pode ser erradicada [...]”
Boaventura de Sousa Santos

RESUMO

CORREA, Ramão. **A construção social do mercado de sementes agroecológicas na Região Sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado**. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

Essa dissertação teve como problema de pesquisa demonstrar em que medida as instituições sociais, dentre as quais o Estado, que estão presentes nos assentamentos da reforma agrária na região sul do Rio Grande do Sul, influenciam a configuração do mercado de sementes agroecológicas. Nosso objetivo visa demonstrar como o mercado de sementes agroecológicas foi socialmente construído pela ação de diferentes atores, num contexto de regras particulares, onde o Estado se apresenta como um importante ator para a materialização desse mercado específico. Nesse trabalho, optamos pelo método qualitativo na condução das etapas do estudo, que foi composto de uma revisão bibliográfica, de uma pesquisa documental e de entrevistas realizadas com os atores associados à cooperativa Conaterra, localizada em um dos lotes do assentamento Roça Nova, na cidade de Candiota, na região sul do Rio Grande do Sul. Nesse estudo, buscamos estudar os aspectos da construção social do mercado de sementes agroecológicas, por meio de uma abordagem teórica ancorada na “nova” sociologia econômica, em particular, em autores como Neil Fligstein e Pierre Bourdieu, contemplando, por sua vez, as relações de cooperação e poder que englobam atores e instituições na formação de mercados específicos. Assim, em razão da análise dos dados coletados e dos conceitos teóricos fornecidos pela corrente teórica e metodológica em que se escreve esse trabalho, buscamos demonstrar a construção social do mercado de sementes agroecológicas na região sul do Rio Grande do Sul e o papel do Estado na sua constituição.

Palavras chave: Construção social. Mercados. Estado. Sementes agroecológicas.

ABSTRACT

CORREA, Ramão. **The social construction of the agro-ecological seed market in southern Rio Grande do Sul region and the role of the State.** 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

The research problem in this work tried to show in what extent the social institutions, among them the State, present in the southern of Rio Grande do Sul region's agrarian reform settlements, are influencing the agroecological seeds market configuration. Our aims are to demonstrate how agroecological seeds market was socially constructed by different actors and actions, in a particular rules context, where the State presents itself as an important actor in the construction of this specific market. In this work, we chose by the qualitative method to conduce the study steps, composed with a biography revision, a documental research and interviews with associated with Conaterra cooperative, located in Roça Nova settlement, in Candiota, a city in the south of Rio Grande do Sul. In this study, we tried to think about the agroecological seeds market's construction aspects in a theoretical approach based in the "new" economic sociology, particularly in authors as Neil Fligstein and Pierre Bourdieu, considering, in the other side, cooperative relations and power that involves actors and institutions in the specific markets formation. Thereby, by the collected data analysis and the theoretical concepts provided by theoretical and methodological studies based this work, we tried to show the southern Rio Grande do Sul agroecological seeds market social construction and the State's role in its constitution.

Keywords: Social construction. Markets. State. Agroecological seeds.

Lista de Gráficos

Gráfico 1	Estrutura fundiária – região da campanha e fronteira oeste	32
Gráfico 2	Evolução dos recursos aplicados nas modalidades do PAA entre 2003 a 2013	119
Gráfico 3	Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2013	120
Gráfico 4	Distribuição dos recursos do PAA por região em 2013	120
Gráfico 5	Categoria de produtos produzidos por agricultores familiares e comercializados através do PAA em 2013	121

Lista de Tabelas

Tabela 1	Quadro informativo 1	29
Tabela 2	Quadro informativo 2	48
Tabela 3	Quadro informativo 3	70
Tabela 4	Quadro informativo 4	77
Tabela 5	Quadro informativo 5	84
Tabela 6	Quadro informativo 6	89
Tabela 7	Quadro informativo 7	93
Tabela 8	Quadro informativo 8	95
Tabela 9	Quadro informativo 9	103
Tabela 10	Quadro informativo 10	104
Tabela 11	Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2013	118

Lista de Figuras

Figura 1	Mapa da Região Sul do Rio Grande do Sul	34
Figura 2	Localização do município de Candiota	35

Lista de Anexos

ANEXO A	Chegada das primeiras famílias de assentados em 1987	139
ANEXO B	Primeiras instalações na forma de barracões (1987)	140
ANEXO C	Barracões (1987)	141
ANEXO D	Ano 1987	142
ANEXO E	Criançada	143
ANEXO F	Precariedade das estradas nos primeiros anos de assentamento	144
ANEXO G	Atoleiro 1	145
ANEXO H	Atoleiro 2	146
ANEXO I	Vista aérea da sede da associação de assentamentos e Cooperativa Bionatur	147
ANEXO J	Cultivo de eucalipto - atividade que representa riscos à produção de alimentos	148
ANEXO K	Cartilha de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação	149
ANEXO L	Cartilha de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	154
ANEXO M	Cartilha de Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	158

Lista de Abreviaturas

ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
CETAP	Centro de Tecnologias Alternativas e Populares
CEPPA	Centro de Educação Popular e Ecológica
CDAF	Compra direta da agricultura familiar
CICDA	Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola
CPR-Doação	Compra da agricultura familiar com doação simultânea
CPR-Estoque	Formação de estoque pela agricultura familiar
CGTE	Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica
CRM	Companhia Rio-grandense de Mineração
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONATERRA	Cooperativa Nacional Terra e Vida LTD.
COOPERAL	Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados LTD.
COPTec	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos
DEPLAN	Departamento de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
D1	Docente entrevistado 1
EMATER – RS	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EA1	Engenheiro agrônomo entrevistado 1
FEE	Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSP	Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IFSul	Instituto Federal Sul-rio-grandense
IPEP	Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MIN	Ministério da Integração Nacional
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
NSE	Nova Sociologia Econômica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNA	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPGS	Programa de Pós-Graduação em Sociologia
P1	Produtor assentado 1
P2	Produtor assentado 2
P3	Produtor assentado 3
P4	Produtor assentado 4
P5	Produtor assentado 5
P6	Produtor assentado 6
P7	Produtor assentado 7
RS	Rio Grande do Sul
SAA-RS	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul
SDR-RS	Secretaria de Desenvolvimento, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul
SEPLAG-RS	Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
VC	Via Campesina

SUMÁRIO

Introdução.....	18
Estrutura do trabalho.....	21
1 A contextualização da pesquisa.....	23
1.1 Objeto, objetivos e métodos da pesquisa.....	26
1.2 O local de materialização da pesquisa de campo.....	30
1.3 A formação dos assentamentos na região do município de Candiota pela narrativa de seus atores	35
1.4 O contexto de surgimento da marca de sementes agroecológicas Bionatur e da Conaterra.....	49
1.5 As estruturas da Conaterra: organização, produção e comercialização	53
1.5.1 A estrutura organizacional da Conaterra.....	53
1.5.2 As estruturas de produção e de comercialização da Conaterra.....	55
2 A construção social dos mercados pela lente teórica da “nova” sociologia econômica	59
2.1 A contribuição da “nova” sociologia econômica para a compreensão dos mercados enquanto construções sociais.....	61
2.2 Teoria da habilidade social no meio rural: regras de produção, regras de associação e a construção do ideário de fidelidade e pertença.....	68
2.2.1 Regras de produção e de associação.....	69
2.2.2 A cooperação como uma habilidade socialmente construída.....	79
2.3 Entre a cooperação e o conflito.....	82

2.4 A construção da ideia de produzir sementes em regime agroecológico	87
2.5 A percepção dos atores sobre o mercado de sementes agroecológicas.....	98
3 A construção social do mercado de sementes agroecológicas na prática.....	108
3.1 O papel do estado na criação da oferta e da demanda.....	109
3.2 O estado e o programa de aquisição de alimentos (PAA).....	112
3.2.1 Balanço das ações do programa de aquisição de alimentos (PAA) em 2013	117
3.3 Um esboço do campo: as instituições que compõem o mercado de sementes agroecológicas.....	122
Considerações finais.....	128
Referências bibliográficas.....	132
Anexos.....	139

Introdução

A sociologia, desde os pensadores clássicos como Max Weber (1997) e Karl Marx (1999), até os contemporâneos como Karl Polanyi (2000), Norbert Elias (2006), e Pierre Bourdieu (2006), empreendeu esforços com o objetivo de compreender e explicar os fenômenos econômicos e sua relação com os demais aspectos da vida social. Assim, a esfera econômica passou a ser estudada nas suas inter-relações com a esfera social, ao contrário, de certo modo, do que economistas clássicos e neoclássicos propunham para a compreensão dos fenômenos econômicos.

Com a institucionalização da economia como ciência, os fenômenos econômicos, em particular os mercados, cada vez mais adquiriram autonomia. Sem vínculos com o social e regidos por leis naturais, os atores sociais passaram a ser percebidos como “figuras decorativas” que não influenciavam de forma significativa o mundo econômico; assim, governados por leis “anti-humanos”, “homens” e natureza foram transformados em mercadorias (POLANYI, 2000).

Desde os clássicos até nosso tempo, a sociologia econômica, em especial, a vertente norte-americana – representada por pesquisadores como Richard Sweedeberg (2009), Mark Granovetter (2009) e Neil Fligstein (2009) – retomaram essa temática demonstrando que os fenômenos econômicos, em especial os mercados, estão enraizados na cultura e se configuram como emaranhados sociais que envolvem aspectos políticos, jurídicos e econômicos (LEITE, 2007).

Deste modo, a sociologia econômica se apresenta como uma corrente teórica alternativa para (re)pensarmos as relações econômicas e o papel que os atores assumem em determinadas configurações. No caso particular dos mercados, essa subárea da sociologia demonstra que existem outras construções para além da oferta, da demanda e da taxa de equilíbrio geral como argumentam os economistas.

Essa leitura sobre a construção social dos mercados, e a agenda de pesquisa proposta pela sociologia econômica, instigou-nos a compreender algumas transformações sociais e econômicas na região sul do Rio Grande do Sul, onde já desenvolvíamos, como assistente social, trabalhos com estudantes do Instituto Federal Sul-rio-grandense, oriundos de assentamentos da reforma agrária.

Ancorados nessa corrente teórica, especialmente nos autores que se dedicam à sociologia dos mercados, essa dissertação busca problematizar a seguinte questão: *de que modo as instituições sociais, dentre as quais o Estado e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), presentes nos assentamentos da reforma agrária na região sul do Rio Grande do Sul (RS), contribuem para a configuração do mercado de sementes agroecológicas?* Junto a isto, buscaremos evidenciar também, *as habilidades socialmente constituídas pelos atores desse contexto na sua relação com as diferentes instituições que compõem esse campo específico do mercado de sementes agroecológicas.*

Essas questões serão problematizadas no decorrer desse trabalho, a partir da proposta teórica e metodológica da NSE, de forma que nosso objetivo é o de compreender e demonstrar como as instituições sociais do campo, em especial o Estado, e as habilidades sociais dos atores, em particular a cooperação enquanto capacidade de mobilização de recursos para consecução de objetivos (FLIGSTEIN, 2009), influenciam a configuração do mercado de sementes agroecológicas.

Em razão desse objetivo, empreenderemos esforços para demonstrar que o mercado de sementes agroecológicas foi socialmente construído pela ação de diferentes atores, num contexto de regras particulares, no qual o Estado surge como importante ator que age de diferentes maneiras – dentre as quais se destacam as políticas públicas, as legislações que regulam o mercado, as agências de fomento e o contexto configuracional posterior a um governo de “esquerda” ter assumido a presidência do Brasil, sob a figura de Luiz Inácio Lula da Silva, que priorizou o atendimento das demandas de determinados segmentos sociais, reconhecidos como populares.

Desta forma, demonstraremos como o Estado, dentro das esferas Federal e Estadual, encontra-se presente no campo que engloba o mercado de sementes agroecológicas de diferentes maneiras e em distintos momentos históricos. Como será demonstrado, as ações estatais foram responsáveis, em parte, pelo processo de assentamento dos atores entrevistados, o que os levou a residirem na região do município de Candiota – RS, bem como, por assessorá-los tecnicamente, fato que influencia na criação, em nosso entendimento, uma cultura produtiva local. A oferta de linhas de crédito para financiamento da produção e para a estruturação física da cooperativa pesquisada, também é percebida nesse estudo como uma importante e determinante ação estatal, além de sua centralidade na compra de grande parte da

produção da Conaterra (Cooperativa que comercializa as sementes agroecológicas). Deste modo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na condição de política pública, é abordado nesse trabalho como uma das ações centrais do Estado que objetiva incluir socialmente segmentos, como agricultores familiares e comunidades tradicionais, via mercado.

Da mesma forma, veremos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é outro ator importante para o mercado de sementes agroecológicas, devido principalmente a sua capacidade de mobilização de recursos e pressão política aos órgãos públicos na defesa de seus interesses. Esse mesmo ator é percebido no campo do mercado de sementes como central na construção da ideia de produzir mercadorias em regime agroecológico, fato que objetiva garantir certa diferenciação aos produtos oriundos dos assentamentos da reforma agrária. De modo geral, o MST foi identificado nessa pesquisa, como responsável pela criação das condições necessárias de aproximação entre a ideia da produção agroecológica e os produtores assentados entrevistados.

Aprofundaremos, no decorrer do trabalho, o modo como o MST desenvolveu, ao longo de sua história, a capacidade de induzir o comportamento cooperativo entre seus integrantes e entre diferentes instituições. Este fato pode ser a origem da construção da ideia de pertencimento evidenciada pelos atores sociais entrevistados para esta pesquisa. A forma como está organizada a Cooperativa (Conaterra) e a possibilidade de participação dos atores em momentos decisórios são percebidos, em certa medida, como indutores do sentimento de fidelidade e pertencimento.

Para isso, resgataremos a história da chegada dos assentamentos na região pesquisada por meio das narrativas dos atores entrevistados, demonstrando o contexto de surgimento da Conaterra, representante jurídico da marca Bionatur. Consideramos nesse resgate as particularidades regionais a partir das quais o mercado de sementes agroecológicas vem sendo construído, entre elas, a forma como os atores “nativos” daquele contexto produziram. O gado de corte e a produção de arroz em grandes latifúndios construíram parte da história econômica dessa região (campanha) do Rio Grande do Sul, de modo que os assentamentos representam uma mudança cultural na forma de produzir a partir do final da década de 1980.

Em certos momentos da pesquisa, utilizamos uma literatura norte-americana, em particular, a teoria da Habilidade Social proposta por Fligstein (2009). Além

disso, optamos também pelo uso da sociologia econômica francesa, em especial, os estudos de Pierre Bourdieu (2006) e Marie France Garcia-Paupert (2003; 2010; 2012), que abordam os mercados enquanto “produto social” enraizado em questões culturais, políticas e econômicas. Pesquisadores brasileiros que se utilizam dessas mesmas vertentes teóricas e metodológicas, tais como Marcia Silva-Manzon (2014) e Paulo Niederle (2010), também serviram de referência a esta pesquisa.

Com isso, pretendemos demonstrar, a partir da empiria da pesquisa, da teoria utilizada e da metodologia empregada, uma compreensão acerca das habilidades sociais que os atores pesquisados constituíram atrelando-as às instituições que compõem o campo do mercado de sementes agroecológicas, aos conflitos existentes nas relações internas e externas da cooperativa e à forma como esses conflitos são superados. Além disso, buscamos também discorrer sobre as regras de produção e associação que os atores desse campo estão sujeitos.

Estrutura do trabalho

Este trabalho está dividido em três capítulos, acompanhados de uma consideração final. O primeiro capítulo é uma contextualização, na qual pretendemos situar o leitor sobre os determinantes da pesquisa e como surgiu a ideia de pesquisar o mercado de sementes agroecológicas. Esse capítulo é formado por cinco subcapítulos, nos quais apresentamos a metodologia empregada na pesquisa (1.1); a localidade onde a pesquisa se materializou (1.2); um histórico construído a partir dos depoimentos dos atores sobre a chegada dos assentamentos na região do município de Candiota e a relação com o MST (1.3); o contexto de surgimento da marca Bionatur (1.4); e, por último, abordamos as estruturas organizacionais, de produção e de comercialização da Conaterra (1.5).

O segundo capítulo apresenta uma discussão entre a corrente bibliográfica que orientou o trabalho e a análise de dados. Desse modo, no subtítulo 2.1 construímos uma revisão bibliográfica sobre o conceito de “construção social dos mercados”, pela ótica teórica da “nova” sociologia econômica, principalmente a partir dos escritos de Richard Sweedeborg (2009), Mark Granovetter (2009), Karl Polanyi (2000) e Pierre Bourdieu (2000; 2006, 2014). O subtítulo 2.2 é uma aproximação entre teoria e prática, de modo que buscamos relacionar a teoria da habilidade social

de Neil Fligstein (2009) ao meio rural, demonstrando a construção do ideário de fidelidade e de pertença (assentados, MST, agroecologia) identificados na empiria desta pesquisa. Ainda no mesmo capítulo, evidenciamos as regras de produção e de associação a que os produtores membros da Conaterra estão sujeitos (2.2.1), e a construção da ideia de cooperação como uma habilidade socialmente construída (2.2.2). O segundo capítulo é formado também pelos subtítulos 2.3, 2.4 e 2.5, nos quais descrevemos respectivamente: as percepções dos atores sobre os conflitos que envolvem a produção de sementes em regime agroecológico e as estratégias de superação; a construção da ideia de produzir sementes em regime agroecológico e a importância do MST nesse processo; e, por fim, a percepção dos atores sobre o mercado de sementes agroecológicas e o impacto da produção na sua renda familiar.

O terceiro capítulo trata da construção social do mercado de sementes agroecológicas na prática, e é formado de quatro subtítulos, ambos ancorados teoricamente em Bourdieu (2006; 2014). O subtítulo 3.1 é um esboço do campo e das instituições, que em certa medida, o constroem. No subtítulo 3.2 buscamos apresentar as evidências que apontam o papel do Estado na construção da oferta e da demanda por sementes agroecológicas, por meio da análise das ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído a partir de 2003 como uma política pública (subtítulo 3.3), bem como, pela análise do resultado das ações do mesmo programa, publicadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (subtítulo 3.3.1).

Concluindo o trabalho, as considerações finais são postas e apontam as potencialidades e limites dessa pesquisa. Vale destacar que a estrutura dessa dissertação, oferece uma característica particular, já que apresenta a princípio, a configuração do campo através da empiria, sendo que apenas posteriormente apresentamos ao leitor a revisão da bibliografia. Tal inversão busca, de certa forma, descrever a realidade social pesquisada, para que na sequência pudéssemos analisá-la.

1 A contextualização da pesquisa

O contato com estudantes filhos de famílias assentadas da região de Candiota, Hulha Negra, Aceguá e Bagé na campanha gaúcha, em razão de minhas atividades profissionais no Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) campus Bagé, instigaram um interesse inicial em pesquisar como eram construídas as relações sociais, nas quais o conceito de família perpassa pela ideia de unidade produtiva, formando, assim, uma configuração¹ (ELIAS, 1999) de produção e de relações de trabalho específica. Nessa configuração, a mão de obra e as relações de trabalho são demarcadas por laços afetivos, de consanguinidade e de reciprocidade, pois a agricultura familiar possui a característica de fundir a noção de produção e valores que perpassam a ideia de unidade familiar produtiva.

Nossa primeira proposta de pesquisa, apresentada no ingresso ao mestrado em 2013, foi a de investigar como essas unidades produtivas familiares se organizavam para produzir e como construía sua relação com o mercado. Assim, o estudo abarcava a particularidade de uma região que vivenciou, durante parte de sua história, um modelo produtivo oposto à lógica dos assentamentos, da pequena propriedade e da produção de alimentos.

No entanto, com o amadurecimento da pesquisa, em razão do aprofundamento da revisão bibliográfica e do contato com a realidade empírica, construimos nosso problema de pesquisa com o objetivo de compreender, ainda que de forma parcial, de que maneira as instituições sociais presentes naquela realidade local configuram o mercado de sementes agroecológicas (que é uma atividade

¹ Sobre o conceito de configuração, Norbert Elias ensina que: “Se quatro pessoas se sentarem à volta de uma mesa e jogarem cartas, formam uma configuração. As suas ações são interdependentes. Neste caso, ainda é possível curvarmo-nos perante a tradição e falarmos do jogo como se este tivesse uma existência própria. É possível dizer: «O jogo hoje à noite está muito lento!». Porém, apesar de todas as expressões que tendem a objetivá-lo, neste caso o decurso tomado pelo jogo será obviamente o resultado das ações de um grupo e indivíduos interdependentes. Mostramos que o decurso do jogo é relativamente autônomo de cada um dos jogadores individuais, dado que todos os jogadores têm aproximadamente a mesma força. Mas este decurso não tem substância, não tem ser, não tem uma existência independente dos jogadores, como poderia ser sugerido pelo termo «jogo». Nem o jogo é uma idéia ou um «tipo ideal», construído por um observador sociológico através da consideração do comportamento individual de cada um dos jogadores, da abstração das características particulares que os vários jogadores têm em comum e da dedução que destas se faz de um padrão regular de comportamento individual” (ELIAS, 1999, p. 141-42).

econômica complementar para as famílias assentadas daquela região). Nesse sentido, nosso intuito era destacar o papel que o Estado assume, enquanto mediador, na construção da oferta e da demanda (BOURDIEU, 2000; 2006; 2014), uma vez que a presença e o diálogo das famílias assentadas com instituições governamentais era um fato recorrente.

Esses eventos nos instigaram a compreender a formação desse nicho específico de atividade, que estava em desenvolvimento e era considerado a “novidade” produtiva nos assentamentos, já que muito se falava sobre a oferta de crédito e o incentivo à produção – todas essas opções eram sempre relacionadas, de certa forma, ao papel das instituições governamentais presentes naquele local.

Esse “contato” nos levou a elaborar a hipótese de que a construção do mercado de sementes agroecológicas possui relação direta com a função do Estado em criar oferta e demanda (BOURDIEU, 2000; 2006; 2014), bem como, moldar certas habilidades sociais, tanto ao criar instituições, como nos agentes que formam esse segmento de mercado (FLIGSTEIN, 2009).

Essas “habilidades sociais”, de modo geral, referem-se à capacidade que os atores e as instituições possuem de mobilizar recursos para induzir a cooperação de outros atores em suas “causas” e são instituídas a partir das relações sociais nos momentos de crise, quando a dinâmica social possibilita a reorganização de determinados campos, regidos por regras diferentes das já instituídas (FLIGSTEIN, 2009). Em certa medida, a produção de sementes em regime agroecológico representa uma reorganização do campo, que se torna possível a partir da ação de instituições, entre elas o Estado e suas agências, que colaboram para moldar as habilidades sociais dos atores, como veremos no capítulo 2.

Deste modo, apoiados teoricamente na perspectiva da “nova” sociologia econômica (NSE), nosso objetivo de pesquisa cristalizou-se em compreender como as Instituições sociais presentes naquela realidade estruturam o mercado de sementes agroecológicas e influenciam, de certo modo, a formação de determinadas habilidades sociais. Objetivamos demonstrar também, no decorrer do trabalho, ancorados teoricamente em Bourdieu (2006), as formas de atuação do Estado na construção da oferta e da demanda por sementes agroecológicas, bem como, a constituição de habilidades que estabelecem processos de cooperação em detrimento da competição. Isso porque, como veremos, instituições que até então se configuravam como antagônicas na sociedade brasileira, como o Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os bancos comerciais, passam a cooperar com o intuito de promover o desenvolvimento econômico e social. Vale ressaltar que essa “cooperação” que passamos a visualizar no assentamento entre instituições historicamente concebidas como “antagônicas”, relaciona-se à implantação e implementação de programas sociais que, por sua vez, acentuaram-se a partir da ascensão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência do Brasil, no ano de 2002.

Esses acontecimentos políticos, que de certa forma não serão exploradas em demasia nesse trabalho, postam-se como importantes; por isso, em alguns momentos, faremos referência à ascensão do referido governo ao poder, já que é a partir desse momento que se forma um importante “pano de fundo” que “configura” o mercado de sementes agroecológicas. Evidenciamos esse fato como uma homologia estrutural – nos termos de Bourdieu – ao estabelecer as relações entre dominantes e dominados. A teoria Bourdieusiana aponta como as mudanças de contextos políticos, econômicos e sociais do campo de poder pode sofrer mudanças estruturais, alterando a inter-relação existente entre os dominantes e dominados (MIRALDI, 2013).

Em parte, os dados analisados em nossa pesquisa, foram coletados junto aos produtores de sementes agroecológicas associados à Cooperativa Agroecológica Nacional Terra e Vida LTD. (Conaterra), que é a representante legal da marca Bionatur, e que está sediada no município de Candiota, na região da campanha do Estado do Rio Grande do Sul – Serras do Sudeste, especificamente em um dos lotes do Assentamento Roça Nova. Nos subtítulos 1.2, 1.3 e 1.4 desse primeiro capítulo, aprofundaremos as descrições e análises que envolvem a Conaterra e a produção de sementes em regime agroecológico.

De modo geral e introdutório, podemos dizer que a Conaterra é uma cooperativa formada por agricultores de assentamentos rurais da reforma agrária, distribuídos em diferentes regiões do Rio Grande do Sul (RS) e do Brasil, que se especializaram na produção de sementes em regime agroecológico de diversas espécies, direcionadas ao mercado de hortaliças. A marca de sementes Bionatur constitui-se em uma rede nacional de produtores rurais assentados, vinculada ao Movimento dos Trabalhados Rurais Sem Terra (MST) e à Via Campesina (VC) (DA SILVA et al, 2014). Sobre a formação e o fortalecimento dessa cooperativa aprofundaremos o assunto no subtítulo 1.4 desse primeiro capítulo.

Por fim, considerando a importância do universo rural, e especificamente das pequenas unidades produtivas que se ocupam da produção de alimentos, e sementes, o interesse em pesquisar essa realidade social justifica-se pela dinâmica que o mercado de sementes produzidas em regime agroecológico representa, bem como, pela ausência de pesquisas acadêmicas sobre o tema da “construção social dos mercados” e o papel do Estado.

Nesse trabalho, o Estado será abordado numa perspectiva Bourdieusiana como um agente que estrutura e induz mudanças de comportamentos e práticas. Essa proposta de abordagem pode fornecer elementos analíticos para refletir sobre a agricultura de base familiar no Brasil, uma vez que estudos que abordam essa temática sob o prisma da NSE ainda são raros no meio acadêmico, em especial, no Brasil.

O maior propósito desse trabalho é, portanto, o de refletir sobre a realidade social de uma região com características socioeconômicas particulares, bem como, contribuir com o universo científico por meio da produção de conhecimento sobre as famílias assentadas da região pesquisada.

1.1 Objeto, objetivos e métodos da pesquisa

Para estabelecermos uma compreensão sobre a construção social do mercado de sementes agroecológicas na região sul do Rio Grande do Sul, a abordagem metodológica utilizada nessa pesquisa foi qualitativa, composta de uma revisão bibliográfica, de uma pesquisa documental sobre a legislação vigente – em particular, do Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal –, de pesquisa a sites, vídeos e imagens que registram a chegada das primeiras famílias na região do município de Candiota, bem como, de entrevistas aos atores associados à Conaterra e envolvidos na configuração desse mercado.

A perspectiva que adotamos em nosso trabalho está fundamentada numa abordagem que destaca uma possível (re)configuração do espaço rural, e que compreende a agricultura familiar como uma unidade produtiva de alimentos com características próprias construídas através da história, influenciadas pela ação de atores e instituições como o Estado (e suas políticas), e as condições econômicas e sociais nas quais se materializa.

Na categoria “construção social de mercados”, nossas referências foram os escritores da NSE, com destaque para Mark Granovetter (2009); Marie France Garcia Parpet (2003, 2010, 2012, 2013); Richard Swedberg (2009); Ricardo Abramovay (1997, 1998, 2004); e autores clássicos como Pierre Bourdieu (2000, 2006, 2014) e Karl Polanyi (2000). Tais pensadores desconstruem a ideia naturalizada sobre economia e ressignificam o econômico enquanto uma construção imersa no social, que adquire diferentes significados em contextos culturais distintos. Ao tratarmos da categoria “habilidades sociais”, utilizamo-nos da teoria de Neil Fligstein (2009, 2012) buscando, de certa forma, traduzir e readaptar determinados conceitos para interpretar a complexidade das instituições que formam aquela realidade social.

Nossa pesquisa documental ateu-se aos dados que fazem parte do processo de assentamento das famílias na região da campanha e aos documentos que instituíram a Cooperativa Agroecológica Terra e Vida (Conaterra) – representante jurídico da marca Bionatur –, incluindo, para isso, imagens fotográficas coletadas dos arquivos pessoais de alguns dos atores entrevistados.

Coletamos e analisamos informações sobre os assentamentos da região pesquisada e o mercado de sementes agroecológicas, nos sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS), da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul (SAA-RS), da Secretaria de Desenvolvimento, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SDR-RS), da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), da Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTEC), da Prefeitura Municipal de Candiota, da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul e da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã do Estado do Rio Grande do Sul (SEPLAG-RS).

Outra fonte de dados que também analisada para esse trabalho, foi uma palestra proferida por um dos agrônomos da Conaterra, na semana técnica do curso técnico em agropecuária, promovida pelo IFSul campus Bagé, ocorrida no mês de agosto de 2014. Esta palestra foi gravada em formato de vídeo e posteriormente

analisada.

A análise documental possibilitou a realização de uma reconstrução histórica permitindo-nos acrescentar a dimensão do tempo (CELLARD, 2010), uma vez que foi possível evidenciar a história dos atores e a atuação dos diferentes órgãos estatais na construção do mercado de sementes agroecológicas, demonstrando, por sua vez, a atuação do Estado.

O contato com o mundo empírico se concretizou pelas entrevistas aos atores do processo envolvidos na configuração (ações de disputas e cooperação) do mercado de sementes agroecológicas. Foram entrevistados para esse estudo cinco produtores assentados e produtores de sementes agroecológicas². Destes, três são proprietários de lotes e possuem vínculo ativo com a Conaterra, enquanto que dois dos entrevistados são filhos de proprietários de lotes que já foram produtores de sementes agroecológicas, e que não são mais associados à Cooperativa, como pode ser identificado na Tabela 1.

Tabela 1 - Quadro informativo 1³

Entrevistados	Ocupação	Residência	Tempo de assentamento	Tamanho da Propriedade
Produtor 1 (P1)	Assentado, Coordenador da Conaterra.	Candiota Assentamento Roça Nova.	Assentado desde o ano 2001.	21 hectares.
Docente (D1)	Professor Coordenador do curso técnico em agroecologia do IFSul.	Bagé.		
Produtor 2	Assentado e estudante	Candiota	Assentado	27 hectares.

² O número de entrevistas realizadas para esta pesquisa justifica-se pelo alto nível de saturação encontrado logo no início do trabalho empírico, no que se refere a percepção dos atores entrevistados sobre os temas de nosso questionário.

³ O agendamento da visita ao assentamento Roça Nova para entrevistar os produtores de sementes agroecológicas associados à Conaterra foi realizado um dia antes, quando entrevistávamos o atual coordenador da cooperativa nas dependências do IFSul câmpus Bagé. No dia da visita à Cooperativa, entrevistamos e coletamos os dados para análise junto aos produtores, os quais já haviam sido selecionados para serem entrevistados pela “cooperativa”. Em razão desse acontecimento, não tivemos domínio sobre o perfil dos entrevistados, que se configurou em sua maioria como sendo do sexo masculino e idade entre 20 e 45 anos, sendo apenas uma entrevistada do sexo feminino, que foi a entrevistada P6.

(P2)	do curso técnico em agroecologia do IFSul.	Assentamento Conquista do Paraíso.	desde o ano 2001.	
Produtor 3 (P3)	Assentado.	Hulha Negra Assentamento Meia Água.	Assentado desde o ano 2002.	20.6 hectares.
Produtor 4 (P4)	Assentado e estudante do curso técnico em agroecologia do IFSul.	Candiota Assentamento Pátria Livre.	Assentado desde o ano 2003.	24 hectares.
Produtor 5 (P5)	Assentado e estudante do curso técnico em agroecologia do IFSul.	Hulha Negra Assentamento Meia Água.	Assentado desde o ano 2004.	18.4 hectares.
Produtor 6 (P6)	Assentado e estudante do curso técnico em agroecologia do IFSul.	Candiota Assentamento Conquista do Paraíso.	Assentado desde o ano 2002.	25 hectares.
Produtor 7 (P7)	Assentado – Uma das lideranças do MST na região.			
(EA1)	Engenheiro Agrônomo.	Pelotas		

Fonte: Elaboração do Pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

O objetivo das entrevistas foi identificar quais instituições sociais estão envolvidas na construção social do mercado de sementes agroecológicas, como já justificado anteriormente, e as percepções dos atores sobre elas. O roteiro de entrevista que utilizamos foi semiestruturado, sob supervisão da orientadora. Vale ressaltar que Gil (2009) aponta como sendo adequada a utilização dessa técnica para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer ou fizeram, possibilitando interpretações a partir de coisas que a precedem. Já Goode (1972) aponta para a importância de visualizarmos a entrevista como um processo social, fundamental para interação entre pesquisador e pesquisado, tornando-se possível a identificação de questões que ultrapassam o ato de falar.

A análise dos dados foi realizada a partir de uma abordagem Bourdieusiana, via a NSE, no que tange ao mapeamento do campo e à análise dos materiais para compreender a construção social desse mercado específico. Assim, primeiramente, descrevemos o campo pesquisado e, em seguida, apresentamos a teoria e

realizamos, de certa forma, nossas análises sincronicamente.

O delineamento de nossa pesquisa, portanto, prezou por uma abordagem metodológica qualitativa, uma vez que nosso propósito foi o de observar, analisar e entrevistar os atores de uma realidade social que ganha vida pela interação de agentes e instituições que estruturam um campo econômico específico (DESLAURIERS; KÉRISIT. 2010).

1.2 O local de materialização da pesquisa de campo

No início do século XXI, a concentração de terras ainda está presente no Brasil. Nossas raízes históricas de ocupação e de colonização dos territórios, em conjunto aos processos de ocupação indevida, configuram um panorama de desigualdade fundiária que resulta em concentração de renda e poder na mão de grandes proprietários (ALVES et al, 2007)⁴.

Os dados estatísticos do Censo Agropecuário de 2006, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), demonstram que naquele ano, o Brasil possuía 5.175.489 estabelecimentos agrícolas. Deste total, cerca de 4.347.410 estabelecimentos, que representam 84,4% do total, eram baseados na mão de obra familiar. As unidades produtivas de caráter familiar ocupavam 24% da área total destinada à agricultura no país, no entanto, em 2006, representavam 74% das pessoas que viviam no meio rural. A produção das unidades familiares representava 38% do valor bruto da produção agrícola do país (IBGE, 2006).

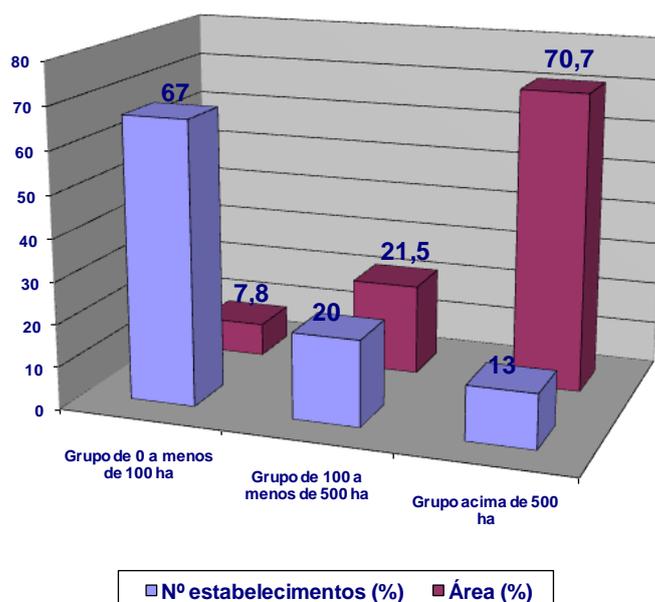
Podemos visualizar um claro descompasso entre o número de pessoas que vivem no campo, as unidades produtivas que atuam em regime familiar (84,4%) e o total da área produtiva do país. Essa conjuntura configura uma concentração de

⁴ Para um aprofundamento sobre o tema dos assentamentos da reforma agrária na região sul do Rio Grande do Sul, sugerimos consulta às seguintes obras: 1) Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota, RS, de autoria dos pesquisadores Flamarion Dutra Alves da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e Vicente Celestino Pires Silveira do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); 2) A metodologia sistêmica na geografia agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a09v20n1.pdf>. 3) Territorialização camponesa, identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul, disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11828/10575>. 4) O rural e o cravão: representações em Candiota, disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/71734>. 5) Desenvolvimento e reforma agrária na região sul do RS: Os impactos dos assentamentos na percepção das famílias, disponível em: <http://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/123456789/2405>.

terras, que pode ser vista na seguinte análise: em 2006, 76% das terras produtivas brasileiras destinadas à agricultura foram cultivadas em regime extensivo e estavam concentradas nas mãos de apenas 16% das pessoas que viviam no campo, deste modo, 74% das pessoas que viviam no campo em 2006 atuavam em regime familiar e ocupavam apenas 24% da área produtiva, e mesmo assim conseguiram impactar em 38% do valor bruto da produção agrícola do país.

No estado do Rio Grande do Sul, o panorama nacional se reproduz, pois parte da metade sul do Estado, em especial a região da campanha, onde se situa o município de Candiota, está ocupada por grandes propriedades rurais voltadas para a pecuária extensiva, monocultura de arroz e florestamento de eucalipto (ANEXO J) de grande extensão, que origina vazios demográficos e concentração de terra e renda (EMATER-RS, 2014). Os dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER-RS) sobre a Região de Bagé, na qual se insere Candiota, demonstram que sua população total é 740.626 habitantes, o que representa 6.9% sobre a população do Estado do Rio Grande do Sul, sendo que a população urbana é composta por 639.150 habitantes (86,3%) e a população rural por 101.323 habitantes (13,68%) (EMATER; 2014).

Sobre os estabelecimentos agrícolas, a EMATER-RS (2014) demonstra que 67% caracterizam-se por possuírem um tamanho de até 100 hectares e representarem 7,8% da área total da região; 20% dos estabelecimentos agrícolas da região caracterizam-se pelo tamanho entre 100 e 500 hectares e representarem 21,5% da área total da região e; 13% dos estabelecimentos agrícolas da região da campanha caracterizam-se pelo tamanho acima de 500 hectares e representam 70,7% da área total da região. Estas especificidades regionais podem ser melhor observadas no Gráfico 1, que demonstra uma clara concentração de terra nas “mãos” de poucos produtores.

Gráfico 1 - Estrutura fundiária – Região da Campanha e Fronteira Oeste**Estrutura fundiária - Região Campanha e Fronteira Oeste**

Fonte de dados e elaboração: EMATER-RS - Agosto de 2014.

Ao caracterizar a região da campanha gaúcha, na qual vem sendo construído o mercado de sementes agroecológicas, a EMATER-RS (2014) destaca as seguintes características regionais:

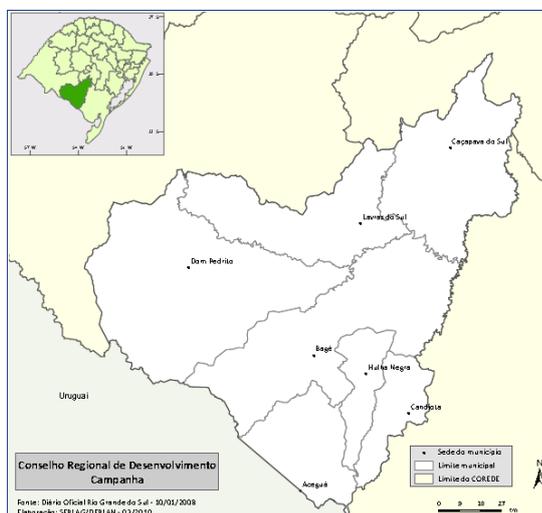
- 1) a região da campanha se destaca como possuidora de poucos municípios e vasta extensão territorial;
- 2) uma região de economia essencialmente agrícola e com população predominante urbana;
- 3) em termos gerais, a região apresenta diminuição da população;
- 4) uma região exportadora de mão de obra, tanto urbana como rural;
- 5) baixa industrialização, baseada na agroindústria;
- 6) Importante participação do comércio e dos serviços na economia da região;

A mesma agência estadual (EMATER-RS), ao caracterizar a importância da região em relação ao estado do Rio Grande do Sul, destaca-a como possuidora do maior rebanho de bovinos, ovinos e equinos do estado; a maior produtora de carne e lã do estado; maior região produtora de arroz; maior produtora de uvas viníferas e de vinhos finos; importante produtora de azeitonas; maior produtora de citros de mesa sem sementes; e *maior produtora de sementes orgânicas de hortaliças* (EMATER-RS, 2014). Sobre as potencialidades da região, as agências de fomento do estado destacam a vocação da região para a atividade pecuária em sistema extensivo, embasada no campo nativo.

Neste contexto regional, está localizado o município de Candiota, que se emancipou de Bagé e de Pinheiro Machado através da Lei Nº 9.574 de 1992. Candiota faz divisa com os municípios de Hulha Negra, Bagé, Pinheiro Machado e Pedras Altas. O município é reconhecido por sua produção de carvão. A Companhia Rio-grandense de Mineração – CRM, que processa o carvão, e a Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CGTE, que o utiliza para gerar energia, são as maiores empregadoras do município (ALVES, 2006).

De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do SUL (FEE), em 2010, a população total do município de Candiota era de 8.771 habitantes, sendo que destes, 2.598 habitantes (o que representa 29,7% do total) residiam em área urbana e 6.173 habitantes (70,3% do total) residiam em área rural. Segundo a mesma fonte, o produto interno bruto do município (PIB) em 2011 foi de R\$ 337.308 mil, enquanto que o PIB per capita foi de R\$ 38.2180,00. A distribuição do PIB na economia por representatividade percentual se deu da seguinte forma: 7,32% da agropecuária, 53% da indústria, 29,31% dos serviços e 10,36% impostos.

A seguir, demonstramos duas figuras para situar o leitor sobre a localização da região estudada e a localização do município de Candiota dentro dessa região.

Figura 1 - Mapa da Região Sul do Rio Grande do Sul

Fonte: Diário Oficial do Rio Grande do Sul – 10/01/2009. **Elaboração:** SEPLAG/DEPLAN – 03/2010.

Nesse contexto regional e municipal, no final da década de 1980, assentaram-se as primeiras famílias da região, em consequência da implementação da política de reforma agrária, sendo que no final da década 1990 iniciou-se a produção de sementes em regime agroecológico. Nos próximos capítulos, descreveremos – através da narrativa de uma das lideranças do MST, que complementa os dados coletados nas demais entrevistas – o processo de chegada dessas primeiras famílias e a gênese da construção social do mercado de sementes agroecológicas.

Figura 2 - Localização do município de Candiota



Fonte: <http://site.candiota.rs.gov.br/dados-e-localizacao/>. Acesso em 09/2014.

1.3 A formação dos assentamentos na região do município de Candiota pela narrativa de seus atores

Considerando que o objetivo desse estudo é o de compreender a construção social do mercado de sementes agroecológicas na região da campanha gaúcha, também discorreremos sobre a chegada e a formação dos primeiros assentados nessa região, de acordo com as históricas que foram mencionadas durante a realização da pesquisa de campo. Acreditamos que ao trazer a empiria, ou melhor, a visão dos atores assentados sobre esse episódio, é que podemos esboçar a construção social desse “mercado”, assim como fez Bourdieu (2000; 2006) ao estudar a formação do *habitus* econômico dos Cabila e a formação do mercado da casa própria na França. A fala dos atores se posta como um recurso metodológico importante para contrapor o que a teoria produziu sobre o assunto e a realidade social percebida pelos atores.

De modo geral, os trabalhos acadêmicos, ao explorar a questão da ocupação dos espaços e estabilização dos assentados, indicam como marco a década de 1960, em razão da expansão da soja, como reflexo da modernização capitalista na agricultura, que se tornou conhecida como “revolução verde”, proporcionando em parte da região norte do Estado do Rio Grande do Sul crescimento econômico junto

da mecanização da agricultura, do uso de agrotóxico e da prática monocultural. Esta nova cultura produtiva que se estabelecia, baseada no uso intensivo de agrotóxicos e na monocultura da soja, agravou o êxodo rural e a falência econômica de pequenos agricultores (ALVES et al, 2007).

A consequência dessa conjuntura social, de acordo com Alves et al (2007), foi a compra das pequenas propriedades produtivas dos agricultores descapitalizados que não conseguiram se adaptar ao sistema imposto pela “revolução verde”, por grandes produtores que gradualmente concentravam sua produção no cultivo da soja. Esse processo, em certa medida, implicou na concentração da propriedade de terras e a expansão da produção baseada na monocultura, em especial, da soja, na metade norte do Estado do RS.

De acordo com os relatos dos entrevistados, em especial do ator P7, a prática agrícola baseada na monocultura exigia dos “colonos” uma produção em larga escala para compensar os custos de produção, de forma que os agricultores proprietários de pequenos lotes não possuíam capacidade produtiva de competir nessa estrutura de mercado, pois se tornaram dependentes de recursos financeiros externos, desde o plantio até a colheita da safra. O financiamento bancário da produção para compra de adubos e venenos era parte do “pacote” imposto pela “revolução verde”. De modo geral, é interessante ressaltar como essa ideia compõe o ideário geral dos assentados, com os quais tivemos contato durante a fase das entrevistas, e que veremos mais adiante.

Em razão dessa conjuntura social que configurou o RS, no que perpassava a agricultura na década de 1980, especificamente no ano 1986, as primeiras famílias integrantes do MST⁵ chegaram à região da campanha gaúcha para serem assentadas. Seus objetivos, de acordo com as declarações do entrevistado P7, eram o de produzir e buscar “esquecer” um passado vivido em um espaço geográfica e climaticamente diferente do encontrado na ocasião da chegada.

⁵ “O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) foi concebido a partir do ano de 1979, motivado por inúmeros acontecimentos, dentre eles o aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu na década de 1970. Ocorre nessa época um processo de implantação de tecnologias no campo, a mecanização das lavouras brasileiras. Isso ocorre ao mesmo tempo em que se mantém a concentração de terras, o que conseqüentemente acarreta a exclusão social. Desta forma, os camponeses que faziam parte dessa exclusão, sentem-se incomodados pela modernização da agricultura, e veem-se obrigados a resistir no campo e a buscar formas alternativas de luta pela terra nas regiões onde viviam. Com isso, houve também um grande contingente da população deslocado do campo para a cidade, motivados e motivando o processo de industrialização e globalização” (CRUZ; BENDJOUYA, 2008, p. 2).

Desde a chegada das primeiras famílias, poucos documentos foram produzidos sobre o histórico desse processo e sobre os processos produtivos que se constituíram neste período, por isso, devido à escassez de fontes de consulta bibliográficas contaremos essas histórias via os relatos que foram coletados em conversas e rodas de chimarrão com agricultores assentados e lideranças do MST na região.

Por meio das conversas com estudantes do IFSul câmpus Bagé, em razão de minhas atividades profissionais; das visitas domiciliares; das entrevistas com produtores de sementes agroecológicas assentados; e principalmente, por meio dos relatos do entrevistado P7 (que ocorreram durante todo o processo de pesquisa, mais intensamente entre janeiro e julho de 2013 e agosto de 2014), verificamos que a história que envolve os assentamentos da região sul do RS, especificamente o caso dos municípios de Hulha Negra, Aceguá e Candiota, teve seu início no final da década de 1980 quando as primeiras duzentas famílias se instalaram naquela localidade.

As primeiras famílias assentadas eram, em grande parte, compostas por agricultores oriundos da região central e noroeste do estado do RS. Este fato pôde ser percebido nas falas dos produtores entrevistados para essa pesquisa. Quando indagamos os entrevistados sobre “onde residiam antes de serem assentados”, obtivemos as seguintes respostas, que demonstram que a maioria migrou da região norte para a sul do RS:

“[...] na região noroeste do estado (do Rio Grande do Sul), da cidade de Humaitá” (Entrevista com P2 – Agosto de 2014).

“Eu sou do Alto Uruguai, mas faz desde de 1978 (que moro aqui). Eu morava antes em Nova Esperança. Desde 1978 minha mãe era assentada. E eu morava com ela, aí depois eu fui acampar, aí peguei terra aqui na Meia Água onde a gente vive hoje. Lá era o município de Planalto” (Entrevista com P3 – Agosto de 2014).

“Era daqui mesmo, meu pai veio pra cá em 1979, uns se consideram o primeiro assentamento, foi ali em Bagé, depois em Nova Esperança” (Entrevista com P4 – Agosto de 2014).

Pesquisador: Mas já era em função da reforma agrária?

“Eu acho que meio um respingo, não assim tão declarado, aqui foi a área que compraram, a 1ª área que foi comprada. A minha que eu tenho (lote próprio) no nome é de 2013” (Entrevista com P4 – Agosto de 2014).

“O assentamento que meu pai foi assentado, ele foi o primeiro assentamento que chegou aqui na região, o assentamento Nova União, aí depois eu fiquei maior de idade, trabalhei muito tempo na cidade, meus pais foram também aí depois voltaram. Eu sou natural de Herval Seco. Meu pai

também é daquela região, região noroeste, perto de Palmeiras das Missões. Quando o pai veio, ele veio em 1989, um dos primeiros assentamentos” (Entrevista com P5 – Agosto de 2014).

“Sim em Humaitá, região noroeste do estado (RS)” (Entrevista com P6 – Agosto de 2014).

Sobre o tempo que os entrevistados estão assentados em seus lotes, percebemos que nenhum integrou o grupo das primeiras famílias que se estabeleceram a partir do fim dos anos de 1980. Podemos identificar, desse modo, que os atores entrevistados envolvidos diretamente com o mercado de sementes agroecológicas integram, por assim dizer, uma “geração” de assentados mais recente, uma vez que os assentamentos da região pesquisada existem a quase 30 anos e os atores entrevistados estão assentados, em uma média superior a dez anos.

“Faz treze anos que o pai é assentado” (Entrevista com P2 – Agosto de 2014).

“Doze anos” (Entrevista com P3 – Agosto de 2014).

“Há onze anos já” (Entrevista com o P4 – Agosto de 2014).

“Eu sou assentado desde dois mil e quatro, dois mil e cinco ali, dá pra se dizer que nove, dez anos” (Entrevista com P5 – Agosto de 2014).

“Eu moro com meus pais ali no assentamento Paraíso, faz doze pra treze anos” (Entrevista com P6 – Agosto de 2014).

Entretanto, vale relatar que a construção da usina hidroelétrica de Salto do Jacuí, em meados dos anos 1970, segundo os relatos do entrevistado P7, possui relação com o processo de desapropriação pelo qual as primeiras famílias que se assentaram na metade sul do RS passaram. Durante o processo de construção desta obra, foram alagadas grandes extensões de terra, cerca de 30.000 hectares, e as famílias atingidas foram indenizadas apenas com o valor venal da terra. Devido a esse processo de desocupação forçada, e ainda, à indenização insuficiente para a compra de novas propriedades, estes colonos organizaram-se e integraram primeiramente o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) antes de integrar o MST. Segundo o depoimento do entrevistado P7, a finalidade do MAB era a

reivindicação de terras para plantio, e este movimento popularizou-se no estado do RS como o “movimento dos afogados”⁶.

“[...] um pouco da raiz do gancho do movimento (MST) foi a barragem, nós fomos afogados pela barragem, que hoje tem o movimento dos atingidos pela barragem que na época nós chamávamos dos afogados. Então a CEEE fez o projeto da barragem, Salto do Jacuí, que alagou 20, 30 mil hectares, todos de colonos, pequenos agricultores. Aí começou o processo de indenização, de negociação, porque precisava daquela barragem [...]”. “Então os que foram atingidos, foram indenizados em dinheiro, muito mal, com valor venal da terra, que se a terra valesse 5 mil eles indenizavam por 500 pila. Outros foram reassentados, que daí tem os reassentamentos, que é o Colorado, Itaíba, a própria fazenda Anoni, que já era uma área que tinha reassentamento, uma parte foi assentada e uma parte depois foi desapropriada, Itaíba, Sagrisa, várias fazendas a nível do Rio Grande do Sul que foram compradas para reassentamentos. E aí algumas famílias receberam indenizações, quem tinha mais áreas, mais bens [...], a região ali era uma região superdesenvolvida na época, tinha fábrica de moveis, de tijolo, de telha, era uma região desenvolvida, hoje seria um grande município, mas como foi atingido, as famílias foram para outros lugares, e ficou esse gancho, algumas famílias foram assentadas e outras não, e veio a história do direito dos filhos, os filhos teriam direito a um lote, porque a tradição desse período era o pai comprar uma colônia para cada filho. O meu pai recebeu uma colônia do pai dele. Eles trabalhavam durante a vida e o filho mais velho – “ah vai casar!” – então vamos comprar uma colônia, na época era fácil de comprar, porque ainda tinha muita terra que não estava valorizada, e o meu avô comprou para meu pai [...] que já estava no modelo novo de financiamento, [...] os primeiros tratores (da região) foi meu pai que comprou, junto com meu tio, e começaram a plantar soja, era plantação de milho, fumo, leite, feijão e tudo que sobrava se vendia no mercado e era suficiente pra comprar as coisas e as vezes era suficiente para comprar terra” (Entrevista com P7 – janeiro de 2013).

Durante a década de 1970, a luta por terra dos “afogados” seguia o modelo de ocupação e protestos moldados pelo MST, no entanto, esses dois movimentos estruturavam-se em frentes separadas. O MAB, do qual o informante fazia parte, e o MST juntaram forças nos anos de 1984, e apesar do MAB ainda hoje se constituir enquanto um movimento social, os assentamentos da região pesquisada não se vinculam mais a ele.

⁶ Para um aprofundamento sobre o tema do Movimento do Atingidos por Barragens (MAB), tanto no Brasil, como no Rio Grande do Sul, sugerimos a consulta de duas obras: 1) O movimento de Atingidos por Barragens e a Comissão Mundial de Barragens: características e limites na participação política de um movimento social na escala global, escrito por Flávia Braga Vieira pesquisadora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) disponível em <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/download/2036/1996>. e, 2) A territorialização de assentados e reassentados no rio grande do sul: os espaços de vida no contexto da luta pela terra, escrito por Rosa Maria Vieira Medeiros, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Rosa Maria Vieira Medeiros Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, disponível em <http://www4.fsanet.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/515/327>.

Segundo as informações do mesmo entrevistado, os anos de 1980 no Rio Grande do Sul foram marcados por longos períodos de seca, e as principais atividades agrícolas da região da campanha encontravam-se em uma crise produtiva. Os produtores de arroz (atividade agrícola muito comum na região) acumulavam perdas devido à escassez de água nas barragens, da mesma forma, os estancieiros produtores de carne, sofriam perdas com o gado magro pela falta de pasto.

“[...] nós fomos ocupar com a intenção de ser assentado ainda na região, nas missões, planalto, porque nós sabíamos que ainda tinha muita fazenda, nós focamos naquelas fazendas, que foi inclusive o conflito da Santa Elmira, que era uma fazenda lá de Salto do Jacuí, com sei lá, 2 mil hectares, que já estava começando a ser arrendada pros produtores de soja que tinham algum problema na justiça, alguma coisa, nós ocupamos, que deu conflito, que lá a reação da UDR que na época era os fazendeiros organizaram junto com o grupo dos granjeiros que chamavam, já plantavam 500, 600 hectares. Que eles estavam de olho na fazenda tanto é que hoje está plantado soja, e era uma fazenda de gado, nós ocupamos e nem um lado e nem o outro permitiu que nós ficássemos, nem os fazendeiros nem os granjeiros, claro que eles estavam de olho já tinham até uns parentes meus que arrendavam lá, na lógica do mercado, produzir soja, e reproduzir o modelo. Então os dois lados, juntos com governos nos expulsaram, “então vamos cagar de pau essa turma aí”, fizeram isso mesmo, prenderam, eu fui preso, fiquei 20 e poucos dias na cadeia, os grupos das lideranças foram presos, machucaram muita gente, o Frei Sérgio ficou hospitalizado muito tempo, porque bateram nele, os padres incentivaram né, algumas lideranças quase morreram, foram baleados, machucados. Então a polícia e os jagunços se juntaram, a gente via né, na desocupação, a gente via soldado de capacete mas com roupa de peão, a gente via que não era só policial que estava na ação. O que aconteceu? Juntou no momento histórico de novo né, o governo Pedro Simon que na época era PMDB estava no conflito, como foi anteriormente nas áreas indígenas, ARENA e PMDB na briga, um defendia os índios e outro defendia os colonos. Daí deram, não sei bem como era o processo na época, não sei como ficou essa história, e o PMDB então, ou seja, o governador, vamos assentar então, mas não podia sentar na região de conflito, e juntou com a crise e com a seca da década de 80 (final da década, 87 e 89), teve 3 4 anos de grandes secas aqui, então os arroteiros estavam sem água na barragem e os fazendeiros sem gado no campo e já com esse sistema que nós falamos antes das cooperativas com que não funcionava com dívida no banco, ficou fácil do governo comprar terra aqui, estava no pior lugar que tinha, porque onde estava a pior crise, então foi assentada a maior parte das famílias obtidas, nesse período resolveu o problema da Anoni, porque a Anoni não tinha mais volta, era um processo tão grande político que não tinha como o governo não desapropriar, que já era recorrente o processo da Anoni, então aceitou-se. Só que lá não ficou uma colônia, ficou meia colônia, porque era tão disputada a área tão valorizada que o próprio movimento aceitou menos hectares, então lá tem 12, 15 hectares” (Entrevista com P7 – janeiro de 2013).

Esta conjuntura, influenciada definitivamente pela falta de chuvas, na percepção do entrevistado P7, fez com que o preço da terra decaísse abaixo do

valor considerado normal; o preço por hectare baixou consideravelmente a ponto de ser visto como alternativa de compra por parte do Estado junto aos produtores descapitalizados e entregue ao MST (que congregava o MAB) como parte da política de reforma agrária e solução das reivindicações por terra.

De acordo com os relatos dos entrevistados, em 1987 as primeiras famílias foram oficialmente assentadas e, este primeiro assentamento recebeu o nome de “A conquista da Fronteira”. Este momento histórico para as primeiras 200 famílias foi registrado e pode ser visualizados nos anexos A, B, C, D, E, que são imagens fotográficas cedidas do arquivo pessoal do entrevistado P7 que registram esse momento.

O entrevistado P7 relata que quando da chegada à região sul, os primeiros assentados depararam-se com a precariedade das estradas, fato que pode ser observado nos anexos F, G, H, fotos que retratam esse panorama, a falta de escolas para os filhos estudarem, a falta de energia elétrica e a diferença de clima e de solo para produzir. As antigas residências destas primeiras famílias, nas regiões central e noroeste do RS, antes de serem desapropriadas, possuíam energia elétrica e estradas pavimentadas que ligavam o interior do município à cidade, realidade diferente da que encontraram na região da campanha gaúcha.

De acordo com um dos raros documentos elaborados pelo Centro de Educação Popular e Ecológica (CEPPA) sobre os assentamentos, que é uma apresentação sobre o histórico do assentamento “A conquista da Fronteira”, os grandes desafios das famílias assentadas no ano de 1989 eram: a) falta de apoio governamental (tanto a nível estadual, como a nível federal); b) a discriminação dos moradores da região em relação à cultura dos assentados e a forma como reivindicavam terras para produzir; c) as poucas alternativas na área de produção.

A “cultura” construída pelo MST nos assentamentos, criticada pelos moradores da região quando da chegada das primeiras famílias, relaciona-se, em nosso entendimento, à dificuldade e à ausência de recursos financeiros, habitacionais e de saneamento básico. Antes de uma escolha em “ser sem-terra” os atores desse contexto foram obrigados a “ser sem-terra”.

A primeira instituição a apoiar a produção e ajudar no processo de estruturação nos assentamentos, citada neste documento, foi a CARITAS⁷⁸.

⁷ “A Cáritas Brasileira é uma das 164 organizações-membro da Rede Cáritas Internacional presentes no mundo. Nacionalmente, a Cáritas é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

“[...] o governo não tinha mais o que fazer, a pressão estava tão grande, eram milhares de famílias, milhares de famílias no Estado. E nós tínhamos uma aceitação, e como a comunidade urbana entendia que a reforma agrária era necessária, já era um período que nem hoje, todo mundo indo pra cidade, se concentrando lá e não tinha emprego, foi uma época de crise econômica. Então a opinião pública tinha uma aceitação de 80%, nós íamos fazer marcha em Porto Alegre, mobilização no INCRA, e o pessoal nos apartamentos largavam papel picado, a década de 80 foi maravilhosa para o movimento (MST), desencadeou a nível nacional o processo porque nós estávamos convictos, e estamos até hoje na verdade, isso deu uma queda nos últimos anos, mas que a reforma agrária continua sendo uma grande saída, tira a gente da cidade põe gente organizada a produzir e dá uma desafogada e viabiliza economicamente essas famílias, só que daí tem um entrave no meio, o tal de modelo, o modelo não é pra isso, o modelo no Brasil é pra produzir agronegócio e daí nós como sabíamos disso, e não tava bem madura a ideia do processo, o que nós iríamos fazer? Reproduzir o modelo. Aí o governo comprou dos fazendeiros falidos, na época a maioria das terras aqui foram compradas por mil reais o hectare, enquanto o valor real era 8, 10 mil. Então a diferença foi muito grande, tanto pro governo desapropriar ele tem que pagar, seja com título, seja com dinheiro [...], claro, comprou aqui, já estava em crise, tem terra a vontade, só que aí surgiu o desafio. O desafio das famílias quererem vir pra cá, porque nós também não queríamos vir, porque nossa origem e a raiz estava lá (...) outro clima, outra terra, família e tudo, nossa cultura estava lá. E nós não conhecíamos aqui, mas nós imaginávamos “que bom, tem terra, vamos lá (...)”, e o pessoal veio visitar, não gostaram muito, muitos não se inscreveram. Dentro do acampamento por exemplo, saiu área pra duzentas famílias e nós éramos mil e poucos. Então se inscreviam os grupos, nós tínhamos os grupos de trinta, quarenta famílias dentro do acampamento já previsto pra chegar no assentamento e construir a cooperativa. Aí o pessoal veio pra cá (...) ainda bem que era época de seca, se tivesse chegado aqui em época de chuva ninguém viria, porque não tem como chegar, essa estrada é muito ruim, infraestrutura zero. Então nessa história tu vai ter outros dados, a energia elétrica onde eu morava, voltando lá na década de 70, que que eles fizeram acordo, pelo menos pra agradecer os colonos, nós vamos construir a barragem mas vocês vão ser os primeiros a terem energia elétrica. Tá, já fazia parte do pacote, energia elétrica pra gerar os motores. Então em 1971 já tinha energia elétrica em casa, eu tinha 6 anos de idade e assistia televisão. Em 89 eu vim pra cá e fiquei 7 anos sem energia elétrica. Pra ver a diferença de estrutura, porque lá a cooperativa já expandiu a energia elétrica pra todo mundo porque era uma região de colonização, onde ia na linha de energia elétrica atingia 20, 30 famílias facilmente. E aqui não, os fazendeiros até a sede tinham energia elétrica,

(CNBB). Atua em 450 municípios, junto às pessoas mais empobrecidas, no fomento às iniciativas de Economia Solidária, Segurança Alimentar e Nutricional Fundos Solidários, envolvendo jovens, mulheres, catadores(as) de materiais recicláveis, pequenos(as) agricultores(as), acampados(as) e assentados(as) de reforma agrária, ribeirinhos, quilombolas e indígenas, comunidades em situação de riscos e afetadas por desastres socioambientais, a Caritas valoriza e aposta em ações locais, comunitárias e territoriais, em relações solidárias em que a luta por direitos e a construção de um desenvolvimento local e solidário e sustentável caminham juntas”. Informações retiradas do site: <http://caritas.org.br/quem-somos-e-historico>. Acesso em: 10 out. 2014.

⁸ Para um aprofundamento sobre o tema que engloba o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a CARITAS sugerimos a consulta aos seguintes trabalhos: 1) O trabalho auto gestor em cooperativas de produção: o paradigma revisitado, de autoria de Jacob Carlos Lima disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n56/a04v1956.pdf>. e, 2) Igreja Católica e mercados: a ambivalência entre a solidariedade e a competição, de autoria de André Ricardo de Souza disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rs/v27n1/a07v27n1.pdf>.

pros outros lados nada, então lá na sede tinha. Então essa lógica foi muito difícil de nós absorver então os grupos que estavam maduros, no nosso grupo não então nós vamos nos assentar, vamos estruturar o processo e viemos pra região sul, aí foi constituído esse processo de assentamento já previsto os grupos coletivos, nós até imaginávamos que não viabilizava individualmente” (Entrevista com P7 – Janeiro de 2013).

Sobre a produção nas antigas propriedades localizadas na região central e noroeste do RS, os atores entrevistados relataram que as principais atividades econômicas eram a produção de soja e milho, a criação de suínos, a plantação de mandioca e hortaliças. Sua relação com o mercado – para a venda da produção – ocorria por meio das cooperativas, que organizavam a produção e a comercialização. No entanto, esse modelo cooperativado integrava a estratégia importada e imposta pela “revolução verde”, diferente do modelo cooperativo que foi criado mais tarde nas experiências do assentamento. Sobre a produção nas antigas propriedades coletamos os seguintes dados:

“Lá a gente trabalhava com leite, plantava soja e produção de milho, mandioca, coisa básica de um pequeno agricultor, nós tínhamos 14 hectares de soja, daí era dividido com meu tio, irmão do pai, aí ali a gente dividia, tinha uma área boa de mato e ali a gente ia se virando” (Entrevista com P2 – Agosto de 2014).

“Mais era milho, feijão e os produtos pro sustento básico” (Entrevista com P3 – Agosto de 2014).

“Eu lembro que ele [o pai do assentado] comenta que produzia soja lá, mas pequena propriedade, pro auto sustento mesmo, feijão, aipim, batata bem pouca coisa, por isso que ele resolveu vir pro assentamento” (Entrevista com P5 – Agosto de 2014).

“Eles [os pais da assentada] produziam milho e soja” (Entrevista com P6 – Agosto de 2014).

Em razão do exposto, torna-se possível, a partir da vertente da NSE e de Fligstein (2009), relacionarmos a ideia de habilidades sociais dos atores e suas práticas produtivas ao momento histórico vivido. Isso pode ser percebido, por exemplo, na forma como os atores, no momento pré-assentamento, se organizavam para produzir, para escoar a produção e definir o que produzir. Em contraponto, se nas antigas propriedades localizadas na região central e noroeste do RS, os entrevistados relatam que plantavam soja, entregavam-na na cooperativa e produziam de forma individual, apoiados pelo financiamento bancário, no momento pós-assentamento, que em certa medida configura um momento de mudança em

razão de uma crise, novas formas de organização para produzir, criação de novas técnicas produtivas e plantio de produtos diferentes dos cultivados nas suas regiões de origem, configuram um novo momento na história dos atores, bem como, na história econômica da região estudada.

Nas cooperativas, anterior ao processo de desapropriação, era entregue a produção e realizada a compra dos produtos que não eram produzidos nas propriedades. O que não era produzido em seus lotes era adquirido junto ao supermercado da própria cooperativa.

Identificamos nas entrevistas realizadas, que o modelo organizacional e o sentido que a palavra “cooperativa” representa no momento pós-assentamento, possui um significado diferente do sentido empregado na antiga região onde os atores residiam. A concepção de cooperativa no momento pré-assentamento é associada a uma espécie de “empresa” onde os colonos entregavam sua produção e faziam suas compras. Em muitos casos, era a mesma instituição que financiava suas lavouras, vendia-lhes os insumos agrícolas, como venenos e adubos, e o local onde se reuniam produtores com diferentes poderes econômicos, de modo que a política da cooperativa e as estratégias de negócios eram assuntos apenas dos grandes produtores associados.

Podemos perceber, a partir das entrevistas com o ator P7, que esse modelo produtivo, que de acordo com suas palavras “integrava o pacote da revolução verde” é compreendido como a gênese do que hoje conhecemos como “*agribusiness*”, ou seja, a década de 1970 foi o marco inicial do processo de mecanização do campo, que configurou uma situação em que o produto comercializado, desde a plantação até a colheita, estava vinculado a atores externos como bancos – que financiavam a atividades agrícola – cooperativas, indústrias de fertilizantes e indústrias de implementos agrícolas.

“[...] e o autoconsumo era 100%, só comprava sal, porque açúcar se produzia da cana e então não tinha compra, nos primeiros 5 ou 8 anos que começou o modelo da soja, nós numa data tal, em 78, 79, nós começamos a comprar margarina. Pra mim marcou a minha vida a margarina, porque todos os meus ancestrais digamos assim, foram criados por manteiga, queijo, e lá numa altura começamos comprar margarina industrializados do mercado, então nós produzia soja e comprava produto, mortadela, margarina, e nós fomos criados com salame, queijo, manteiga. E foi mudando a lógica e foi muito melhor. Pão industrializado que daí a cidade tinha o fluxo da ida e vinda da cooperativa, o que a cooperativa fez? Criou um grande mercado e eu me lembro que falávamos amarelinho, era um cartão, vendia no cartão, escrito a mão, o associado ia lá e comprava um

rancho, fazia um baita negócio né, ele comprava soja e vendia todos os produtos industrializados, ali eu senti a implementação do modelo, esse é o modelo, o colono não vai mais produzir o que comer, ele vai produzir um produto “x” pro mercado e vai comprar o produto industrializados. Então não foi porque o colono quis, foi um plano muito bem montado que estruturou as cooperativas que tinha as áreas de vendas de insumos, adubo, veneno, a representação das máquinas agrícolas que a cooperativa as vezes financiava que ai até foi criado o Sicredi [...]. E o mercado para vender o produto industrializado, pra ver o modelo fechou a cadeia, não tinha mais o que fazer [...]” (Entrevista com P7 – Janeiro de 2013).

O sentido das cooperativas que se formaram mais tarde, no momento pós-assentamento, apresenta características próprias e difere da realidade vivenciada no momento anterior. As cooperativas formadas nos assentamentos, no entendimento do entrevistado P7, surgem de uma necessidade de sobrevivência; eram uma forma de adquirir produtos com preços mais baixos, através da compra coletiva e, ao mesmo tempo, escoar a produção de forma conjunta, barateando o preço dos fretes. O regime de “mutirão” também foi uma prática comum nesse primeiro momento do assentamento; um “vizinho” ajudava o outro no momento do plantio e da colheita como forma de garantir ajuda no momento do seu plantio e da sua colheita, alterando algumas habilidades sociais dos agentes e construindo outras a partir de diferentes percepções.

“[...] nós tínhamos uma noção que mesmo numa região desenvolvida como lá, a cooperativa era a melhor forma, aqui muito mais, aqui se não fossem organizadas cooperativas não íamos sobreviver e foi realmente o que aconteceu nos primeiros dias, por exemplo se não fosse o processo organizativo da cooperativa nenhuma família teria resistido, porque não tinha transporte, não tinha estrada, como é que nós íamos fazer individualmente, cada um resolver seu problema. Não tinha alternativa, então tiveram que se associar, saúde, trazer mercadoria, levar mercadoria. Por exemplo, nós chegamos aqui em torno de umas 200 famílias, já imaginou cada um ir buscar o seu rancho na Hulha, e na Hulha nem tinha mercado na época, eram uns mercadinhos em Bagé. Eram 200 idas e 200 voltas. Assim não, a cooperativa ia lá comprava o rancho, quando tinha produção nós fazíamos feira, tinha produção de melancia, abóbora, milho verde, etc. Nós levávamos pra cidade e vendíamos e teve um período que teve uma abertura pra isso. Então ia um caminhão, 3 pessoas e vendiam pro lucro de 20, 30, 50. Vários grupos faziam assim. E pra aquisição do equipamento também os primeiros tratores eram comprados no grupo de 20 famílias” (Entrevista com P7 – Agosto de 2014).

A princípio, o processo de adaptação dos assentados ao novo território demonstra dificuldades relacionadas, em especial, às questões climáticas, culturais e ambientais próprias da região sul do RS. A soja e o milho, que eram as principais

ocupações produtivas da região central e do norte do estado, deram lugar à produção de arroz e a pecuária de corte.

Nessa fase de adaptação, ainda no final da década de 1980, as famílias que se instalaram nas novas propriedades reconheceram como “parceira” a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS (EMATER-RS)⁹ – que “entra” como um órgão estatal de fomento – responsável pelo assessoramento técnico. De acordo com os dados coletados, as primeiras experiências produtivas impulsionadas pela EMATER, estiveram relacionadas às características regionais do bioma pampa.

A região da campanha do RS é reconhecida como uma importante produtora de gado de corte, que muito se deve a suas características de solo. Essa prática produtiva assume como característica sua forma extensiva, isto é, a criação de gado para o abate em grandes extensões de terra, de modo que o gado paste livremente. Esse modelo extensivo contrariava as características do modelo produtivo que caminhava junto dos assentamentos, pois os lotes que as famílias receberam para trabalhar eram divididos, em média de 25 hectares de terra¹⁰, mas mesmo assim houve tentativas de criação de gado para o abate. As pequenas extensões de terra inviabilizavam uma produção que fizesse frente, ou mesmo viabiliza-se a oportunidade de venda do produto, para competir com os grandes latifúndios. Ainda

⁹ No site da Empresa de assistência técnica e extensão rural do RS encontramos as seguintes informações sobre suas atividades e também sobre sua missão e visão. “A Instituição se tornou a representante natural do serviço oficial de extensão rural do Estado, e fincou no solo gaúcho uma trajetória construída pela tenacidade e dedicação de profissionais que colocaram em ação, ininterruptamente, a melhor e mais atuante das políticas públicas do Governo do Estado. Hoje, a agricultura familiar gaúcha é modelo no país graças ao trabalho desenvolvido pela Emater/RS-ASCAR. Ao longo desse tempo, incorporou novos valores e conceitos modernos exigidos pelo agronegócio, atividade que se tornou vital para o desempenho positivo da economia nacional. A Instituição atende às demandas diárias de seu público, formado por agricultores familiares, quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, assentados, um contingente superior a 250 mil famílias de assistidos com áreas em mais de 480 municípios. É no coração de 9.550 comunidades rurais dessas localidades que pulsa a atuação transversal do Serviço de Extensão Rural, revigorada pelo convênio com as Prefeituras, fertilizando o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Rio Grande do Sul”. Sobre sua missão e visão: “Missão: Promover o Desenvolvimento Rural Sustentável por meio de ações de assistência técnica e extensão rural, mediante processos educativos e participativos, visando o fortalecimento da agricultura familiar e suas organizações e criando condições para o pleno exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da população gaúcha. Visão: Ser uma instituição de referência em Assistência Técnica e Extensão Rural, bem como na prestação de serviços de Classificação e Certificação, reconhecida pela excelência da qualidade de seus trabalhos voltados à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável”. Informações retiradas do site: <http://www.emater.tche.br/site/sobre/>. Acesso em: 10/05/2014

¹⁰ O tamanho médio das propriedades que produzem sementes agroecológicas é de 23 hectares.

hoje existem famílias que se mantêm via pecuária, mas não nos moldes da tradicional atividade extensiva¹¹.

Ao longo dos anos, novas atividades, como a criação de caprinos foram sendo introduzidas, por isso buscamos nesse trabalho enfatizar a formação de outra cultura, no caso, das sementes agroecológicas, como veremos no decorrer do trabalho.

A criação de caprinos, em especial para a produção de carne e de lã, é vista pelo entrevistado P7 como uma segunda experiência produtiva nos assentamentos. Atualmente, esta atividade produtiva ainda é uma fonte de renda para alguns produtores. A ideia da criação de caprinos, segundo a mesma fonte, originou-se da EMATER e colocou-se como alternativa à criação de gado de corte, em especial por ser uma atividade que envolve menores espaços geográficos e campos de pastagem.

De acordo com a entrevista do ator P7, outro momento produtivo nos assentamentos da região da campanha, originou-se do diagnóstico por uma entidade francesa chamada de Centro Internacional de Cooperação para o Desenvolvimento Agrícola (CICDA), em parceria com o Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP) e o MST, no ano de 1992. O relatório desse estudo indicou como alternativa produtiva o cultivo de arroz irrigado, a produção de sementes olerícolas¹² e a produção de mel e de frutas; mas foi a produção leiteira quem assumiu o papel de “protagonista” naquele momento.

Assim, a Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados LTD. (COOPERAL) foi constituída no início dos anos de 1990. A formação dessa cooperativa, de acordo com o entrevistado P7, tinha como objetivo possibilitar que os assentados pudessem reunir sua produção e vender por preços mais competitivos. Alguns problemas iniciais enfraqueceram uma maior adesão das famílias, sendo que a morte de muitos animais por falta de uma alimentação balanceada e a precariedade das estradas foram fatores determinantes, segundo o mesmo informante. Da mesma forma que a criação de caprinos, ainda hoje, a atividade leiteira se apresenta como fonte de renda para algumas famílias desde seu

¹¹ Para um aprofundamento das discussões sobre a pecuária em pequenas propriedades pode ser consultada à obra “Pecuária Familiar: a emergência de uma categoria social no sul do Brasil” (PORTO *et al.*, 2010).

¹² Produção de hortaliças.

início em 1994. De modo geral, hoje a pluriatividade é presença constante na vida das famílias assentadas, como podemos identificar nas falas dos entrevistados:

Tabela 2 - Quadro informativo 2

Entrevistado	Atividades produtivas na propriedade
P2	<i>“A gente sempre trabalhou com a subsistência básica, a gente sempre gostou de criar porco, galinha, peixe, mel e o leite, e o cultivo das miudezas, mandioca, batata, batata inglesa, amendoim, sempre teve, bem diversificados”.</i>
P3	<i>“Eu trabalho com leite, essa é a principal renda da propriedade”.</i>
P4	<i>“Eu trabalho com leite, o que é a renda principal da família no lote é o leite. Eu também trabalho na cooperativa que é outra forma de renda, e a produção de sementes, tem diversidades no lote trabalho com leite, tem ovelha, trabalho com porco, galinha coisas que tem que ter na propriedade para o auto sustento, tudo isso soma na renda, e a produção pro consumo também feijão, horta”.</i>
P5	<i>“É leite, se você vai ver dentro do assentamento leite é maior renda. A Bionatur, assim ela não quer que unifique só a produção de sementes, produção de sementes é mais uma alternativa dentro da propriedade, o negócio é diversificar a propriedade”.</i>
P6	<i>“Leite, além do sustento acho que é só isso mesmo, e pro próprio consumo, galinha, porco”.</i>

Fonte: Elaboração do Pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

A partir das conversas e entrevistas com os atores dessa pesquisa, percebemos que um momento produtivo assumiu certo protagonismo nos assentamentos, a partir do ano de 1997, em razão do início da atividade de produção de sementes em regime agroecológico e a estruturação da marca Bionatur (ANEXO I). Essa constituição chama atenção por ser um nicho recente e por percebemos uma forte atuação do Estado, tanto em nível de incentivo à produção agroecológica, como em nível de aquisição por meio de políticas públicas destinadas aos assentamentos e agricultores familiares.

Por fim, destacamos que esse “resgate histórico”, que buscou demonstrar em partes, como era a “vida” dos atores antes de se tornarem assentados e o processo que envolve a definição e a chegada dos assentamentos na região da campanha gaúcha, em conjunto do “resgate” sobre as primeiras experiências produtivas na região do município de Candiota, foram construídos, principalmente, a partir do depoimento do entrevistado P7, já que ele é uma das lideranças do MST na região e integrante do grupo das primeiras famílias que foram assentadas na década de 1980, e complementadas com dados coletados nas entrevistas aos atores envolvidos diretamente com a produção de sementes agroecológicas.

Assim, essa etapa é importante para a nossa compreensão, pois, de certa forma, evidencia como os atores envolvidos no atual mercado de sementes agroecológicas, configuram a especificidade deste mercado.

1.4 O contexto de surgimento da marca de sementes agroecológicas Bionatur e da Conaterra

Os dados para elaboração deste subtítulo, que trata do contexto de surgimento da Conaterra e da marca de sementes produzidas em regime agroecológico Bionatur, foram pesquisados, principalmente, em três fontes distintas; primeiro em um artigo publicado pelos produtores de sementes agroecológicas em conjunto com os técnicos que assessoram a cooperativa e seus produtores, sobre o histórico da rede de sementes Bionatur¹³; segundo, em entrevistas realizadas com produtores associados à Conaterra e com seu presidente; terceira, ao site oficial do MST.

A Bionatur, por definição, é uma marca comercial de sementes produzidas em regime agroecológico, cuja propriedade pertence à Cooperativa Nacional Terra e Vida LTDA. (Conaterra) desde 2005. A Conaterra, por sua vez, é uma cooperativa formada por agricultores assentados pela política de reforma agrária que produzem sementes em regime agroecológico (DA SILVA et al, 2014).

A experiência da Rede Bionatur, como identificado na fala de seu atual presidente, iniciou suas atividades na década de 1990, na cidade de Hulha Negra, quando um pequeno grupo de agricultores assentados começou, sob influência do Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa (IPEP), a produção em regime

¹³ O artigo citado é de autoria do atual presidente da Conaterra – entrevistado P1 –, técnicos que assessoram a cooperativa e pesquisadores da UFPEL.

agroecológico de semente de hortaliças. A seguir, apresentamos parte de uma entrevista realizada com o atual presidente da cooperativa que relata o histórico da Conaterra e da marca Bionatur.

“A Bionatur é uma marca, a entidade jurídica é a Conaterra. A Bionatur antes pertencia a Cooperal, depois quando foi montada a Conaterra em 2005, aí que ela passou pra Conaterra. Em 1989 as famílias chegaram aqui na região, anterior a isso teve um processo de reforma agrária aqui, mas que não chegou a ser caracterizado como assentamento de fato, mas foi em 1989 que se deu o grande marco digamos assim, com a chegada dessas famílias. As famílias vinham lá da região norte, soja, milho, leite iniciando, mas basicamente isso, e o auto sustento que era muito forte naquela região, chegando aqui o pessoal começou a correr atrás de algum tipo de linha de produção que pudesse ser viável, então o que começou a acontecer, o pessoal, nos primeiros anos começou a plantar milho, plantou hectares e hectares de milho, produziu muito pouco, não deu certo porque a região não era pra isso, mas aos poucos foi ficando alguns, como por exemplo, o leite e as sementes e isso já tinha um processo de produção pelas empresas Isor-Tec, e outras empresas que produziam já aqui na época, então o pessoal pensou: “isso aqui dá certo, é possível”, e aí o pessoal começou inclusive a fazer algumas parcerias com algumas empresas. Em 1994, veja bem passou praticamente cinco anos, até descobrir que se tinha o mercado. Em 1995, começou o processo de organização da Bionatur, ainda muito tímido, por que daí os agricultores começaram a produzir sementes e entregar para as empresas, fazer parcerias com as empresas, produzir e entregar para a empresa, essa relação agricultor empresa. Aí a partir de 1997 que foi fundada a Bionatur, esse foi o marco, aí os agricultores começaram a organizar a produção e com o foco de comercializar na própria cooperativa ou pela própria cooperativa, aí começamos com três, que era as que o professor já conhecia: cebola, cenoura e coentro, porque já produzia, já conhecia o manejo, já conhecia toda técnica de produção, tinha de certa forma um comércio já estabelecido, se não conseguia no comércio em vareta conseguia entregar inclusive para as empresas, isso de forma já sem agrotóxico, sem nenhum adubo químico nem nada. Isso começou com 12 agricultores, o processo com a região, e nesse período a Bionatur fez parte da Cooperal, que era a Cooperativa Regional que produzia leite ali na região, aí a partir de 1998/1999 começou o processo de organização melhor da produção, o pessoal começou a perceber que não bastava produzir duas ou três variedades, tinha que produzir mais variedades, tinha que organizar a comercialização, tinha que organizar o beneficiamento, os controles, tinha que se preocupar com a embalagem, com a marca, aí começou todo esse processo. E teve uma pessoa que foi fundamental para esse processo aqui da região, que eu sempre cito que é o João Rockett, que é um camarada aqui do IPEP – Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa, ele é agrônomo e trabalhou em projeto e começou a organizar um pouco essa ideia. A partir de 1999 começou um debate muito forte em relação às sementes crioulas, não só na região, como dentro do MST, que a Bionatur é uma cooperativa que fez e faz parte do MST, aí o movimento começou também a observar que a experiência não podia ficar só aqui na região que tinha que nacionalizar a ideia, a partir do ano 2000, quando teve a ofensiva do estrangeiro aqui no Brasil, a invasão do transgênico no Brasil, que foi disseminada do dia para a noite sem muita organização nem muita difusão também, foi proibida e colocada meio a goela abaixo, o movimento também pegou e utilizou a Bionatur pra fazer esse embate a esse processo existente, a Bionatur era uma delas, era semente de milho, de soja, aí a Bionatur entrou na via da campanha de sementes, aí ela ficou conhecida

nacionalmente, esse conhecimento que se tem da Bionatur é tudo fruto desse período. Esse negócio não pode ser regionalizado temos que nacionalizar a proposta, em 2005 nós conseguimos um projeto com o INCRA e montamos a UBS, que é a Bionatur hoje, e aí que começou o processo mais abrangente, aí tinha uma marca nacional, tinha uma filosofia de trabalho que dava fogo pra fazer uma ação maior” (Entrevista com o Produtor 1 – P1 – Agosto de 2014).

A origem da Rede de sementes agroecológicas Bionatur é associada por seus atores/autores¹⁴ a dois fatores que se destacam. Primeiro, a materialização de uma produção de sementes baseada no manejo agroecológico que buscava certa diferenciação em relação às sementes produzidas na região em regime de produção convencional.

A produção convencional, segundo as informações dos atores/autores, estava vinculada ao uso de agrotóxicos e a relação entre os produtores e as empresas compradoras de sementes era demarcada por um desfavorecimento aos produtores, em especial a sua autonomia, uma vez que não eram vozes ativas nos processos de estabelecimento de preço e escolha dos consumidores finais.

Um segundo fator que demarca o surgimento da Rede de sementes agroecológicas Bionatur vincula-se ao rompimento com essas empresas e o surgimento de uma experiência ancorada na ideia de cooperação e superação do modelo convencional de produção, eliminando todo e qualquer produto agrotóxico da cadeia produtiva. Essa nova experiência, na visão dos atores entrevistados, proporcionaria aos produtores associados uma abertura para participação nos processos de decisão. Essa experiência inicial centrou-se na produção de uma pequena variedade de sementes.

Os dados coletados demonstram que a Rede de Sementes Bionatur, vem assumindo, ao longo dos anos, certo protagonismo, devido aos esforços de seus atores internos e da constante atuação do MST, bem como, à atuação de atores externos, que na maioria das vezes, são representados pela figura estatal, como a EMATER, a CONAB, o BARRISUL, o INCRA, o IFsul, a Fepagro etc. Desde sua constituição na década de 1990, a Conaterra teve como “parceira” a EMATER-RS nos processos de assessoramento e pesquisa. No entanto, nos anos 2000, ocorreu certa expansão da cooperativa, muito relacionada à aquisição de equipamentos e

¹⁴ Utilizaremos o conceito atores/autores por compreendermos que os autores do artigo que foi fonte de pesquisa para construção deste subtítulo também se constituem como atores sociais daquela realidade.

estruturação física. Esses acontecimentos podem ser relacionados, em certa medida, à ascensão de um governo de base esquerdista que priorizou o atendimento das reivindicações de movimentos sociais como o MST.

Em razão disso, podemos perceber a implantação e a implementação de políticas públicas para aquisição de produtos oriundos da produção em regime familiar, como o caso particular do Programa de Aquisição de Alimentos e o programa de responsabilidade socioambiental do estado do RS, que juntos são responsáveis por 70% das vendas da Bionatur. Ao mesmo tempo, o Estado se faz presente no campo pesquisado e contribui para a estruturação da cooperativa, pela implantação de um câmpus avançado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, cujo objetivo é ofertar o curso técnico em agroecologia para formar jovens capazes de trabalhar a terra sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos.

A estruturação e ampliação dos processos produtivos da rede de sementes Bionatur e seus associados também esteve vinculada à construção da Unidade de Beneficiamento de Sementes – com o apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Ministério da Integração Nacional (MIN) – em 2003 e a fundação da Cooperativa Conaterra em 2005, além dos convênios firmados em 2011 com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO) e, em 2013, com a Embrapa Clima Temperado. Outra exigência da cadeia produtiva foi a de atender às condições exigidas pelo sistema formal de produção de sementes, prescritas pela legislação vigente (DA SILVA et al, 2014).

Algumas das metas estabelecidas pela Rede de sementes agroecológicas Bionatur é a de produzir e comercializar sementes agroecológicas que possam ser cultivadas, multiplicadas, conservadas e melhoradas pelos agricultores que as adquirem, expressando seu potencial produtivo e sua capacidade de adaptação aos diferentes sistemas de produção local (DA SILVA et al, 2014) e junto a isso, algumas características da Rede são (1) ser uma organização de agricultores assentados autogerida através da Rede e da Cooperativa; (2) manejar as sementes exclusivamente em sistemas de produção agroecológicos; (3) não trabalhar com híbridos e transgênicos, ou seja, todas as cultivares são de polinização aberta, viabilizando sua reprodução por outros agricultores (DA SILVA et al, 2014).

Na sequência desse capítulo, para um entendimento sobre as estruturas da Conaterra, apresentaremos suas estruturas organizacionais, estruturas de produção e estruturas de comercialização.

1.5 As estruturas da Conaterra: organização, produção e comercialização

Neste subtítulo descreveremos a estrutura organizacional da Conaterra, em razão de que em nosso entendimento, essas organizações refletem a forma como o mercado se organiza na prática.

As informações para construção destas descrições foram coletadas em entrevistas ao coordenador da Conaterra, aos assentados produtores de sementes agroecológicas, bem como, a partir de uma palestra sobre a Bionatur proferida por um dos técnicos que assessoram a cooperativa e os produtores, ocorrida na semana técnica do curso técnico em Agropecuária do IFSul – câmpus Bagé em agosto de 2014.

Da mesma forma, apresentaremos o “caminho da semente”, o passo-a-passo desde a saída das sementes agroecológicas dos lotes dos produtores, os processos de beneficiamento dentro da cooperativa e a logística para entrega do produto final. Destacaremos a particularidades encontradas nesse estudo no que tange a forma do produtor se relaciona diretamente com a cooperativa.

1.5.1 A estrutura organizacional da Conaterra

De acordo com as informações coletadas e demonstradas no esboço que segue abaixo, percebemos que a cada três anos ocorre o encontro Nacional da Rede Bionatur, e que junto ao encontro ocorre também a assembleia geral da Conaterra, em que participam todos os associados à cooperativa, cujo objetivo é discutir os regulamentos, a organização da cooperativa e suas estratégias produtivas. A direção administrativa da Conaterra é eleita para um mandato de dois anos, através de eleições diretas por meio das quais os associados se manifestam por meio do voto.

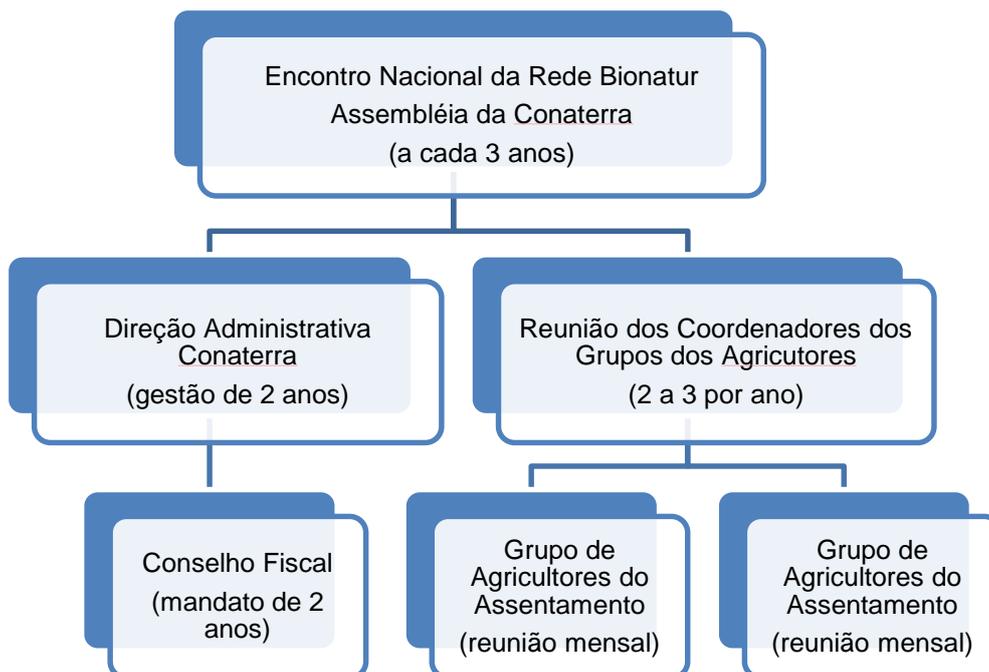
Pela pesquisa de campo realizada, nota-se que a relação entre associados e direção da cooperativa não ocorre de forma direta e permanente, por isso todas as

informações que se relacionam à produção, beneficiamento e entrega aos consumidores finais, dentre outras, são repassadas aos coordenadores de grupos de produtores e técnicos que, por sua vez, repassam aos produtores nas reuniões de grupo que ocorrem mensalmente. Os grupos de produtores são divididos por localidades, cujo critério para participação de um produtor “nesse” ou “naquele” grupo se dá por proximidade entre o lote do produtor e o local das reuniões do grupo.

De acordo com as informações do entrevistado P1, as reuniões entre os coordenadores dos distintos grupos das diferentes localidades produtivas, ocorrem de duas a três vezes por ano. Os objetivos dessas reuniões entre os coordenadores de grupos produtivos, de acordo com as informações do mesmo entrevistado, é o de construir um espaço que proporcione o intercâmbio de experiências produtivas e relacionais entre os diferentes grupos produtivos que integram a Conaterra. Por fim, destacamos que o conselho fiscal da Conaterra é eleito para um mandato bianual.

Cabe ressaltar, que em entrevista ao atual coordenador da Conaterra, indagamos sobre a possibilidade de participarmos de alguma reunião entre grupos produtivos divididos por localidades, ou alguma reunião entre os coordenadores de grupos produtivos e os técnicos da Conaterra, e o posicionamento do entrevistado sobre essa participação foi o de enfatizar que essas reuniões são fechadas e destinadas apenas aos produtores e colaboradores da Cooperativa.

O fluxograma que segue demonstra a atual organização da Conaterra; esse “esboço” demonstra a organização administrativa da Conaterra, enfatizando o encontro nacional da rede Bionatur e a assembleia geral dos associados da rede, o tempo que a direção eleita permanece no cargo, a frequência com que ocorrem as reuniões entre os coordenadores de grupos produtivos, e por último, a frequência em que ocorrem as reuniões dos grupos produtivos divididos por localidades.

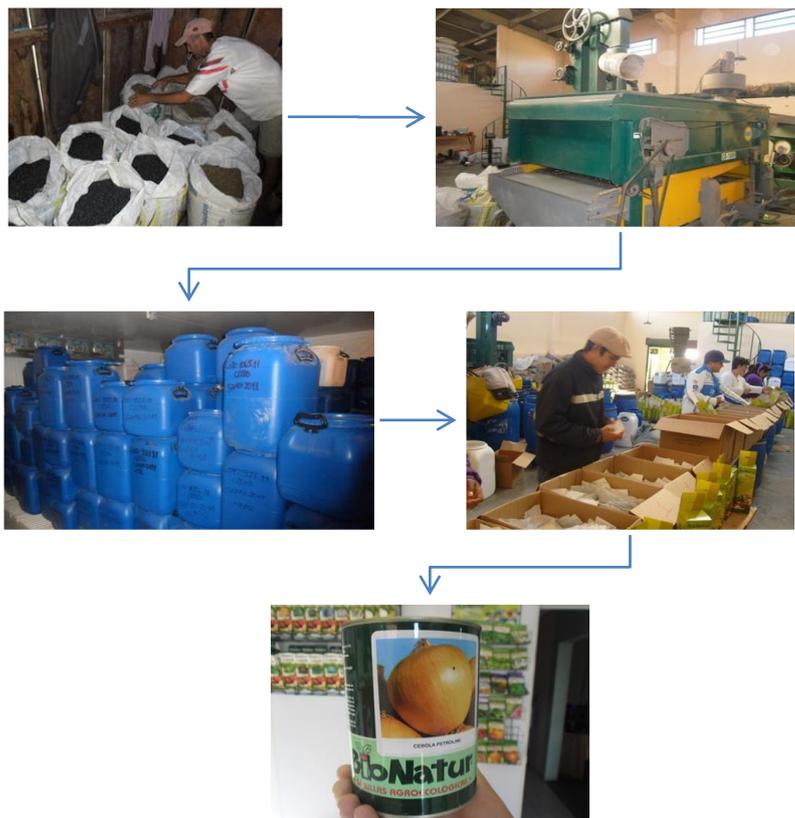


Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de uma palestra proferida em agosto de 2014 por um dos técnicos responsáveis por assessorar os produtores de sementes agroecológicas e a Conaterra.

No próximo subtítulo, apresentamos as estruturas de produção e comercialização da Rede de sementes Bionatur, com os quais nos deparamos na empiria da pesquisa.

1.5.2 As estruturas de produção e de comercialização da Conaterra

No que perpassa o “caminho percorrido” pelas sementes produzidas em regime agroecológico, desde a saída do lote dos produtores até o consumidor final, buscamos mapear os processos de beneficiamento que ocorrem dentro da Conaterra. O esboço que visualizaremos a seguir é composto de cinco imagens que foram coletadas durante nossa pesquisa de campo e que tem como objetivo demonstrar esse “caminho” da semente.



Fonte: Elaboração do pesquisador a partir do arquivo pessoal do entrevistado P7.

A primeira imagem trata do processo de pesagem das sementes pelo produtor no seu próprio lote, após o processo de colheita. As sementes *in natura*, depois de colhidas e pesadas, chegam de diferentes formas até a cooperativa, podem ser levadas pelo produtor, coletadas pela cooperativa ou até enviadas pelo correio, no caso específico de produtores que não residem em regiões próximas.

Após a chegada da semente na sede da cooperativa, ocorre o processo de beneficiamento que consiste na seleção das sementes, armazenamento e processo de embalagem. A seleção das sementes é realizada mecanicamente, como pode ser visto na segunda imagem, quando ocorre a separação das impurezas e classificação das sementes. Concomitante ao processo de seleção das sementes acontece o processo de amostragem de qualidade, que mede as taxas de umidade e de germinação. Esse processo de amostragem não ocorre na cooperativa, mas em um laboratório especializado na cidade de Bagé.

“É tudo centralizado aqui, o coração da Bionatur é aqui, e lá tem grupos de produção, a Bionatur não trabalha com agricultor individual, trabalha tudo com grupos. Nós temos grupos de produtores em Candiota, Hulha Negra, Pinheiro Machado, Piratini, Herval, Canguçu depois lá em Viamão, depois

na região das Missões, perto de Santa Rosa, São Miguel das Missões, Itacurubi. Em Guapé – Minas Gerais, tem 49 famílias. O assentamento é lá, aí o pessoal produz e vem pra cá. A logística às vezes é meio maluca, mas ela funciona, porque a semente você pega 20 quilos e fraciona em gramas. Vem in natura de lá, vem o volume sujo, ainda com muita impureza, e aqui que é feito o beneficiamento, toda classificação, todo o empacotamento e comercialização, tudo por aqui, aí a partir daqui que vai pra origem, isso vem via transportadora, correio, o produtor manda lá e aí faz todo o beneficiamento aqui” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

Enquanto não se tem o resultado da amostragem, as sementes ficam armazenadas em tambores plásticos, como demonstrado na terceira imagem, com um número de série. Após a obtenção do resultado de amostragem o produto começa a ser embalado em sache ou em latas. A questão do armazenamento em tambores com número de série trata-se de uma estratégia para minimizar riscos, evitando a contaminação de sementes de boa qualidade com sementes de baixa qualidade e também funciona como uma demarcação de origem do produto possibilitando a identificação do produtor que entregou uma semente de baixa qualidade.

O armazenamento ocorre da seguinte forma: o produtor entrega sua produção e ela recebe um número de série. Enquanto a semente é beneficiada uma amostra está sendo testada em outra cidade, apenas depois do teste de amostragem, e se o resultado for positivo para uma alta qualidade, a semente é embalada e o produtor recebe seu pagamento. Em caso de amostragem negativa como uma alta taxa de umidade ou baixa taxa de germinação, o produto é descartado.

“Tem uma peleia pelo capital de giro, o produtor normalmente entrega a semente e depois de 3 meses, 4 meses ele recebe, e as vezes nem comercializou ainda essa semente, ele tem a semente do ano anterior pra ser vendida” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

A comercialização ocorre de maneiras distintas. Como já descrito, o maior consumidor das sementes agroecológicas produzidas pela Conaterra e comercializadas sob a marca Bionatur é o Estado, que age por meio da CONAB, que por sua vez, adquire as sementes por meio do PAA, desde sua implementação em 2011, e pelo Banrisul, que as adquire pelo programa de responsabilidade socioambiental. Há também a venda direta ao varejo.

“A Bionatur tem uma estrutura legal, se você é o nosso cooperado você tem que ser o tal do produtor, onde você entregou 10 quilos de rúcula, aí nós

vamos e tiramos a nota dos 10 quilos, trazemos para o beneficiamento. Essa semente é beneficiada é mandada para análise de germinação, aí logo em seguida é feita a compra, tá com germinação ok, a semente está ok para comercializar é feita a compra, aí que nós vamos pagar você, por exemplo, se o quilo de rúcula está 30 reais aí nós vamos te pagar o referente aos 10 quilos. A partir daí a gente pega ela e transforma em saches em gramas, 2 gramas, 5 gramas ou uma lata de 100 gramas, 500 gramas ou 1 quilo. Aí tem um consumidor aqui em Bagé que quer comprar, aí ele liga ou manda e-mail pra Bionatur, dizendo que tem interesse, nós mandamos nossa lista de variedades e aí através disso ele escolhe, eu quero rúcula, repolho, acelga, quero sache, quero lata, faz o depósito bancário aí a gente envia por transportadora, por correio” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

Outro fator que particulariza a comercialização das sementes agroecológicas produzidas na Conaterra é a ausência da figura de “atravessadores”, tanto na relação entre os produtores e a cooperativa, como entre a cooperativa e o consumidor final. Essa afirmação ganha destaque na fala do entrevistado A, ao explicar sobre quem intermedia a relação com o consumidor final.

“Até que a gente saiba não [sobre a existência da figura do atravessador], já houve, quando a gente viu a gente estava vendendo para um atravessador, ele comprava de nós a R\$ 1,50 e vendia a R\$ 4,00 no mercado, e nós nem estávamos sabendo disso, quando ficamos sabendo ligamos educadamente e explicamos que esse não era a proposta da cooperativa e que nós não íamos mais estar lhe fornecendo as sementes” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

Essa “política” de relação direta entre cooperativa e consumidor final – cooperativa e produtores – particulariza as relações econômicas estabelecidas nessa realidade social, e objetiva a construção de novas formas de comercialização que, de certa forma, buscam garantir produtos com custos menores. A relação direta estabelece laços de confiança que permitem, em certa medida, uma participação mais efetiva, um maior conhecimento sobre a história do produto, e certa “intimidade” entre os atores do processo.

Esses fatores, em nossa percepção, contribuem, como já destacado nos capítulos anteriores, para a construção de uma ideia de fidelidade e pertencimento que abarca não somente os atores envolvidos nos processos de produção de sementes agroecológicas associados a Conaterra, como também seus consumidores finais.

2 A construção social dos mercados pela lente teórica da “nova” sociologia econômica

Entre os grandes desafios dessa pesquisa, destacamos o enfoque teórico ancorado na “nova” sociologia econômica (NSE), para uma abordagem aos assentamentos da reforma agrária, localizados na região da campanha gaúcha, ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a agricultura familiar, com o objetivo de estudar a formação do mercado de sementes agroecológicas.

Vale ressaltar, que em algumas abordagens anteriores a essas mesmas temáticas, utilizamos uma perspectiva ancorada na resistência, na mobilização e no conflito, cristalizando uma ideia de “agricultura familiar” e “MST” enquanto modelos alternativos ao modo de produção capitalista, sem englobar nessas abordagens o papel determinante do Estado.

Nierdele (2014) corrobora para uma explicação sobre o porquê de temas como “regime produtivo familiar”, “MST”, “produção orgânica”, “produção agroecológica” etc. serem abordados em contraposição a temas como “produção convencional com uso de insumos químicos”, “modo de produção capitalista” e “agricultura extensiva”. O mesmo autor salienta, apesar de se referir ao mercado alimentar e não ao mercado de sementes, que:

os mercados [...] presenciaram a transição de um regime fordista para um novo tipo de configuração que emerge como resposta às críticas éticas e estéticas que atingiram os modelos de produção e consumo. Essa transição (incompleta) envolve três processos correlacionados. Primeiro, a proliferação de mecanismos de reconhecimento e certificação dos alimentos (orgânico, comércio justo, indicação geográfica, entre outros), em grande parte como resposta às recorrentes crises alimentares que abalaram a confiança nos sistemas industriais. Segundo, o rápido crescimento dos chamados “mercados de singularidades” (Karpic, 2007), expressando uma política particularista de revalorização de atributos estéticos (artesanal, caseiro, colonial e *gourmet*) que se tornou característica das sociedades pós-modernas ou pós-industriais (Kumar, 1997). Finalmente, a incorporação de estratégias de diferenciação no interior do próprio segmento de bens outrora indistintos e padronizados, de modo que as próprias *commodities* agrícolas foram incorporadas à nova dinâmica (soja não transgênica, café *gourmet*, arroz orgânico etc.). De forma unificada, esses processos dão vazão a um movimento mais amplo de reconfigurações institucionais que redefine a governança dos mercados e, ao mesmo tempo, exige das ciências sociais novos instrumentos para analisar fenômenos que os modelos econômicos neoclássicos são incapazes de compreender (NIERDELE, 2014, p. 164).

Deste modo, passamos a compreender o mercado de sementes produzidas em regime agroecológico como parte de uma estratégia que busca certa diferenciação no interior do próprio segmento de bens, outrora indistintos e padronizados como as sementes, onde atores como o Estado e o MST passam a desempenhar um papel fundamental para a materialização dessa estratégia. Nierdele (2014) também explica que:

A crítica que atingiu o modelo agroalimentar fordista a partir do final da década de 1980 condenou a uniformização, a artificialização e a industrialização da produção e do consumo alimentar. Nesse contexto, o surgimento dos movimentos de “agricultura alternativa”, as crises alimentares associadas à segurança dos alimentos e o desenvolvimento de novos sistemas de produção baseados nos preceitos da “agroecologia” (Altieri, 1989; Gliessmann, 2000; Caporal e Costabeber, 2000; Sevillha Guzmán, 2006) foram definidores da introdução de um amplo questionamento sobre os limites do modelo vigente. As justificativas emergentes colocaram em xeque o regime sociotécnico e legitimaram novos valores que, aos poucos, tornaram-se inseparáveis do discurso crítico sobre a moderna agricultura (NIERDELE, 2014, p. 175).

O referencial teórico ancorado nessa abordagem das transformações societárias e de mercado adentra com maior ênfase nesse segundo capítulo, pois a vertente da NSE contempla nosso objetivo, que é o de fundamentar teoricamente o conceito de “construção social dos mercados”, ao desconstruir, portanto, a ideia naturalizada de mercado enquanto “entidade autônoma”, e reinterpretá-lo como o resultado da ação de atores e instituições, assim como considerou Silva-Mazon (2005, p. 50):

a ideia de que as sociedades de mercado sejam simplesmente resultado de inovação tecnológica e competição, entre atores racionais. Conforme Fligstein, ao olharmos para os mercados reais observamos que sem os acordos entre empresários, gerenciadores, fornecedores, trabalhadores e governos, os mercados das sociedades modernas não existiriam (SILVA-MAZON, 2005, p. 50).

Desta forma, existe uma demarcação na formação do nosso pensamento, que vai da ideia de resistência e alternativa, em busca de uma nova lente sociológica, que visa refletir sobre a construção social das instituições, integrando nessa abordagem a habilidade dos agentes e destacando a importância da ação do Estado. Desta maneira, o referencial teórico da NSE contribuiu para compreender porque os assentamentos da reforma agrária passaram a ser entendidos como modelos produtivos alternativos (que produzem mercadorias alternativas) de

resistência que se e opõem ao modelo produtivo convencional. A partir dessa corrente teórica percebemos que a construção social dessa ideia cristaliza-se em razão da ação de atores como o MST e o próprio Estado (nas suas múltiplas instituições e formas de agir).

No decorrer desse capítulo, fundamentaremos teoricamente o conceito de “habilidade social” e ao mesmo tempo demonstraremos que as ideias e as práticas cooperativadas são o resultado de habilidades socialmente construídas pelos atores do campo, sob influência das instituições presentes nele, da mesma forma, demonstraremos a aproximação entre MST e a ideia de produção agroecológica.

2.1 A contribuição da “nova” sociologia econômica para a compreensão dos mercados enquanto construções sociais

Norbert Elias (2006), nos escritos de “*Sobre a sociogênese da economia e da sociologia*”, resgata um período histórico, no qual evocações teóricas julgavam e demonstravam, por meio de evidências empíricas, que a sociedade, tal qual a natureza, eram regidas por leis específicas que não podiam ser negadas. Argumentava-se que a “natureza” produzia por si só uma vida harmoniosa entre os homens, que não deveria ser perturbada pela interferência artificial de governos. Os mercados também estavam sujeitos a estas leis naturais, uma vez que estavam naturalizados cognitivamente nos atores (ELIAS, 2006, p. 172).

Ao descrever o conceito de economia sob a ótica clássica, Elias (2006) observou que os teóricos daquele período puseram no centro de sua doutrina a capacidade auto reguladora do mercado. Para o mesmo autor, os teóricos clássicos tinham a ideia que se alcançaria um maior bem estar social se os mecanismos econômicos operassem livres de quaisquer interferências, negando por completo os aspectos sociais das relações econômicas. Acreditava-se haver um conjunto autorregulado de funções e mecanismos especificamente econômicos dos quais os processos desencadeados pela livre concorrência seriam o exemplo sumo numa economia de mercado (ELIAS, 2006, p. 176).

Essas interpretações dos pensadores econômicos clássicos e neoclássicos sobre o “funcionamento” dos mecanismos econômicos, dentre os quais se encontram os mercados, são cristalizadas nas palavras de Silva-Mazon (2005, p. 25):

Foi quando o homem ocidental se empenhou em destruir a autoridade divina o momento em que a ordem econômica tornou-se premente. O período imediatamente precedente à teoria econômica concebia o mundo e a história como sujeitos ao controle de intervenção sobrenatural: a estrutura hierárquica da sociedade '*era ordenada pela Divina Providência*'. Pensar uma ordem que já existisse 'naturalmente', foi a solução logicamente possível que afastava a imposição artificial da ordem pela autoridade divina. A ciência econômica foi inspirada, inicialmente, pelo modelo biológico na concepção dos fisiocratas que acreditavam no mundo como autogovernado automaticamente; o pensamento que se refere à ciência natural é concreto e se desenvolve *em termos de causa e efeito*.

Uma economia de mercado liberal, por sua vez e em certa medida, significa na visão dos clássicos, um sistema autorregulável de mercado onde todo o sistema econômico é dirigido por meio dos preços do mercado. O que caracteriza o pensamento em uma economia de mercado autorregulada é a ideia de um sistema capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer interferência externa, independentemente de ser negativa ou positiva (POLANY, 2000).

Karl Polanyi (2000), em "A Grande Transformação", destacou a incapacidade da teoria econômica clássica e, mesmo a neoclássica, em compreender a economia e o mercado enquanto construções sociais. Consideramos que Granovetter (2009) enfatizou, da mesma forma que Polanyi (2000), que os economistas clássicos e neoclássicos cristalizaram uma visão atomizada e subsocializada da ação humana dando continuidade à tradição utilitarista, negando, dessa forma, todo o impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo de mercadorias.

Pierre Bourdieu (2006), na obra "As estruturas Sociais da Economia", ao pesquisar a construção social do mercado da casa própria na França, enfatizou o papel determinante do Estado na construção desse mercado. O referido autor demonstrou que o sonho da "casa própria" que grande parte dos franceses passou a ter, foi o resultado da construção das condições necessárias para sua materialização, como por exemplo, as condições políticas do país ao adotar estratégias desenvolvimentistas, ao ofertar linhas de crédito, bem com, a atuação de todo um sistema especializado em propaganda, como publicitários e revistas especializadas. Para além da pesquisa sobre a construção desse mercado específico, Bourdieu (2006, p. 13) destacou que:

A ciência que designamos por “econômica” assenta numa abstração originária, que consiste em dissociar uma categoria particular de práticas, ou uma dimensão particular de qualquer prática, da ordem social em que toda prática humana se encontra imersa. Essa imersão [...] obriga [...] a pensar qualquer prática, a começar por aquela que se apresenta, da maneira mais evidente e rigorosa, como sendo “econômica”, como um “fato social total”, no sentido de Marcel Mauss.

O fato dos atores sociais estabelecerem relações sociais que interferem nas relações econômicas foi tratado pela economia clássica e neoclássica, no decorrer da história, como um obstáculo circunstancial que inibe os mercados competitivos (GRANOVETTER; 2009, p. 36). Polanyi (2000) considerou que numa situação onde somente o mercado determinasse as relações sociais, vivenciariamos uma permanente e profunda crise, marcada pela crescente desigualdade social, pela fome, pelo uso inadequado dos recursos naturais e pelas injustiças sociais. Assim, ao longo da história podemos, perceber – ancorados em Polanyi (2000) – que a intervenção do Estado no campo econômico e na normatização dos mercados, se postou como um fato recorrente no sentido de promover, de certa forma, uma regulação econômica, ou até mesmo, podemos falar em certa “justiça social” ao promover distribuição de renda e na definição política dos setores privilegiados para serem desenvolvidos.

Granovetter (2009) destaca que a visão idealista dos mercados de concorrência perfeita sobreviveu devido ao fato de as estruturas econômicas autorreguladas serem politicamente atraentes, e ainda, que a eliminação das relações sociais da análise econômica afasta o problema da ordem da pauta intelectual da própria esfera econômica.

A partir do conceito de configuração social, Elias (2006) demonstra que os economistas clássicos/neoclássicos centravam-se nos comportamentos dos atores, e não nas configurações situacionais que influenciavam seus comportamentos. Já a desconstrução elaborada por Polanyi¹⁵ (2000) da visão construída pelos

¹⁵ “La obra de Karl Polanyi permite acceder a los fenómenos económicos desde una perspectiva y una mirada crítica que supone una de las contribuciones más apasionantes a las ciencias de la cultura y a la sociología económica. El hilo conductor de su reflexión se centrará en rastrear el origen sociohistórico y cultural de la economía de mercado mediante su comparación crítica con las formas en que otras sociedades históricas han organizado las esferas de la producción, distribución y consumo de bienes e servicios. Esta comparación exhaustiva y compleja le permitirá establecer no sólo las características de la economía de mercado, sino fundamentalmente la forma en que ésta transformó las relaciones sociales sobre las que se organiza la sociedad. Al mismo tiempo, este objetivo pasará ineludiblemente por realizar una crítica del pensamiento económico tanto en sus aspectos disciplinares como respecto a sus concepciones sobre la naturaleza del ser humano y la sociedad” (SÁNCHEZ, 2008, p. 28).

economistas clássicos, inicia com o contra argumento de que os mercados autorregulados não são formados por indivíduos atomizados, orientados por escolhas racionais permanentes, com o único objetivo de maximizar lucros. Para esse autor, os mercados são estruturas que se materializam a partir de sua imersão na cultura de forma que o trabalho humano e os recursos naturais interferem diretamente na sua dinâmica, nas palavras do autor:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas (POLANYI, 2000, p. 65).

Polanyi (2000) destaca também, que as normas de produção e de distribuição nas sociedades primitivas não tinham como primeiro objetivo o lucro, e as relações de trabalho não se baseavam no pagamento (salário), mas sim, que essas relações eram demarcadas por dois princípios: a *reciprocidade*, que tratava das trocas entre parceiros simétricos com valores orientados pela confiança e cooperação e a *redistribuição*, que pressupõe uma hierarquia e obediência aos códigos de conduta que visam à coordenação de relações assimétricas entre agentes diversos em uma sociedade.

De certo modo, para além da divisão de trabalho entre sociologia e economia, a NSE se materializa como uma proposta que busca aproximar economia e sociologia nos estudos dos fenômenos da vida econômica, sobre a formação de mercados e os impactos das normas sociais sobre os agentes, considerando as representações, as crenças e os valores que propiciam a cooperação ou a competição (MARTES, 2009, p.22). O que se pretende com essa nova proposta é demonstrar que:

nos mercados, os vínculos sociais concretos, localizados, são determinantes de suas dinâmicas e que, portanto, sua autorregulação depende da própria maneira como a interação social ocorre. O caráter

formalmente impessoal dos mercados – tão justamente ressaltado pelos mais importantes clássicos das ciências sociais – não impede então que eles sejam construídos, na verdade, por formas concretas de coordenação, cujo estudo empírico é o objeto principal da nova sociologia econômica (ABRAMOVAY; 2004, p. 55).

A NSE propõe uma abordagem dos mercados considerando suas características históricas, mesmo de modo geral, considerando-os como um produto histórico. Nesse sentido, para a NSE os mercados são estruturas dinâmicas imersas no social, onde os indivíduos estabelecem laços buscando sua estabilização sujeitando-se, portanto, a recompensas e sanções (STEINER, 2006).

Dessa forma, podemos considerar que os mercados são formados por atores, regras e leis próprias ao local. Assim, mais que uma estratégia metodológica de pesquisa, o resgate histórico realizado sobre a chegada dos assentados da reforma agrária na região pesquisada, via a percepção dos atores, teve como objetivo “fortalecer” a nossa análise da construção social dos mercados como um produto histórico e social, como demonstra Nierdele (2014).

Após décadas de um absolutismo neoclássico nas análises acerca dos fenômenos econômicos, as recentes transformações institucionais do capitalismo abrem espaço para a emergência de novas formulações teóricas. Nesse contexto, a sociologia econômica reconquista inúmeros adeptos e, mesmo sem constituir um corpo analítico unificado, constrói interpretações inovadoras sobre a instituição básica do(s) capitalismo(s): os mercados não vêm mais do Mercado (fictício, a-histórico, invisível), mas das lutas políticas empreendidas por uma pluralidade de atores econômicos, os quais criam mecanismos de cooperação e competição com vistas a estabilizar quadros normativos que definem *como* e *entre quem* as trocas econômicas podem ser realizadas. Com isso, a sociologia econômica resgata o papel das instituições na formatação dos mercados (NIERDELE, 2014, p. 167).

Para Steiner (2006), a contribuição de uma abordagem sociológica da economia é a de examinar as relações econômicas a partir do contexto social, evidenciando as regras que organizam o mercado. Nessa lógica de abordagem, os mercados não mais se constituem enquanto estruturas abstratas, independentes e autossuficientes; na proposta da NSE, os mercados são construídos por meio das necessidades dos atores em estabelecer relações buscando mantê-las estáveis (STEINER, 2006; FLIGSTEIN, 2009).

Autores como Marie-France Paupert-Garcia (2003; 2010; 2012; 2013) utilizaram-se dessa abordagem ao estudar, por exemplo, a construção social do mercado de vinhos, de morangos de mesa e a construção intelectual do mercado

orgânico, atrelado aos artigos de uma revista sobre agricultura, ambos os estudos realizados na França. De modo geral, essa mesma autora evidencia como os mercados são construídos socialmente, considerando os atores envolvidos, as normas sociais, com destaque para a região, o clima e as culturas locais onde se materializam.

Para Abramovay (2004), nesta nova percepção proposta pela NSE, os mercados passam a ser estudados como formas de coordenação social, caracterizadas por conflitos, dependências, estruturas e imprevisibilidades. Essas novas características, que redefinem a abordagem nos estudos dos mercados, distanciam-se da imagem “canônica consagrada na teoria do equilíbrio geral” (ABRAMOVAY, 2004, p. 39).

Na obra “Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais” (2014), Abramovay demarca uma “virada cognitiva” no que perpassa à abordagem econômica e a ideia de equilíbrio geral que remete aos conceitos clássicos e neoclássicos. O autor destaca que os estudos da sociologia econômica contemporânea adquiriram a característica de conceber o mercado como o resultado de formas específicas, enraizadas e socialmente determinadas, de interação social e não mais como premissas cujo estudo pode ser feito de maneira estritamente dedutiva (ABRAMOVAY, 2004, p. 44).

Abramovay (2001), à luz dos clássicos da NSE, destaca que os mercados não são entidades naturais totais desvinculadas das relações sociais. Para o mesmo autor, os mercados são o resultado da soma de formas particulares de intercâmbios sociais, da capacidade de indivíduos dispostos hierarquicamente em diferentes posições no campo, de empresas e organizações estabelecerem transações dinâmicas capazes de valorizar conhecimentos, evidenciar certas tradições e do sentimento valorativo de confiança que é construído através da história. De modo geral, para Steiner (2006), os mercados são configurações situacionais onde a interação social entre indivíduos está no centro da atividade.

Nessa perspectiva de ressignificação do entendimento sobre mercados, Fligstein (2009) apresenta uma interessante análise sobre os mercados e a concorrência, na qual observa como as ações dos sujeitos, as regras estabelecidas e as instituições atuam para criar “um mundo estável”, buscando evitar a lógica da competição selvagem de todos contra todos num processo autodestrutivo. A título exemplificativo, o mesmo autor cita o caso de firmas que constroem estratégias para

controlar a concorrência e o enfrentamento direto, estabelecendo acordos de cooperação em detrimento da competição, tão aclamada pela teoria econômica.

De acordo com essa perspectiva teórica e metodológica, e no caso particular de nossa pesquisa sobre a construção social do mercado de sementes agroecológicas, tornou-se essencial uma análise sobre a função do Estado dentro dessa configuração. Em razão disso, e das primeiras evidências empíricas de nossa pesquisa, construídas durante a fase exploratória desse estudo, arquitetamos nossa pesquisa fundamentados em Bourdieu (2006) e na sua perspectiva sobre a função do Estado na construção dos mercados.

Desta forma, a partir da teoria e da metodologia proposta pela NSE, e principalmente da corrente teórica bourdieusiana, o Estado passou a ser compreendido nessa pesquisa como um ator fundamental para a compreensão da conjuntura que levou os assentamentos da reforma agrária a serem instalados na região da campanha gaúcha. O mesmo autor também contribui teoricamente para que conseguíssemos perceber e relacionar a influência do Estado nas atividades econômicas desses atores, em especial, nas atividades do mercado de sementes agroecológicas, bem como a constituição da ideia de agroecologia.

Bourdieu (2006) considera o Estado como o “fim” e o “produto” de um lento processo de acumulação e concentração de díspares espécies de capitais, dentre as quais podemos identificar, principalmente, a força física, policial e militar que configura o monopólio da violência; o capital econômico necessário para assegurar o financiamento da força física; o capital cultural ou informacional visto, por exemplo, sob a forma de estatística e instrumentos de conhecimento dotados de validade universal e o capital simbólico (BOURDIEU, 2006, p.28). Essa “força” econômica e violenta que caracteriza a figura do Estado confere-lhe a possibilidade de instituir diferentes segmentos de mercados de acordo com interesses sociais, econômicos e políticos (BOURDIEU, 2006). No capítulo 3 desse trabalho aprofundaremos a discussão sobre o papel do Estado na construção do mercado de sementes agroecológicas.

Assim, podemos evidenciar como o mercado de sementes agroecológicas e as instituições que fomentaram sua criação (atuação do Estado), estabeleceram, em certa medida, laços de confiança e cooperação para se fortalecer perante a lógica instituída do latifúndio e da produção de outros tipos de sementes, como as

sementes transgênicas, que configuram um mercado legítimo nacional e internacionalmente por instâncias políticas.

Estudar a formação desse mercado sob essa percepção teórica, implica a compreensão da subjetividade dos agentes econômicos, da diversidade e da história de suas formas de coordenação, da sua capacidade de inspirar e obter confiança, de negociar, de fazer cumprir contratos, estabelecer e realizar direitos (ABRAMOVAY, 2004, p. 36).

A racionalidade dos atores pode ser condição necessária, mas nem de longe suficiente para a ação, pois a conduta dos indivíduos e dos grupos só se explica socialmente: a racionalidade, para usar a expressão de Victor Nee (2003), é “limitada pelo contexto” (*context-bound*), ou seja, influenciada por crenças partilhadas, por normas monitoradas e aplicadas por mecanismos que surgem das relações sociais (ABRAMOVAY, 2004, p. 36).

Em meio ao estudo do mercado de sementes agroecológicas, isso implica considerar a história de como os assentados atuaram para “conseguir” a terra para trabalhar; a formação ideológica (agroecologia) dos integrantes do movimento e seu fortalecimento com a entrada do IFSul e do curso técnico em agroecologia; a construção da ideia de produzir sementes em regime agroecológico. Isso tudo, considerando o momento político que o Brasil vivenciava quando foi aprovada a legislação que garantia a compra da produção de agricultores familiares (Programa de Aquisição de Alimentos), o momento político em que a verba para estruturação da Conaterra foi disponibilizada, entre outros aspectos sociais que determinam o momento econômico vivenciado pelos assentamentos no momento do estudo.

2.2 A teoria da habilidade social no meio rural: regras de produção, regras de associação e a construção do ideário de fidelidade e pertença

Buscaremos evidenciar, nesse subtítulo, ancorados teoricamente em Fligstein (2009), as regras de produção e de associação que os atores entrevistados para esse estudo estão sujeitos, bem como, que a ideia de cooperação que permeia o cognitivo dos atores é uma habilidade socialmente construída, necessária tanto para o MST de modo geral, como para os produtores de sementes agroecológicas vinculados a Conaterra de modo específico e ligados pela ideologia da agroecologia fortalecidos pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul).

2.2.1 Regras de produção e de associação

Segundo Fligstein (2009), as instituições são as regras e os significados que definem as relações sociais no campo, e ao mesmo tempo, contribuem para determinar a posição que os agentes irão ocupar dentro da estrutura. As regras orientam a interação entre diferentes atores do campo ao proporcionar quadros cognitivos e conjuntos de significados para interpretar o comportamento dos outros.

Sobre as regras do mercado de sementes agroecológicas, que os produtores entrevistados para esse estudo estão sujeitos, classificamo-las em dois subgrupos. Primeiro, demonstraremos as regras às quais os agricultores estão sujeitos para se tornarem associados da Conaterra; segundo, as regras de produção que os agricultores estão sujeitos em seus lotes para garantir qualidade à produção. Essa segunda categoria de regras funciona, na prática, como um complemento à primeira.

Evidenciaremos também, a participação dos atores entrevistados na elaboração dessas regras, da mesma forma que seus sentimentos em relação aos produtores que não estão envolvidos na produção de sementes e que não produzem em regime agroecológico. O que pretendemos demonstrar com essa percepção dos entrevistados é o sentimento de diferenciação que constrói o mercado de modo geral, e seus atores individuais de modo específico.

Sobre as regras que os produtores devem respeitar para ser um associado da Conaterra, em conjunto das regras que devem ser respeitadas na produção das sementes, destacamos as percepções dos atores entrevistados.

Tabela 3 - Quadro informativo 3

Entrevistado.	A percepção dos atores entrevistados sobre as regras para ser um associado a Conaterra.	A percepção dos atores entrevistados sobre as regras de produção.
P1	<p><i>“Primeiro ele não vai lá na cooperativa pedir pra mim pra se associar na cooperativa, ele vai no grupo mais próximo, eu nem fico sabendo as vezes quem é o sócio que está entrando no grupo, eu vou saber depois de 3, 4, 5, 6 meses de relação, eu não interfiro na decisão de associar ou desassociar alguém, porque tem uma regra interna na cooperativa pra associar obviamente e na próxima assembleia da cooperativa, nessa reunião da coordenação, tem um número “x” de associados novos, tem que fazer uma ata, aquela coisa formal, essa reunião ocorre de 3 em 3 meses, as vezes passa um pouquinho mais e tem uma mais seguida que a outra”.</i></p>	<p><i>“Nós temos uma cobrança maior na produção, até mesmo mais que a própria legislação, nós sempre nos referimos e produzimos de forma agroecológica, então nós não falamos em orgânico, agora no último período pegou esse linguajar orgânico, mas a gente sempre produziu de forma agroecológica, então a agroecologia ela tem um fundamento bem maior que produção orgânica, produção orgânica ela pode ser feita por uma mera substituição de insumos, a produção agroecológica não, ela tem outra base, desde com a relação com a família, a relação com os animais, a relação com o meio ambiente, a relação com a cooperativa e o associado então é uma série de fatores que mexem com o trabalho, isso eu diria que é em relação com nossa estrutura da cooperativa, com essa visão da agroecologia, agora quando tu vai pro recorte da legislação ai tem algumas coisas bem específicas, nós sempre batia e partia do ponto de vista de que o lixo deveria ser recolhido, deveria ir pra um local adequado, nunca conseguimos, quando a legislação baixou e nós começamos a produção orgânica, nós tivemos que dar um jeito, conseguir com a Prefeitura, senão não conseguia produzir, conseguimos e hoje tem recolhimento de lixo, tem uma série de questões ali amarradas, outra coisa, nós não tínhamos um contrato de produção com o produtor, o produtor era bem mais solto e nossa relação era mais de compromisso entre nós, agora com a produção orgânica, se tem um contrato de produção você assina e eu assino, e isso tudo é lei, nós temos que ter um contrato tanto para servir como base pra produção ser certificado o produto orgânico como também para o Ministério da Agricultura para mim credenciar as áreas no Ministério da Agricultura, então eu necessito ter um</i></p>

		contrato contigo aonde você diz que é meu parceiro e que nós produzimos uma determinada qualidade de sementes, é uma burocracia, mudou um pouquinho”.
P2	<p>“Tem uma serie de fator que é agregado à associação do produtor pela cooperativa, <u>um dos princípios básicos é tu não trabalhar com o convencional, tu não lidar com veneno, mas isso não te impede, que nem o caso eu tenho uma lavoura tradicional e queira migrar para um sistema agroecológico, tu vai passar por um período de transição, adéqua tua área, tu vai vender a tua semente e a semente a partir do momento que tu vai começar a produzir tu não vai poder usar insumo químico, tu não vai ter a cultura do fogo pra limpar campo, é totalmente proibido, aí tu vai passando pelo processo, tu vai ganhar um pouco menos pela tua semente pelo fato de ser de uma área de transição, ela não tem a certificação orgânica ainda, daí tu tem que ir procurando e se aperfeiçoando pra poder adquirir um nível que esta os demais que estão certificados já, tudo com os campos homologados”.</u></p>	<p>“A semente, a princípio era produzida sem nenhum insumo trazido de fora, era só com o que tu tinhas na propriedade um biofertilizante enfim, o que tu fazias ali e ela vinha pra cooperativa e no processo de armazenagem e secagem eles tiravam uma amostra e mandavam para o laboratório para fazer teste de pureza, teste de germinação, esse ai era um dos fatores também, até hoje é o mesmo processo que fazem, é o processo de anos atrás só que mais aperfeiçoado, mais inovado”.</p>
P3	<p>“<u>Pra ser orgânico não pode usar nenhum produto químico, fogo nem pensar também.</u> A cooperativa passa para recolher o lixo”.</p>	<p>“Desde que planta até a colheita, tem que ir acompanhando as regras”.</p>
P4	<p>“São princípios que tu tens que <u>manter a produção ecológica, ser assentado e uma das principais é a produção agroecológica</u>”.</p>	
P5	<p>“<u>Uma regra é tu ser assentado, essa é uma regra, e outra é ser totalmente agroecológico, não produzir nenhum produto com defensivos químicos e participar das reuniões, estar sempre ativo no grupo</u>”.</p>	

P6	<p><i>“[...] <u>não pode trabalhar com agrotóxico nenhum tipo</u>, nem mesmo usa veneno pra banhar o gado, e se o vizinho trabalhasse com agrotóxico também poderia condenar a lavoura”.</i></p>	<p><i>“Além do agrotóxico, se a lavoura estiver com muito dano ai não poderia entregar algum produto com doença que ia prejudicar as outras sementes também”.</i></p>
----	--	---

Fonte: Elaboração do pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

Evidencia-se na fala dos atores, que tanto as regras para associar-se à Conaterra e ter o direito de produzir para a marca Bionatur, quanto as regras de produção, que buscam garantir certa qualidade às sementes produzidas, são complementares entre si. A “essência” dessas regras relaciona-se com a produção de uma mercadoria cuja diferenciação começa a ser construída pela forma como ela é produzida. O manejo da produção sem o uso de agrotóxicos, insumos químicos e a técnica da queimada para limpeza de campos objetiva, em última análise, sementes que são produzidas da forma mais “natural” possível.

Essas regras destacadas, tanto de produção, como de associação, vinculam-se explicitamente a uma ideia de cuidado com o meio-ambiente e com a própria saúde, como compreende o ator entrevistado P1:

“[...] a gente sempre produziu de forma agroecológica, então a agroecologia ela tem um fundamento bem maior que produção orgânica, produção orgânica ela pode ser feita por uma mera substituição de insumos, a produção agroecológica não, ela tem outra base, desde com a relação com a família, a relação com os animais, a relação com o meio ambiente, a relação com a cooperativa e o associado então é uma série de fatores que mexem com o trabalho [...]”

Nas falas do entrevistado P1, sobre as regras de produção e associação que os produtores de sementes agroecológicas vinculados a Conaterra estão sujeitos, podemos identificar também, uma ideia de profissionalização da produção pelo estabelecimento de contratos entre produtores de sementes e cooperativa.

“[...] nós não tínhamos um contrato de produção com o produtor, o produtor era bem mais solto e nossa relação era mais de compromisso entre nós, agora com a produção orgânica, se tem um contrato de produção você assina e eu assino, e isso tudo é lei, nós temos que ter um contrato tanto para servir como base pra produção ser certificado o produto orgânico como também para o Ministério da Agricultura para mim credenciar as áreas no Ministério da Agricultura, então eu necessito ter um contrato contigo aonde você diz que é meu parceiro e que nós produzimos uma determinada qualidade de sementes, é uma burocracia, mudou um pouquinho”.

Por mais que as regras de associação e de produção vinculem-se à construção da ideia de cuidado com o corpo, com o meio ambiente, com uma produção que promove a “sintonia” entre homens, animais e terra, e que o estabelecimento de contratos busque garantir, em certa medida, uma maior profissionalização nas relações entre os produtores de sementes agroecológicas e a Conaterra, em última análise, percebemos que essas regras convergem para garantir um produto diferenciado no mercado.

Desta forma, a diferenciação das sementes agroecológicas no mercado, inicia sua construção no modo como as sementes são produzidas, por meio de práticas produtivas agroecológicas. Essa prática, além de buscar certa diferenciação no mercado em relação a outras sementes, configura-se como uma prática que se distingue do modelo produtivo local tradicional da região pesquisada, relacionado principalmente, a produção em regimes extensivos, que durante anos fez parte da história econômica local.

A diferenciação do produto em meio ao mercado de sementes surge como uma estratégia que busca agregar valor ao produto comercializado, bem como, garantir certa exclusividade, pois no entendimento dos atores entrevistados para esse estudo, percebe-se a ênfase nos termos “a gente” e “nós”; por exemplo: somente “nós” da Conaterra temos uma semente que é produzida sem uso de agrotóxicos, somente “nós” temos uma semente que não se vincula a nenhuma multinacional desse ramo e somente “nós” temos a capacidade de produzir em grandes quantidades.

O não cumprimento das regras, tanto as de produção como as de associação, implica em exclusão do produtor de seu grupo de produção. Esse desligamento, na maior parte dos casos, ocorre pelo próprio grupo de produção nas reuniões mensais. Os técnicos que assessoram a cooperativa e os produtores realizam visitas periódicas aos lotes dos produtores por duas razões que consideramos as principais: primeiro, em razão da assessoria técnica à produção, visando ensinar novas técnicas produtivas, técnicas de manejo do solo, técnicas de utilização e confecção de biofertilizantes; mas também identificamos que essas visitas periódicas desempenham o papel de fiscalizar os produtores associados à cooperativa sobre a observação ou não das regras de produção, principalmente no que diz respeito ao uso de insumos químicos.

Segundo os dados coletados em entrevista ao ator P1, foi-nos relatado que o desligamento dos produtores ocorre pelo não cumprimento das normas estabelecidas pelo grupo, mas também em razão de desentendimentos pessoais entre produtores e do arrendamento de parte do lote para outros produtores que não produzem em regime agroecológico.

Sobre a participação ou não dos atores na elaboração dessas regras, podemos perceber que os entrevistados não se consideraram participantes do processo de definição dessas normas. Quando perguntados sobre a participação na elaboração das regras, ou se tinham conhecimento sobre quem as havia elaborado, obtivemos as seguintes respostas.

“Isso ai já veio imposto, alguma coisa podia ser discutida dentro do grupo e se ajustar, mas a maioria veio de cima, porque a legislação muda a cada período, e daí assim tem aquele pacote e o cara tem que procurar se adequar, são as normativas, é um processo” (Entrevista com P2 – Agosto de 2014).

“É em conjunto, mas o técnico auxilia mais” (Entrevista com P3 – Agosto de 2014).

“É dá pra dizer que sim, mas esses princípios foram criados desde o início a partir dos primeiros sócios, então são coisas que vem aperfeiçoando, são coisas que não mudaram, os princípios de produção são esses, tem que ser agroecológico, tem que ser assentado, participar das reuniões, isso não mudou, pode se aperfeiçoar alguma coisa, mas a princípio é isso ai, não muda” (Entrevista com P4 – Agosto de 2014).

“Por ser uma cooperativa, por que a Bionatur hoje é dos produtores, então com certeza participamos sim de todas as regras, planejamentos da cooperativa, não que define, mas que ajuda a definir” (Entrevista com P5 – Agosto de 2014).

“Quando ele entrou (Pai da entrevistada) já estavam determinadas as regras” (Entrevista com P6 – Agosto de 2014).

Como podemos perceber nas falas dos atores entrevistados, a maioria deles não participou da elaboração das ditas regras, pelo fato delas já existirem antes de sua associação à cooperativa. No entanto, é possível percebermos que existe na Conaterra diferentes momentos de participação de seus associados, tanto em assembleias gerais, como em reuniões de grupo de produção, onde os produtores podem se manifestar e expor problemas e descontentamentos e ainda propor, se for o caso, alterações das regras, como demonstrado no subtítulo 1.5.1.

Para Fligstein (2009), a participação dos atores na construção das regras do campo, ou mesmo a possibilidade de participação em debates cuja centralidade são

as regras que lhe organizam, contribuem, em certa medida, para a construção de uma ideia de fidelidade e pertencimento ao campo. Deste modo, consideramos que, mesmo que os atores entrevistados não tenham participado dos processos de elaboração das regras que organizam o campo, e que a possibilidade de participação em momentos que podem alterar essas regras contribuem definitivamente para a consolidação de um sentimento de pertencimento ao campo, no entanto, a ideia de fazer parte de um mercado agroecológico e comercializar um produto, cujas regras de produção excluem toda e qualquer possibilidade de utilização agrotóxicos ou insumos químicos e valorizam um auto cuidado com o corpo, com a saúde, com a terra e com os animais, configura um primeiro pertencimento em nível ideológico e não prático nem mesmo comercial.

Consideramos também que a recente instalação do campus avançado do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) em um dos lotes do assentamento Roça Nova, e a oferta do curso técnico em agroecologia, cujo público alvo são, na maior parte, jovens oriundos de famílias assentadas, corrobora para construção em nível ideológico da agroecologia como uma alternativa produtiva diferente do modelo produtivo convencional, uma vez que, por meio do uso do discurso científico e da legitimidade que uma instituição pública de ensino possui, a agroecologia passa a ser tratada como uma alternativa viável e legítima para as famílias assentadas possuírem renda e permanecerem no campo.

Mesmo que identificadas inúmeras dificuldades tanto no que se relaciona com os assentamentos de modo geral, como nas atividades do mercado de sementes agroecológicas de modo específico, como por exemplo, o escoamento da produção, o acesso à saúde e o acesso ao saneamento básico, os atores entrevistados – que compõem o campo do mercado de sementes agroecológicas – reafirmam um forte sentimento de pertencimento aos assentamentos e uma forte ligação com a terra, com a Cooperativa e com o MST. A última pergunta de nosso questionário de entrevista foi “Se você pudesse abandonar a agricultura e fazer outra coisa da vida, você faria?” e as respostas que obtivemos cristalizam nosso entendimento.

“Eu acho que não, eu já tive esse pensamento, eu não estou vivendo hoje necessariamente da agricultura, mas eu não tenho mais essa visão, porque aqui nos assentamentos acontece muito de nossa juventude, pensar: “a eu vou estudar, vou terminar meu ensino médio e vou pra cidade trabalhar de peão”, tu vai criar aquela rotina, tu vai enjoar, o cara que se criou no interior

tem essa ideia, eu vou sair. Eu saí, não fiquei necessariamente morando tempo fora, mas entre idas e vindas, o cara vai e começa a mudar o seu conceito, começa a ver que aqui é uma região promissora, e que está acontecendo isso aí, a gurizada saindo pra fora e deixando bem dizer só os velhos no interior, isso é meio triste. Eu não tenho ideia de sair da região por mais que eu não vá viver da agricultura eu quero estar ligado a ela, eu não vou trabalhar diretamente na terra, mas eu tenho raiz na terra, eu me criei lidando, mas futuramente nessa onda de estudo, o cara que aperfeiçoar, depois mais tarde vai poder tocar um lote, ter uma atividade legal que tu vá, sei lá, exercer pro resto da tua vida quem sabe, se tornar um agricultor mais avançado, vivenciado com outras vivências de fora também te engrandece, tu tira o conhecimento” (Entrevista com o P2 – Agosto de 2014).

“A gente não tem grandes estudos e já se acostumou com agricultura, mas deixar a agricultura eu acho difícil” (Entrevista com P3 – Agosto de 2014).

“Acho que não, o cara que está na campanha é outra vida, não tem, tu está lá tem o teu espaço, está tranquilo, ir pra cidade é uma coisa que eu nunca tive oportunidade e nunca quis, não me sinto bem, a produção é assim o cara está sempre produzindo, produzindo alimento, tanto pra tua renda, pra tua família, pros teus filhos crescer, e acho que isso não tem dinheiro que pague” (Entrevista com P4 – Agosto de 2014).

“Como eu te falei, eu já morei na cidade, então a gente sabe como é que é lá e como é que é aqui, eu não saio mais do campo, e eu tenho um filho hoje e eu não quero que ele vá pra cidade, eu quero que ele possa ficar na campanha” (Entrevista com P5 – Agosto de 2014).

“No momento não. Meus planos de futuro por enquanto, é tocar o lote do meu pai e seguir trabalhando com ele no lote, por uns 2 ou 3 anos até que eu tente entrar em uma faculdade, eu quero fazer veterinária ou fazer agronomia” (Entrevista com o P6 – Agosto de 2014).

A ideia de abandonar a terra, o assentamento e a comunidade para viver na cidade, em primeiro lugar demonstra a concepção muito debatida de oposição entre cidade e campo. De modo que a “vida na cidade” representa um ritmo diferente do vivenciado no campo, essas falas que opõe “campo e cidade” são percebidas nas declarações dos entrevistados com mais idade, sendo eles o entrevistado P3, P4 e P5.

Já nas declarações dos entrevistados mais jovens, que é o caso dos entrevistados P2 e P6, percebemos a possibilidade da saída do campo para o estudo e o retorno com uma especialização, que garantirá certa comodidade e rentabilidade, em especial pelo uso de novos conhecimentos e tecnologias na propriedade rural. É possível relacionarmos o entendimento desses dois atores ao fato deles serem, no momento da coleta de dados, alunos do curso técnico em agroecologia, ofertado pelo IFSul no assentamento Roça Nova.

De modo geral, as noções que perpassam todos os atores entrevistados demonstraram forte ligação com a terra e com a produção de alimentos, em particular em regime agroecológico, que reafirmam o compromisso moral com a família, com a comunidade, com a ideia de agroecologia e em última análise, com o MST, e isso, de certo modo, vem sendo repassado de geração a geração, desde os produtores com idade mais avançada até os mais jovens, que mesmo com a ideia de “sair” do assentamento reafirmam sua vontade de retornar.

Sobre as percepções dos atores entrevistados, no que se refere à sua relação com os produtores que não adotam práticas agroecológicas, e com relação a como se percebem antes e depois de iniciarem a produção de sementes, destacamos os seguintes argumentos:

Tabela 4 - Quadro informativo 4

Entrevistado	Os sentimentos dos atores entrevistados em relação a quem não produz sementes agroecológicas.	A percepção dos atores entrevistado com relação a suas vidas antes e depois de produzir sementes agroecológicas.
P2	<i>“Tu vê um certo avanço, porque as pessoas via cooperativa, elas têm acesso a recursos, não eu vou pegar o dinheiro e aplicar da forma que eu quero, mas em projetos que vem como preparo de solo, correção de solo, mais fácil acesso”.</i>	<i>“Fica visível, tu muda o teu pensar, que o cara vem de uma região, tu foi criado no meio da monocultura, soja, e milho, e tu vem trabalhar em lugar que tudo cresce ao natural sem tu fazer muita interferência, o uso do agrotóxico, agora que infelizmente estão introduzindo o uso direto na soja transgênica está o uso direto do agrotóxico, e isso não tinha aquela época, daí o cara vai mudando o modo de pensar, tu vai se acostumando com aquela ideia, tem que fazer assim porque é melhor, é até uma questão de qualidade de vida, não há eu vou produzir só por produzir, tu adotas um estilo de vida a partir daquilo dali”.</i>
P3	<i>“Assim, aqui mesmo, tem planta de soja, até a própria criação mesmo acontecia até de morrer animal mesmo, tem vizinho que planta soja, não só soja que coloca veneno é difícil”.</i>	<i>“Tem diferença, vai plantar ai precisa colocar veneno e nisso ai da diferença na saúde é claro, nunca tem os equipamentos completos, se coloca o veneno de qualquer jeito, essa é a diferença”.</i>
P4	<i>“O pessoal que não produz tem outra</i>	<i>“O importante da produção é estar</i>

	<p><i>visão, não está nem aí, já não é só a semente, a semente é um reforço pra esse sentido de produção orgânica, e aí quem não está sujeito a fazer qualquer coisa, está sujeito a plantar com outros produtos, a usar o que está no mercado, acha que tem facilidade, tem essa diferença, quem está na produção agroecológica além de produzir tem essa questão de norteia, não te deixa sair querendo achar os outros meios de produção, e quem não está sujeito a esse processo de produção agroecológica está sujeito a qualquer momento “á vou colocar um secante”, alguma coisa que vai me ajudar, e assim a gente tem uma consciência tem um caminho já a seguir, não vai pro outro lado, tenta ver alternativas”.</i></p>	<p><i>envolvido, se tu não estás produzindo sementes você está a parte, está lá no seu lote é mais um agricultor, ao produzir semente você entra em um processo de participação, aprende outros conhecimentos, sai pra uma atividade fora é outra relação que tu cria, de pessoas, e aí pra minha família eu me sinto muito bem com essa situação de eu ir produzir, sair e ter os conhecimentos de fora, isso dá outro sentido de vida”.</i></p>
P5	<p><i>“O pessoal que produz o convencional quer ter lucro, na minha visão principalmente é o lucro, e a Bionatur por nós produzir agroecológico ela não tem tanto esse lucro, mas aí é isso que eu falava, desde prevenção, mais saúde, quem está plantando o convencional visa mais o lucro do que qualquer outra coisa”.</i></p>	<p><i>“Mas com certeza, se hoje nós produzíssemos só convencional, desde a saúde, principalmente lá na minha casa, nós não teríamos a saúde que temos hoje, tem vizinhos lá que produz o convencional e hoje estão sofrendo a questão de saúde, então acho que nós temos um enfoque interessante mesmo”.</i></p>
P6	<p><i>“[...] no cuidado com a terra, melhoramento de lixo que antes não era separado, além da terra com a mata ciliar, a gente não cuidava isso e plantava assim nas beiradinhas da sanga não deixava espaço, e agora tem todo esse cuidado”.</i></p>	<p><i>“Eu percebo na melhoria de vida para as famílias, a maioria do pessoal que trabalha com a Bionatur tem uma boa estrutura no seu lote, a sua casa tudo é muito bem planejado e também a melhora de vida”.</i></p>

Fonte: Elaboração do pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

Podemos perceber, a partir das declarações dos atores entrevistados, que a diferenciação, tanto em relação a quem não produz sementes agroecológicas, como em relação à percepção de si antes e depois de produzir sementes, centraliza-se em fatos como os cuidados com a saúde do produtor e de sua família, o cuidado com o meio ambiente, a mudança de pensamento e acesso a novos conhecimentos.

Essa diferenciação acompanhada de um sentimento de “atitude correta” com relação à saúde, à propriedade, à produção de um alimento saudável de certa forma e à concepção de agroecologia reforça a ideia de pertencimento e de fidelidade, que

em certa medida, impossibilita a construção de críticas e a demonstração de problemas internos da cooperativa.

2.2.2 A cooperação como uma habilidade socialmente construída

No viés de Fligstein (2009, p, 82), o conceito de habilidade social é definido como “a capacidade de induzir a cooperação nos outros”. Atores sociais hábeis se relacionam empaticamente com as situações de outros atores e fazendo isso, são capazes de criar as razões necessárias para que o outro coopere (FLIGSTEIN, 2009). A cooperação, segundo o autor, é um indutor da ação coletiva tão eficaz quanto às sanções, e se coloca como elemento para ajudar a analisar o papel dos atores no surgimento, na estabilidade e na transformação dos vários tipos de ordens sociais, dentre as quais os mercados.

Os campos, na teoria da habilidade social, também chamados de campos organizacionais, setores ou jogos, são as situações nas quais os grupos de atores se reúnem e desenvolvem suas ações recíprocas, “cara a cara”, ao mesmo tempo em que se configura como o espaço de construção de novas instituições.

A construção de novas instituições (regras do campo) ocorre quando grupos de atores sociais distintos se confrontam em cenários de interação social de contestação. Esses momentos são, na maioria das vezes, políticos e relacionam-se com a luta por recursos escassos entre grupos detentores de diferentes níveis de poder. Os momentos de surgimento das novas instituições originam-se das crises institucionais da ordem já existente e consolidada no campo (FLIGSTEIN, 2009). Nesse sentido, buscamos demonstrar no próximo capítulo, no item 4.1, um mapeamento do campo do mercado de sementes agroecológicas, enfatizando os principais atores e instituições que foram identificados a partir das entrevistas e do trabalho de campo.

A Habilidade Social, como um micro fundamento sociológico para análise dos campos, é descrita por Fligstein (2009), como uma microestrutura que serve como recurso teórico para compreender o que os atores fazem no campo. Em Fligstein (2009), a habilidade social é a soma combinada de um conjunto de recursos, de regras já pré-determinadas e das habilidades sociais dos atores que funcionam em sintonia para produzir os campos e estabilizá-los, da mesma forma que de tempos em tempos produz sua transformação (FLIGSTEIN, 2009).

Assim, percebemos o surgimento da ideia de produzir sementes em regime agroecológico, como um momento de contestação e reorganização do campo que engloba os assentamentos da reforma agrária na região da campanha gaúcha. Percebemos também, que uma certa estabilização do mercado de sementes agroecológicas ocorreu a partir de 2002, com a ascensão de um governo de esquerda, que de certa forma, priorizou o atendimento de demandas sociais, em especial, entre os anos de 2002 e 2005, onde houve a implementação de políticas públicas, como o Programa Minha Casa Minha Vida, o Programa Universidade Para Todos, e, no nosso caso, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Para Fligstein (2009), os atores sociais hábeis possuem a capacidade de ajustar suas ações de acordo com a organização que o campo assume e a posição que ele ocupa nesse determinado momento. Um ator social hábil, para o mesmo autor, possui a capacidade de leitura do campo, da mesma forma que é capaz de identificar atores sociais hábeis de outros grupos. Fligstein (2009) afirma que esse “processo social é importante, porque, mesmo em campos estáveis, os atores sociais hábeis precisam manipular regras e recursos para auxiliar a reprodução das ordens locais” (FLIGSTEIN, 2009, p. 86).

A partir do conceito de “habilidade social”, como um micro fundamento sociológico para compreender como um determinado campo (no caso o mercado de sementes agroecológicas) se estabelece e como os atores agem nele, percebemos que os investimentos no mercado de sementes agroecológicas, por parte de instituições sociais de cunho privado e público (Barrisul, Badesul, BNDES, INCRA, MIN); o momento político vivenciado pelo Brasil com a ascensão de um governo com forte relação com trabalhadores e movimentos sociais, como o MST; somando ao conhecimento prévio dos atores entrevistados e suas construções ideológicas, que buscam se diferenciar dos modelos produtivos baseados na monocultura e no uso de agrotóxicos; e o coroamento dessa teoria com o estabelecimento do IFSul e a oferta do curso técnico em agroecologia, formam uma configuração situacional que torna possível a legitimação do mercado de sementes agroecológicas.

Em artigo publicado por técnicos que assessoram os produtores associados à Conaterra e outros atores do MST assentados na região da campanha gaúcha, é possível observarmos que a “cooperação” coloca-se como uma habilidade construída socialmente na qual é depositada grande importância no sentido de consolidar um projeto produtivo alternativo ao modelo produtivo convencional.

A história que se seguiu é marcada por sucessivos desafios que permeiam o cotidiano: lidar com a complexidade inerente à diversificação das culturas produzidas, em termos de seu cultivo e beneficiamento; elaborar novos desenhos dos sistemas de produção junto aos agricultores; implementar processos adequados de integração de novos agricultores, de gestão e de comercialização; entre tantos outros. No entanto, se observados em perspectiva, o volume e a intensidade das dificuldades, que por vezes se apresentam como estrangulamentos à própria construção da experiência, levam à reflexão sobre como a Bionatur se mantém até os dias de hoje. A resposta a essa questão remete diretamente ao processo de cooperação (DA SILVA et al, 2014, p. 35).

Percebemos que essa citação transcreve o que Fligstein (2009) propõem como uma habilidade social, ou seja, a capacidade de mobilizar recursos em momentos de crise para o surgimento de uma nova possibilidade, induzindo assim a cooperação. A marca de sementes Bionatur vivenciou – e ainda vivencia – dificuldades que toda a mercadoria agrícola (*commodities*) enfrenta no que se relaciona ao clima. A produção da cooperativa está exposta as intempéries climáticas, como o excesso de chuvas ou a falta dela e, além disso, além de outras dificuldades, tais como 1) lidar com a complexidade inerente à diversificação das culturas produzidas, em termos de seu cultivo e beneficiamento; 2) elaborar novos desenhos dos sistemas de produção junto aos agricultores; 3) implementar processos adequados de integração de novos agricultores, de gestão e de comercialização; entre tantos outros (DA SILVA et al, 2014).

A cooperação é elencada como a “ferramenta” responsável por ajudar a superar essas dificuldades. A empiria de nossa pesquisa possibilita afirmarmos que essa capacidade de mobilizar recursos e induzir à cooperação ocorre de forma interna e de forma externa. A cooperação interna se dá nos grupos de produtores, entre esses e os assessores técnicos, que em grande parte são servidores públicos estaduais e/ou federais concursados, que desempenham suas atividades profissionais naquele local e são os promotores da agroecologia.

Para ingressar na Bionatur, por exemplo, é preciso fazer parte de um grupo de agricultores, sendo este um critério definido pelos próprios agricultores. As discussões feitas nos grupos são encaminhadas para a coordenação, que é composta pelos representantes de todos os grupos, em conjunto com a administração da cooperativa.

Assim, todos se envolvem com o debate e participam das decisões, sendo também responsáveis por elas – desde as relacionadas ao preço das sementes, ao planejamento das áreas de cultivo e às trocas da gestão administrativa até aquelas que definem os rumos e as perspectivas da Bionatur. É preciso ter paciência, afinal, as decisões requerem um tempo de

processamento, uma vez que as informações devem ser socializadas constantemente, retroalimentando o processo.

Essa forma de organização é zelada e cultivada. Através dela a individualidade dá lugar ao coletivo, e o processo de cooperação acaba sendo reconhecido por todos, ainda que, ao final, dependa do esforço de cada um. Reconhecer-se na experiência do outro, trocar dia de serviço, aprender observando, ouvir e ser ouvido, experimentar, discutir e refletir. Enfim, a convivência na prática da cooperação dá vida ao processo e torna-se a sua principal fortaleza, possibilitando que as pessoas façam parte da rede, mesmo em regiões e até estados diferentes, bem como que o processo se sustente apesar das adversidades, carregando consigo os conhecimentos gerados coletivamente (DA SILVA et al, 2014, p. 35).

Assim, esses dados, em conjunto da corrente teórica adotada para essa pesquisa, nos fazem refletir que a capacidade de mobilização de recursos para induzir a cooperação externa atrela-se, em certa medida, à capacidade de diálogo dos atores entrevistados, em especial o entrevistado P1 e o entrevistado P7, com as várias instituições que compõem o campo do mercado de sementes agroecológicas na região do pampa gaúcho. Entretanto, essa capacidade de “cooperação” por meio do diálogo, também é circunscrita ao momento político brasileiro pós 2002, onde os canais de comunicação entre o MST e os governos federal e estadual foram estreitados.

Desta forma, percebemos que essa capacidade de diálogo materializou-se, por exemplo, nas conversações para instalação do campus avançado do Instituto Federal Sul-rio-grandense em um dos lotes do assentamento Roça Nova, a organização do CEPPA com uma equipe de captação de recursos por editais de instituições públicas e privadas, a construção de “parcerias” como a exemplo do Banrisul. A capacidade de induzir a cooperação de instituições vinculada ao MST, como o caso da Conaterra (Bionatur) e a capacidade de induzir a cooperação entre instituições percebidas como antagônicas, como Bancos e Cooperativas, é, em nosso entendimento o elemento que torna possível a materialização da Conaterra, e em última análise a do próprio MST.

2.3 Entre a cooperação e o conflito

A teoria da habilidade social elaborada por Fligstein (2009) apresenta algumas limitações, uma vez que foi pensada enquanto um recurso para compreendermos o mundo empresarial e suas estratégias de concorrência por um maior espaço no mercado, de forma que a cooperação passa a ser analisada como

uma ferramenta socialmente constituída para que empresas concorrentes não causem sua própria destruição nas relações estabelecidas nos mercados.

O fato de existir cooperação num mundo social hostil não anula as possibilidades de conflitos, pois são eles quem proporcionam aos novos atores a oportunidade de mobilizar recursos e alterar o campo para uma nova disposição. Os momentos de crise causados por conflitos são as chances de uma nova disposição do campo se materializar, podendo haver um balanço de poder, de forma que quem possuía pode não mais possuir e quem não possuía pode começar a possuir (Fligstein, 2009).

Esta afirmação reforça a importância do contexto político em que está circunscrito o mercado em análise durante a primeira eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002. Junto com a ascensão de um governo popular de orientação esquerdista – vários movimentos sociais, dentre os quais o MST – passaram a ter voz mais ativa e receber uma maior atenção no tratamento de suas reivindicações. Isso pode ser visto não somente com a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003, destinado à agricultura familiar, mas também com a expansão de programas sociais como o Bolsa Família, programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, aumento de financiamento estudantil para o nível superior e o investimento em assistência estudantil em Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No campo de estudo, percebemos como uma nova situação configuracional passou a ser construída com a “chegada” de programas como o PAA, a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), programas sociais cujo foco são as moradias rurais, e o aumento de crédito agrícola (via Bancos comerciais). De modo geral, esses programas visavam à aquisição de equipamentos e estruturação de unidades de beneficiamento, que fazem parte do plano maior “Brasil sem Miséria”, instituído em junho de 2011 pelo Governo Federal, através do Decreto N° 7.492, cujo objetivo principal é a superação da miséria extrema e são fundamentais para a “configuração” (ELIAS, 2006) do mercado de sementes agroecológicas.

A cooperação, enquanto uma habilidade socialmente construída, no sentido de mobilizar recursos e induzir o outro a cooperar (FLIGSTEIN, 2009), é uma prática recorrente na Conaterra e identificada de duas formas: primeiro de forma externa – na mobilização das instituições e dos atores que compõem o campo do mercado de

sementes agroecológicas; e segundo, de forma interna, nas inter-relações entre produtores associados, técnicos e equipe coordenadora.

Em entrevista ao ator P1, identificamos que os principais “parceiros” da Conaterra são a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) – que compra as sementes por meio do PAA – e o Barrisul – que adquire sementes por meio de projeto de Responsabilidade Socioambiental. Esses dois “parceiros” são responsáveis pelo consumo de cerca 70% da produção, mas esse número já chegou a 90% segundo informações do mesmo entrevistado. Outro fato que demonstra a capacidade de mobilizar recursos e induzir outros atores a cooperar com as causas da Conaterra de forma externa, foi percebida na instalação do IFSul, em um dos lotes do Assentamento Roça Nova no ano de 2012. Todo esse processo foi descrito pelos entrevistados P1 e P7, explicitando a capacidade de diálogo e indução dos atores da Conaterra em estabelecer relações e mobilizar recursos para suas questões.

Em meio ao mercado de sementes agroecológicas, em especial das entrevistas com os produtores de sementes, foi possível observarmos que o conflito que recebeu maior destaque na relação entre cooperativa e produtores gira em torno da formação do preço que será pago pela cooperativa aos produtores por quilo de semente produzida. Essa reclamação fica evidente na fala dos entrevistados P3 – P5 e P6.

A superação desses conflitos, com destaque para o preço a ser pago pelo quilo de sementes produzidas, é conseguida, no entendimento dos atores entrevistados, pelo diálogo como pode ser observado no quadro informativo 5.

Tabela 5 - Quadro informativo 5

Entrevistado	Conflito	Superação
P1	<i>“Depende muito do ponto de vista, existe muita discussão, na cooperativa isso é permanente, se não for assim isso não é cooperativa, tem que ter o diálogo permanente, a discussão em alguns momentos ela se aumenta, em alguns momentos ela é mais tranquila. O centro da discussão está em uma condição melhor para o agricultor produzir, que é</i>	<i>“[...] agora mesmo nós funcionamos assim, tem um grupo de produção que tem um coordenador, e esse coordenador faz parte da coordenação, essa coordenação que tira linhas pra direção que estava tocando, hoje nós somos em três na direção. É o grupo de produção, que dá pra chamar de núcleo e esse núcleo tem um coordenador, esse coordenador faz parte da coordenação</i>

	<p><i>financiamento para preparo do solo, um auxílio para quando o produtor mais precisa de recurso tanto pra investir naquela linha, ou para investir em outras linhas também, o preparo de solo com uma máquina da cooperativa, o preço das sementes, investimento lá no grupo de produções, essas é uma pauta permanente, porque senão se o sócio não enxergar a cooperativa assim também não consegue ajudar a tocar”.</i></p>	<p><i>da cooperativa, e aí são tomadas as maiores decisões da cooperativa”.</i></p>
P2	<p><i>“O único conflito que existia, que nem era considerado conflito, era mais uma queixa pelo fato de não ter um laboratório na região, era demorado demais o teste de germinação, então o pessoal ficava um pouco entediado com aquele negócio, ficava meio desanimado, “eu produzo e demora um determinado tempo pra receber”,</i></p>	<p><i>“[...] mas eu acho que foi resolvido. Na época que o pai plantava eles mandavam pra Passo Fundo, imagina quanto tempo pra fazer um teste de germinação, agora não, tu vai ali em Bagé, leva ali, dali 30 dias está pronto o teste e paga a semente normal, se passou pureza e germinação beleza, desconta o que saiu no beneficiamento, tu recebe tranquilo tua semente, esse era um conflito que tinha, o pessoal produzia mas demorava muito pra receber, a Bionatur trabalha com um laboratório aqui em Bagé, não necessita deslocamento para levar amostra de sementes lá pra Passo Fundo pra fazer a análise, faz aqui, encurto tempo horrores”.</i></p>
P3	<p><i>“Todo ano eles discutem o valor”. (Entrevistado informando que os conflitos existentes giram em torno da determinação do preço da semente)</i></p>	<p><i>“Os coordenadores participam junto, coordenador de grupo, direção, criar uma forma pra não prejudicar a cooperativa e nem o produtor também”.</i></p>
P5	<p><i>O único conflito é de caráter construtivo, tipo o valor da semente do quilo de semente, isso o produtor sempre quer ganhar mais, produz ele quer ganhar, mas também o produtor tem que ver, se é visível pra cooperativa pagar aquela quantia pra ele ou não, pela cooperativa ser do produtor, então de repente não viabiliza aumentar o preço das sementes, e depois a cooperativa não suprir as condições de mercado, então eu acho que isso é um conflito entre os dois, mas é bem construtivo”.</i></p>	<p><i>(Sobre como é superado) “Discussão tem que ser debatido, diálogo”.</i></p>
P6		

	<p>“Sim houve. A cooperativa quando ela pega a semente pra plantar, eles dizem que esta tal preço e quando ela entrega a semente estar menos”.</p>	<p>“Por conversas entre o produtor e a cooperativa, ai eles entraram em um acordo”.</p>
--	--	---

Fonte: Elaboração do pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

Sobre os nossos questionamentos em relação aos “principais conflitos” que estão presentes na relação entre produtores de sementes agroecológicas e cooperativa, vale destacar a dificuldade percebida nos atores entrevistados para elaborar uma resposta para essa pergunta. De certa forma, percebemos que existiam conflitos nessas relações, mas que não foram revelados ao pesquisador, talvez por falta de confiança, afinal era um estranho invadindo o espaço de convivência, ou talvez porque o sentimento de fidelidade e pertencimento envolto pelo ideário da agroecologia, como destacado no item 2.2, impossibilita revelar os “problemas” existentes na relação entre cooperados e cooperativa. Vale destacar também a dificuldade do entrevistado em trabalhar com a palavra “conflito”; pudemos perceber essa afirmação pela resignificação que a palavra sofre ao ser trocada por “discussão” e “queixa”.

Entretanto, o “conflito” revelado ao pesquisador, diz respeito ao preço que a cooperativa paga pelo quilo da semente produzida. A variação de preço é compreendida pelos produtores como o maior conflito que existe na relação entre cooperativa e cooperados. Assim, notamos que quando há conflito, ele está relacionado ao dinheiro e ao preço – elementos não sagrados, isto é, profanos – (ZELIZER, 1997; OLIVEN, 2001; LEITE, 2007, 2012), aos quais é válido simbolicamente e culturalmente tecer críticas, diferentemente dos ideais da agroecologia (puro e sagrado). No entanto identificamos outros, em especial na fala do entrevistado P1, que também é o atual coordenador da Conaterra:

“[...] O centro da discussão está em uma condição melhor para o agricultor produzir, que é financiamento para preparo do solo, um auxílio para quando o produtor mais precisa de recurso tanto pra investir naquela linha, ou para investir em outras linhas também, o preparo de solo com uma máquina da cooperativa, o preço das sementes, investimento lá no grupo de produções, essas é uma pauta permanente, porque senão se o sócio não enxergar a cooperativa assim também não consegue ajudar a tocar” (Entrevista com o Produtor 1 – P1 – Agosto de 2014).

Na percepção dos atores entrevistados, as formas como esses conflitos são superados estão diretamente vinculadas a dois fatores. Primeiro, pela capacidade de diálogo, o que na percepção do entrevistado P1, faz a “cooperativa ser cooperativa”; e segundo, pela estrutura organizacional que possibilita uma maior participação dos produtores associados em distintos momentos decisórios, assim como apresentado no subtítulo 1.5.1.

Entretanto, isso reforça que a construção desse mercado de sementes agroecológicas, com suas especificidades, é resultado – como afirma Bourdieu – da dupla função do Estado na criação da oferta e da demanda, já que, nesse caso, o Estado está em sintonia direta com esses atores. Isso implica observarmos (ao menos em nível discursivo) a cooperação em detrimento da competição. De todo modo, isso apresenta um campo subjetivo, fabuloso e específico, no qual instituições até então antagônicas estão em “cooperação” – por exemplo, o MST em diálogo direto com bancos comerciais (via Projetos e Programas).

Esse fato, junto das declarações sobre a impossibilidade de abandonar a agricultura e o assentamento, chamam nossa atenção e reforçam nossa percepção sobre o sentimento de pertencimento e compromisso moral que encontramos em todos os atores entrevistados para essa pesquisa, que estão diretamente vinculados aos assentamentos e ao MST e envolvidos pelo ideário da agroecologia. Entretanto, uma mudança cognitiva que possa induzir ao abandono do campo pode vir de uma mudança no cenário político e não do econômico, assim, longe de especulações, esta pesquisa abre caminhos para pensar sobre questões que norteiam a motivação da permanência ou da saída do campo para a cidade.

2.4 A construção da ideia de produzir sementes em regime agroecológico

A temática ambiental em nosso tempo vem sendo amplamente debatida a partir de movimentos como o da sustentabilidade socioambiental e do consumo consciente; esses movimentos vêm recebendo destaque tanto em discussões científicas quanto nas discussões políticas, e no caso brasileiro, ocorre em diferentes cenários regionais e culturais (BARCELLOS, 2014). Segundo Barcellos (2014), a experiência agroecológica no Brasil passou a ser experimentada como reflexo de um movimento de ordem mundial, porém, com a particularidade de ser construída por diferentes grupos com interesses distintos, cujo módulo central da

discussão perpassa pela cadeia produtiva do agronegócio, que condena a “ganância” dos grandes produtores em controlar a produção, o financiamento e reter os lucros.

Historicamente, desde a sua formação na década de 1980, o MST vem ocupando um papel de destaque, no que tange ao tema da reforma agrária no Brasil (CRUZ; BENDJOUYA, 2008), sendo que dentre as suas pautas, o discurso socioambiental ganhou visibilidade (BARCELLOS, 2010; 2014; MORISSAWA, 2001). A temática socioambiental surgiu como uma reivindicação contraposta às ações de multinacionais do ramo do agronegócio e da mineração, com as quais surgiram temas relativos à preservação ambiental, à defesa da biodiversidade, à defesa de culturas locais e à questão da agroecologia.

Como destaca Nierdele (2014), o conceito de agroecologia está relacionado a uma alternativa produtiva e uma possibilidade que tende a estabelecer certa autonomia econômica, que passa a ser organizada em um processo produtivo alternativo ao modelo estabelecido como convencional, e que em nosso entendimento, a partir das entrevistas aos produtores de sementes agroecológicas, incorpora uma ideia de preservação ambiental, de saúde e de “sintonia” entre o homem e a terra.

A crítica que atingiu o modelo agroalimentar fordista a partir do final da década de 1980 condenou a uniformização, a artificialização e a industrialização da produção e do consumo alimentar. Nesse contexto, o surgimento dos movimentos de “agricultura alternativa”, as crises alimentares associadas à segurança dos alimentos e o desenvolvimento de novos sistemas de produção baseados nos preceitos da “agroecologia” (Altieri, 1989; Gliessmann, 2000; Caporal e Costabeber, 2000; Sevilha Guzmán, 2006) foram definidores da introdução de um amplo questionamento sobre os limites do modelo vigente. As justificativas emergentes colocaram em xeque o regime sociotécnico e legitimaram novos valores que, aos poucos, tornaram-se inseparáveis do discurso crítico sobre a moderna agricultura (NIERDELE, 2014, p.175).

Esses indicativos sobre agroecologia e os limites do modelo produtivo convencional, também foram percebidos em nossa pesquisa, ficando evidentes as entrevistas aos produtores, que em suas repostas deixaram transparecer expressões como as que são demonstradas na Tabela 6:

Tabela 6 - Quadro informativo 6

Entrevistado	A percepção dos atores sobre a produção de sementes em regime agroecológico.
P2	<p><i>“Fica visível, tu muda o teu pensar [...] tu vem trabalhar em lugar que tudo cresce ao natural sem tu fazer muita interferência”.</i></p> <p><i>“[...] daí o cara vai mudando o modo de pensar, tu vai se acostumando com aquela ideia, tem que fazer assim porque é melhor, é até uma questão de qualidade de vida”.</i></p> <p><i>“[...] tu adota um estilo de vida a partir daquilo dali”.</i></p>
P3	<p><i>“[...] tu vai plantar aí precisa colocar veneno e nisso aí da diferença na saúde é claro”.</i></p> <p><i>“[...] nunca tem os equipamentos completos, se coloca o veneno de qualquer jeito, essa é a diferença”.</i></p>
P4	<p><i>“O importante da produção é estar envolvido, se tu não está produzindo sementes você está a parte, está lá no seu lote é mais um agricultor”.</i></p> <p><i>“[...]ao produzir semente (em regime agroecológico) você entra em um processo de participação”.</i></p>
P5	<p><i>“[...] se hoje nós produzíssemos só convencional (com o uso de agrotóxicos), desde a saúde, principalmente lá na minha casa, nós não teríamos a saúde que temos hoje”.</i></p> <p><i>“[...] tem vizinhos lá que produz o convencional e hoje estão sofrendo a questão de saúde”.</i></p>
P6	<p><i>“Eu percebo na melhora de vida pras famílias”.</i></p> <p><i>“[...] a maioria do pessoal que trabalha com a Bionatur tem uma boa estrutura no seu lote, a sua casa tudo é muito bem planejado e também a melhora de vida”.</i></p>

Fonte: Elaboração do autor. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

O quadro informativo acima transcreve as falas dos atores que produzem sementes em regime agroecológico, transparecendo uma clara oposição entre saúde, cuidado com o corpo, cuidado com a terra, melhora de vida, mudança na maneira de pensar, em contraposição ao modo de produção convencional e com o

uso de insumos químicos, que é associado a doenças, degradação do meio ambiente, destruição dos recursos naturais e produção, fatores estes nocivos à saúde. Também podemos ressaltar que essa ideia não faz referência à conquista de novos mercados e geração de lucros – ela é circunscrita ao bem-estar. Assim, falar de agroecologia torna-se sagrado e distante de críticas.

Deste modo, a construção do mercado de sementes produzidas em manejo agroecológico incorpora, para além de um produto que busca certa diferenciação no mercado pela forma como é produzido, uma ideia de “ação correta” e visão positiva sobre o produto que é comercializado. De modo geral, essa percepção sobre os produtos cultivados em regime agroecológico não é uma exclusividade do mercado de sementes, mas de todas as mercadorias produzidas sob essa filosofia.

Para além da incorporação da temática socioambiental na agenda do MST, no incentivo de práticas agroecológicas – enquanto um modelo produtivo alternativo ao sistema convencional – destacamos também a importância que essa temática recebeu no Congresso Nacional do Movimento em 2007.

De acordo com Barcellos (2010; 2014), as discussões do MST envolvendo o tema da organização da produção datam do final da década de 1980 e envolveram alguns dos assentamentos já consolidados pelo MST. Essa temática pode ser vista como o resultado de duas necessidades específicas: 1) o grande número de famílias assentadas e a necessidade de viabilização econômica e, 2) da necessidade de fazer com que as famílias permanecessem na terra.

Uma proposta alternativa de organização da produção que incorporasse valores de cooperação e atuasse de forma cooperativada, além de oferecer certa formação política, favoreceria o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos em um modelo produtivo socialmente diferenciado (BARCELLOS, 2010; 2014).

Segundo Barcellos (2010; 2014), o discurso e as práticas agroecológicas incorporam-se ao MST em um contexto sócio histórico que evidenciava experiências em tecnologias sociais de caráter socioambiental em âmbito rural, mediante a sistematização de estratégias em torno da agroecologia. Essas experiências passam a ser incorporadas como projetos de desenvolvimento e de possível transformação social.

A partir de 2003, com o início do governo Lula, as políticas públicas passaram por um processo de reorganização e aumento de investimentos para atender

especificamente demandas de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais e demais públicos específicos.¹⁶

Nossa experiência empírica junto aos assentamentos da região da campanha gaúcha e da Conaterra permite-nos refletir, ancorados teoricamente em Bourdieu (2014), que o movimento de aproximação entre a produção em regime agroecológico e o MST possui em si uma ideia de distinção que possibilita certa diferenciação na concorrência de mercado. Ao incorporar e incentivar a produção agroecológica, o MST e o próprio Estado criam um produto diferenciado para uma parcela de mercado ainda pouco explorada e com grande potencial de crescimento, uma vez que a construção da ideia de cuidado com a saúde, com o corpo, de cuidado com o ambiente ganha cada vez mais visibilidade em nosso tempo e extrapola a ideia do lucro a qualquer custo, muito ligada, no nosso caso, à monocultura e à “exploração” da terra.

Na prática, a construção da ideia de produzir sementes em regime agroecológico pode ser esboçada, de acordo com a vertente teórica adotada e os dados coletados, de duas formas distintas. Primeiro, pelo incentivo financeiro para a própria cooperativa em termos de estruturação física, e para os produtores, por meio de pagamento superior a produtos cultivados em regime agroecológico/orgânico em relação a produtos cultivados em regime convencional a partir de 2003. Segundo, através do assessoramento técnico das agências de fomento estatais, como por exemplo, a EMATER-RS e a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do RS.

Assim, como já mencionado em diferentes momentos do trabalho, em especial no capítulo 3, reforçamos nosso argumento sobre o papel do Estado na formação do mercado de sementes agroecológicas, não somente pela aquisição da mercadoria produzida na Conaterra, mas pelo incentivo e estruturação de determinadas práticas produtivas.

¹⁶ “A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) foi um dos órgãos atuantes nesse cenário, no qual os sujeitos que a compuseram também passaram a influenciar os espaços e campo político-institucional de constituição das PPs para este setor da população rural. A SAF em seus departamentos, no caso da DATER (Extensão Rural) foi composta por ex dirigentes políticos da EMATER-RS, na qual se pode perceber a influência exercida no campo da institucionalidade para o debate da pauta da Agroecologia e das tecnologias de produção agrícola nessa linha, como a valorização dos produtos agrícolas considerados orgânicos junto as PPs de crédito e apoio à comercialização, por exemplo” (BARCELLOS, 2014, p. 8-9).

O entrevistado P1 informa que os recursos para a construção da Unidade de Beneficiamento (UB) foram financiados pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA), em especial a partir do ano de 2005. No entanto, mais que isso, o mesmo entrevistado considera que a estruturação da Bionatur é o “fruto de um trabalho coletivo” o que pode ser interpretado como alusão às pressões políticas exercidas pelo MST e o momento político vivido pelo país com o início da campanha para o segundo governo de Luis Inácio Lula da Silva.

“A Bionatur, aquilo que a gente vê hoje é de 2005 pra cá, até 2005 a Bionatur vivia do que se produzia, então tem muito pouco recurso público investido, teve muita assistência técnica, enfim teve outras ações indiretas, mas direta na cadeia de produção nós podemos dizer de 2005 pra cá com mais tranquilidade, ai tem os projetos que nós conseguimos com o INCRA, com a Prefeitura (Prefeitura Municipal de Candiota), depois nós conseguimos com o território da Zona Sul e ali vai e agora por último com o governo do estado uma participação significativa nos investimento da Cooperativa, mas isso é coisa muito recente” (Entrevista com o Produtor 1 – P1– Agosto de 2014).

O mesmo entrevistado afirma que também houveram recursos investidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) em nível Federal e pelo BADESUL em nível Estadual, ambos disponibilizaram linhas de crédito para a linha de produção.

“Nós temos que pagar uma parte dos recursos, por exemplo, nós estamos necessitando de um trator ai é financiado um trator, nós estamos precisando de implemento para o agricultor ai financia o implemento para o agricultor, nessa linha assim” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

Além dos recursos financeiros para estruturar os processos produtivos de beneficiamento e de comercialização, pesquisamos a construção da ideia através da Conaterra e do fomento técnico. O primeiro questionamento levantado foi sobre como surgiu a ideia de produzir sementes agroecológicas e quem foi o responsável em trazer essa ideia. A construção da ideia de produzir em regime agroecológico reflete, em certa medida, nas práticas produtivas adotadas, nesse caso específico. O quadro informativo 7 demonstra a percepção dos atores entrevistados sobre como “surgiu” a ideia de produzir sementes em regime agroecológico.

Tabela 7 - Quadro informativo 7

Entrevistado	Sobre quem trouxe a ideia	Início da Produção na região
P2	<p><i>“Foram os vizinhos, foi um período em 2006 por aí, que surgiu a ideia a gente lidava com leite, e aí surgiu a ideia. Tinha um grupo no assentamento que produzia pra Bionatur, não era só ali do assentamento era de 2 (dois) ou 3 (três) assentamentos vizinhos também, <u>mas se reuniram em um grande grupo e convidaram o pai</u> e ele gostou da ideia, e começamos com uma área de melancia, melão e deu bem, o primeiro ano foi uma fase de experiência, o pai gostou e pegou plantação de inverno, cebola e fomos indo, durante 6 (seis) anos”.</i></p>	<p><i>“Ele (falando sobre o pai que produzia sementes) produziu, durante 6 anos, aí foi indo, ele teve um problema de saúde, e aí não teve mais condições de tocar, eu toquei até 2 anos depois que ele parou, aí em virtude do estudo, não parava em casa estava trabalhando também, não tinha tempo pra tocar a atividade e resolvemos parar”.</i></p>
P3	<p><i>“É foi formado um grupo, começado devagarzinho, a gente quer uma outra saída, um produto melhor pra saúde porque a gente não usa veneno, pro sustento básico da gente é importante, além da alimentação, fatura mais uns troco. Eu cheguei aqui no assentamento e já comecei a plantar, foi lá em 2002, 2003”.</i></p>	
P4	<p><i>“No início a produção de sementes orgânicas traz várias questões, que é a questão das sementes agroecológicas, que é isso aí, produzir um alimento puro, sem produto químico, sem agrotóxico, que a família pode chegar ali pegar uma fruta e comer, antes da renda, vem essa questão do alimento, aí juntou isso e tem a semente, mas acho que isso aí. Nosso contato foi que a gente veio pra cá, aí tinha a cooperativa a Bionatur que produzia, tinha que <u>criar um grupo de produção</u>, aí foi criado já um grupo de famílias pra o técnico poder ir lá fazer discussões, explicar como é que vai ser, então a gente iniciou a produção ali, mas tem também essa questão nós nunca trabalhamos com produto químico, já é uma questão de família não optar por essa questão”.</i></p>	<p><i>“Vou pro segundo ano que estou produzindo sementes para a cooperativa, já produzimos há 4 anos atrás, produzimos 1 ano aí paramos, por outros problemas do grupo mesmo que não deu certo”.</i></p>

<p>P5</p>	<p><i>“O pai já conhecia a Bionatur, é desde <u>2007</u>. O pai já conhecia, o pai já produziu antigamente pra Agrofor outra empresa de sementes, ai só que era convencional, então o pai resolveu partir, nossa propriedade hoje é tudo, como se diz, não vou dizer orgânica, mas sim agroecológica, por mais que seja certificada orgânica eu digo que é agroecológica”.</i></p>	<p><i>“Desde que eu cheguei ao assentamento, no ano de 2004”.</i></p>
<p>P6</p>	<p><i>“[...] foi em <u>2008</u>, <u>ele ficou conhecendo um pessoal que já plantava com a Bionatur</u>, e ficou sabendo das vantagens, que tem que trabalhar sem veneno, produtos sem agrotóxicos, daí ele gostou da ideia, e começou a participar de reuniões até que começou a plantar pra ele, fez parte do grupo, foi por meio dos vizinhos do em torno”.</i></p>	<p><i>“Eles (sobre os pais que produziam sementes orgânicas) produziram até o ano retrasado em 2012, ai por motivo de saúde pararam de produzir, trabalhavam com a Bionatur”.</i></p>

Fonte: Elaboração do pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

Como podemos perceber, a ideia de iniciar a produção de sementes em regime agroecológico surge, na maioria dos casos, do contato com “os vizinhos” ou do contato com o “grupo de produtores” que já produzia. Na fala dos entrevistados podemos identificar, com exceção do entrevistado P3, que na maioria dos casos a produção de sementes agroecológicas, após o ano de 2005, época em que a cooperativa teve uma maior abertura ao crédito, o que possibilitou a construção da unidade de beneficiamento e aquisição de maquinário para seleção e embalagem da produção.

Sobre os incentivos que os produtores entrevistados receberam para iniciar a produção de sementes agroecológicas, questionamos sobre quais foram as instituições que os havia incentivado. Nosso objetivo foi o de identificar a presença das instituições que promovem a ideia de produzir essa mercadoria, permeada subjetivamente por tal filosofia, e ao mesmo tempo mapearmos o campo e evidenciarmos a construção social deste mercado.

Tabela 8 - Quadro informativo 8

Entrevistado	Quem incentivou	De que forma incentivou
P1	<p>1 – IPEP “[...] teve uma pessoa que foi fundamental para esse processo aqui da região, que eu sempre cito que é o João Rockett, que é um camarada aqui do IPEP – Instituto de Permacultura e Ecovilas da Pampa, ele é agrônomo e trabalhou em projeto e começou a organizar um pouco essa ideia [...]”</p> <p>2 – MST “[...] A partir de 1999 começou um debate muito forte em relação às sementes crioulas, não só na região, como dentro do MST, que a Bionatur é uma cooperativa que fez e faz parte do MST[...]”.</p> <p>3 – INCRA</p>	<p>“[...] o movimento (MST) começou também a observar que a experiência não podia ficar só aqui na região que tinha que nacionalizar a ideia, a partir do ano 2000, quando teve a ofensiva do estrangeiro aqui no Brasil, a invasão do transgênico no Brasil, que foi disseminada do dia para a noite sem muita organização nem muita difusão também, foi proibida e colocada meio a goela abaixo, o movimento também pegou e utilizou a Bionatur pra fazer esse embate a esse processo existente, a Bionatur era uma delas, era semente de milho, de soja, aí a Bionatur entrou na via da campanha de sementes, aí ela ficou conhecida nacionalmente, esse conhecimento que se tem da Bionatur é tudo fruto desse período.</p> <p>“[...] Esse negócio não pode ser regionalizado temos que nacionalizar a proposta, em 2005 nós conseguimos um projeto com o INCRA e montamos a UBS, que é a Bionatur hoje, e aí que começou o processo mais abrangente, aí tinha uma marca nacional, tinha uma filosofia de trabalho que dava fogo pra fazer uma ação maior [...]”.</p>
P2	<p>1 – “[...] a cooperativa”.</p> <p>2 – Banco.</p>	<p>“[...] ele (o pai do entrevistado) recebeu as mudas pra plantio, e um projeto de correção de solo que a cooperativa vinha e fazia e faz até hoje, corrigia a acidez”.</p> <p>“[...] apoio técnico, mensalmente o técnico vinha na propriedade, visitar as áreas, ver se estava bem [...]”.</p> <p>“[...] Recurso assim em nível de governo era difícil, quando a gente tirava e investia era do leite, vamos preparar um pedaço de terra aqui com o trator, mas era do leite, apartava do leite quando sobrava dava um período bom, com a produção mais ou menos, vamos designar um tanto da renda pra fazer uma correção de solo”.</p> <p>“Agora com a parceria Banrisul e Bionatur, tem uma linha de crédito para a produção</p>

		<p><i>orgânica, eu não tive conhecimento e nem fui procurar porque é uma coisa que acontece, mas não é muito divulgada, tem uma linha de crédito do Banrisul pra produção orgânica”.</i></p> <p><i>“[...] com essa parceria que surgiu entre Bionatur e Banrisul, que o Banrisul compra semente direto, eles têm um projeto, não sei o nome do projeto deles, mas eles têm um convenio e a partir desse convênio tem uma linha de crédito se o cara é registrado, certificado orgânico tem um acesso a essa linha de crédito”.</i></p>
P3	<p><i>1 – Cooperativa</i> <i>“Foi através de reuniões mesmo, o técnico ia explicando as vantagens e a gente ia seguindo”.</i></p>	<p><i>“É preparo de solo, ai a gente consegue pagar com a safra um pouco”.</i></p>
P4	<p><i>1 – Cooperativa</i> <i>“Tem a reunião, tem as atividades com os técnicos, a gente sempre procura ir, ficar bem informado, e antes mesmo de produzir sementes, já faz alguns anos já trabalhava com isso na área da agroecologia [...]”</i></p>	<p><i>“[...] sempre quando tem curso fora a gente vai, a cooperativa dá a oportunidade de ir, então. No Paraná mesmo todo ano sempre tem a feira que a gente entrega sementes lá e sempre vai participar, então tudo que é evento de agroecologia, de produtos e sementes de agricultura familiar, sempre tem alguém da cooperativa que está lá, vai um, vai outro, sempre aprendendo ali essa questão da qualificação, conhecer novos produtores, outras realidades, meio que por ai”.</i></p> <p><i>“[...] pela cooperativa tem a assistência técnica, que tem recursos para investimento dos lucros conforme a necessidade, por exemplo, as máquinas pro plantio, ou hora-máquina que também é financiado, faz lá vai pagar no caixa, são apoios que a cooperativa dá pra ti produzir né, pra poder aumentar a produção”.</i></p> <p><i>“Isso da cooperativa aqui, e fora nós não fomos buscar e não me informei, não tenho conhecimento se tem algum financiamento eu desconheço, mas a cooperativa tem um empenho grande pra produção aqui na região e fora também em outros municípios que a cooperativa trabalha, com produtores ai e está levando equipamentos pros produtores”.</i></p>
P5	<p><i>“Já nasceu junto com o pessoal, em vez de produzir</i></p>	<p><i>“Financiamento muito pouco, por que a Bionatur não tem hoje como financiar muita coisa pro produtor, mas incentivo tem</i></p>

	<i>convencional vamos produzir orgânico”.</i>	<i>bastante, os técnicos vão lá fazer reunião, mostrar. Já acessamos PRONAFE, por causa hoje das dívidas que tem da reforma agrária, hoje dificilmente tem acesso, o pessoal está tudo inadimplente no Banco, aí hoje não tem mais, até tem o mais alimento, mas exige muita burocracia, nós não tivemos condição de acessar.</i>
P6	<i>1 – Cooperativa “Eu acho que no início até houve um incentivo da cooperativa mesmo [...],</i>	<i>“[...] era em horas máquinas que preparavam a terra e tudo pra começar a produzir”.</i>

Fonte: Elaboração do pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

Ao observarmos as declarações dos atores entrevistados sobre como “nasceu” a ideia de produzir sementes em regime agroecológico, percebemos certa naturalização na percepção dos atores, de forma que a ideia surge do contato com os vizinhos, ou do contato com o grupo que já produzia. No entanto, podemos perceber, no quadro informativo 8, que os atores identificam a atuação de diferentes instituições e a forma como elas incentivaram a produção.

De modo geral, o MST vem promovendo a ideia de uma produção em regime distinto do considerado convencional – com a utilização de insumos químicos – e isso, apesar de presente no campo, não foi claramente identificado nas falas dos entrevistados, mas foi identificado pela pesquisa bibliográfica¹⁷, a qual demonstra uma aproximação desde o final da década de 1980 e início de 1990, entre o MST e a ideia de produção agroecológica.

Assim, as primeiras evidências dessa pesquisa mostram que o Estado (a partir de 2003), pela ação de suas diferentes instituições, configura-se como um ator que promoveu e que ainda promove a ideia de produzir sementes em regime agroecológico, pelo fomento financeiro (BADESUL, BNDES, Barrisul), pelo assessoramento técnico (EMATER) e pela aquisição da produção da Conaterra (PAA, CONAB). Como podemos perceber, a Conaterra passa a ser percebida como uma promotora da ideia e incentivadora de processos produtivos agroecológicos. No entanto, a própria constituição dessa cooperativa e sua maior visibilidade a partir de 2007 é o resultado dos dois principais atores do campo, o Estado e o MST.

¹⁷ Para um aprofundamento sobre o tema da aproximação entre o MST e as práticas agroecológicas sugerimos a consulta da seguinte obra: A apropriação do discurso da agroecologia pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), escrita por Sérgio Botton Barcellos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a02v51n4.pdf>.

Não obstante, o coroamento do papel do Estado na criação e no reforço do ideário de uma produção agroecologia sem a utilização de agrotóxicos e insumos químicos se concretiza com a instalação de um campus avançado do Instituto Federal Sul-rio-grandense, em um dos lotes do assentamento Roça Nova e a oferta do curso técnico em agroecologia para atores oriundos de famílias assentadas.

2.5 A percepção dos atores sobre o mercado de sementes agroecológicas

Em razão de um dos objetivos de nossa pesquisa, que era o de evidenciar a percepção dos atores entrevistados sobre o mercado de sementes agroecológicas, elegemos quatro aspectos que objetivam essa formulação, quais sejam: 1) as percepções dos atores entrevistados sobre o mercado de sementes agroecológicas – mais precisamente, como eles percebem o mercado de sementes agroecológicas; 2) as principais dificuldades encontradas na produção de sementes em regime agroecológico e como essas dificuldades são superadas; 3) as principais dificuldades encontradas na comercialização das sementes e como essas dificuldades são superadas; e por fim 4) o impacto da produção de sementes na renda familiar dos atores entrevistados.

Sobre o primeiro aspecto, que é sobre a percepção dos produtores assentados em relação ao mercado de sementes agroecológicas, os atores entrevistados se manifestaram da seguinte forma:

“Eu acho que é um mercado que cada vez está evoluindo mais, que a gente vê comentário, e essa grande procura pelos produtos orgânicos, é nos mercados, tem um valor mais elevado e as pessoas compram mais porque sabe da qualidade” (Entrevista com P3 – Agosto de 2014).

“Acho que está crescendo, e a procura pelo agroecológico no mercado é grande, tem essa tendência, as pessoas estão vendo que além da semente tudo que é orgânico o pessoal está procurando, talvez hoje não tem, não se encontra muito, mas o que tem saída, aqui na cooperativa não tem esse problema de não conseguir vender, tem aí as vendas fixas, mas é um mercado que está prometendo, quem tem a produção, tem a semente, tudo que é agroecológico está aumentando, vai aumentar cada vez mais, essa questão da produção convencional os problemas que estão dando, todo mundo está percebendo por mais que não sai tanto na mídia, mas um pouquinho sempre vai saindo, tá matando muita gente, é provado já, só que não sai tanto na mídia, hoje sai um pouquinho, mas isso já é o suficiente para as pessoas irem percebendo e buscando a produção agroecológica, orgânica, e também as famílias que produzem, vão ter mais mercado pra pôr, pra vender a semente e o produto orgânico em si, sem agrotóxico” (Entrevista com P4 – Agosto de 2014).

“Hoje não tem, a Bionatur não tem concorrência, mas a tendência é aumentar, essas grandes empresas estão vendo que o troço vai dar, que daqui pra frente vai render, a Bionatur tem o mercado aberto, e eu acho que é o momento dela entrar no mercado, porque isso aí vai aumentar” (Entrevista com P5 – Agosto de 2014).

“Eu acho que tem uma grade possibilidade de crescer, porque é uma semente bem melhor, que não tem produto químico nenhum vai garantir uma qualidade de vida pra quem consumir ela também” (Entrevista com P6 – Agosto de 2014).

De acordo com as citações, no que tange à percepção dos atores entrevistados sobre o mercado de sementes agroecológicas, de modo geral, podemos identificar uma ideia “otimista” sobre este segmento. Isso fica claro quando os entrevistados relatam sobre o “aumento da procura”, “a expansão do mercado”, “a diferenciação com relação à forma como a semente vem sendo produzida”, a relação entre “ausência de produtos químicos e o aumento da saúde dos consumidores”. Para além da produção de sementes agroecológicas, percebemos uma ideia positiva nas declarações dos atores entrevistados com relação aos segmentos de mercado que priorizam produtos agroecológicos e orgânicos.

Ainda que as entrevistas aos atores evidenciem que não existe concorrência direta no mercado de sementes agroecológicas para a marca Bionatur e que suas percepções sejam positivas em relação ao crescimento e ao aumento da demanda por sementes produzidas em regime agroecológico, identificamos uma correlação de força e disputa entre o modo de produção baseado numa abordagem agroecológica e o modo de produção convencional com uso de insumos químicos.

Essas afirmações citadas acima ficam evidentes no discurso dos produtores sobre o segundo aspecto que elencamos para uma construção sobre a percepção dos produtores em relação ao mercado de sementes agroecológicas, as principais dificuldades encontradas na produção de sementes agroecológicas elencadas acima.

O entrevistado P1, que atualmente é o coordenador geral da Conaterra, destaca que as principais dificuldades e ameaças para as sementes agroecológicas relacionam-se com a migração produtiva de produtores assentados para o cultivo da soja. O cultivo desse cereal é percebido, nas declarações do entrevistado P1, como um sinônimo de monocultura, o que por sua vez, vai à contramão da “filosofia” da diversificação produtiva proposta pela agroecologia.

“A principal [dificuldade no mercado de sementes], de cara, olhando lá do início, é a expansão da soja. A soja é a maior inimiga da diversidade e da agroecologia, enfim de todo esse trabalho da agricultura familiar nos assentamentos, dá pra dizer que é uma das maiores inimigas, por que aonde tem soja só tem soja, não permite outra coisa, podem falar de soja com gado, mas no fundo é mais balela que outra coisa na prática, a monocultura pode ser milho, algodão ou uva. A pecuária pelo contrário é muito bem vista, é parceira, porque o gado gera um resíduo importante, então a pecuária não chega a ser um problema, pelo contrário ela é parceira nesse sentido, o leite maior ainda, por que engloba toda aquela mão de obra familiar de cuidado, aonde tem leite nós conseguimos entrar com a semente tranquilo, e circular como um a mais, aí a gente implementa a proposta. Nós sofremos essa ofensiva da soja lá no campo, além disso qual é nossos principais inimigos, a gente não tem capital de giro, então a gente está sempre contando com a semente que está vindo de lá pra ti já comprometer ela aqui, pra poder jogar esse recurso na veia ali pra pagar o agricultor, pra viabilizar a máquina, pra girar a máquina, pra pagar a manutenção do carro, pra colocar combustível” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

“A ameaça que a gente vem sofrendo a nossa produção é o combate contra o convencional, a monocultura e os transgênicos, a gente vem debatendo isso não é de hoje, é de tempos, isso daí é uma coisa que está se expandido, a Bionatur é conhecida, se tu perguntar aqui no Brasil, se tu falar em Bionatur todo mundo conhece, eu tive oportunidade, o ano passado que eu trabalhava na cooperativa, eu fui pra Esteio, na EXPOINTER é bem conhecido o trabalho, porque vem gente de tudo quanto é lado te perguntar como é feito o processo de produção, como que ocorre, como que faz, e é uma coisa que está se expandindo, e é uma ideia, o agronegócio falido do jeito que está, eu acho que vai se expandir e ganhar espaço no mercado, tranquilo, e com isso daí vai agregar valor e aumentar o incentivo também, tanto por parte de instituições governamentais, quanto por parte das cooperativas também, vão incentivar a uma maior produção desse produto” (Entrevista com P2 – Agosto de 2014).

As declarações do entrevistado P1, atual coordenador da Conaterra, e do entrevistado P2, demonstram que as atividades ligadas a práticas monoculturais são uma ameaça ao mercado de sementes produzidas em regime agroecológico, como também a toda a “filosofia” relacionada à agroecologia.

A falta de capital de giro na cooperativa também se coloca como um desafio nessa atividade. Apesar de percebermos muitos investimentos públicos nos últimos anos que beneficiaram a Conaterra e os produtores de sementes agroecológicas, tanto no que tange à estruturação física e à aquisição de maquinários, como na instituição de um programa para aquisição de produtos da agricultura familiar que beneficiou os produtores de semente agroecológicas, não existe uma completa independência desses produtores e da Conaterra em relação ao capital estatal.

Da mesma forma, a produção de sementes em regime agroecológico, por ser uma atividade “recente” em relação as outras atividades, como o leite e a pecuária,

encontram certa dificuldade para se estabelecer como uma das atividades que se colocam como maior fonte de renda aos atores entrevistados.

A respeito de como essas dificuldades na produção de sementes agroecológicas são superadas, evidenciaremos a seguir as estratégias da Cooperativa para superar essas dificuldades relacionadas às práticas produtivas monoculturais, em particular o caso da soja, a partir do entendimento do entrevistado P1.

“Primeiro expandir, por mais complicado que seja expandir dentro dessa situação, se nós tivermos um agricultor no meio de 500 hectares de soja, amanhã é menos um que nós temos porque ele não vai sobreviver lá, agora se nós tivermos um ali e de repente conseguir outro ali, e de repente mais outro ter uns três ou quatro, ali já fechou um grupo, já fortaleceu, já fizemos um reduto ali, e a gente tem essas experiências muito lá na região das missões, muito forte. Nós conseguimos montar uns redutos lá, e aí, bom aqui não tem soja aí nós montamos umas barreiras, fizemos a produção de sementes aqui, com a produção de sementes possibilita o que, o pessoal muitos inclusive em muitas regiões já tinham abandonado a agricultura, já tinha abandonado o gado e uma série de coisas, aí começaram a voltar aos pouquinhos, aí tu começa a procurar um outro processo que é diferente da monocultura, aí tu tem espaço, começa a ganhar corpo ali dentro, e além disso, falando da própria linha de produção de sementes é a de tornar viável, então se você sabe que lá na unidade familiar do agricultor, rúcula não tem como colocar porque não tem viabilidade, não tem as condições técnicas pra desenvolver, então não coloca, coloca o repolho lá porque produz melhor, então bota o repolho, ou bota a cebola, ou bota alface, vai fazendo essa jogada para o agricultor também ser atraído, porque senão de repente não é possível produzir rúcula, mas é possível produzir cebola, então ele coloca a cebola lá pra poder produzir, ter uma renda. Aí tem os estudos, se você pesquisar na bibliografia, e é real na prática isso, enquanto que a soja estiver no máximo R\$ 800,00 por hectare, vamos dizer de bônus, a hortaliça passa de R\$ 1.500,00, quase o dobro, e agora a gente está fazendo um estudo na Universidade de Santa Catarina, a UFSC, e também está nos apontando isso, algumas unidades a hortaliça supera inclusive o leite de percentual por hectare, daqui a pouco o leite vai perdendo o espaço o que não é nosso propósito” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

A partir da fala do entrevistado P1, sobre as estratégias adotadas para superar as ameaças à produção de sementes agroecológicas, podemos perceber que a demonstração de uma maior rentabilidade por hectare plantado de semente em relação a outras atividades econômicas, como por exemplo, a produção leiteira, se posta como uma estratégia para “conquistar” e “atrair” novos produtores para a produção de sementes.

Identificamos, desse modo, o discurso científico na fala do mesmo ator, ao expor que essa maior rentabilidade por hectare que as sementes proporcionam é comprovada por estudos e pesquisas realizados pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A adoção de um discurso científico, em certa medida, reforça a

ideia de um produto “melhor”, com “mais qualidade”, menos prejudicial, tanto para a saúde, como para o ambiente e, de certa forma, passa a ser reforçada simbolicamente pela oferta do curso técnico em agroecologia do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul), que desde de 2013 está instalado em um dos lotes do assentamento Roça Nova em Candiota.

Outra forma de superar as dificuldades produtivas dos associados à Conaterra, segundo as declarações do mesmo ator, é a formação de redes de produtores em locais cujas práticas baseadas na monocultura colocam-se como principal atividade. O apoio entre produtores, em reuniões de grupos de produtores, surge como uma estratégia para fortalecer e expandir a produção de sementes em regime agroecológico.

No que diz respeito ao terceiro aspecto que elencamos para construir a percepção dos atores sobre o mercado de sementes agroecológicas, acerca das maiores dificuldades e desafios encontrados na comercialização das sementes, e as estratégias encontradas para sua superá-los, o entrevistado P1 destaca:

Tabela 9 - Quadro informativo 9

Entrevistado	Quais são as maiores dificuldades na comercialização de sementes orgânicas que o senhor percebe?	E como o senhor percebe essas dificuldades sendo superadas?
P1	<p><i>“Aí é o mercado, aquela estrutura de mercado altamente competitiva, hoje é a rúcula que está em alta, amanhã é a alface, é sempre uma ou outra, oscila muito, outra coisa, não tem uma cobrança maior em cima dos agricultores que produzem orgânico ele pode adquirir a semente nossa como pode adquirir da Monsanto, então nesse sentido nós somos bastante prejudicados, então não temos cacife pra dizer que nós vamos fornecer sementes orgânicas para todos que querem produzir, não tem como, essa demanda cresce ano a ano, a gente consegue aumentar a produção todo ano, mas não consegue acompanhar a demanda, então é interessante porque você vai ganhando espaço e é um mercado bem, ai você vai falar logo em seguida por exemplo das importações, das sementes importadas, de outros países, tem condição, tem contato no Brasil, só que quando vai pra botar lá e fazer ela produzir, ai nós ficamos muito tranquilo, tranquilos mesmo por que nós sabemos, já fizemos, já olhamos, já observamos é impossível competir”</i></p>	<p><i>“Esse é o melhor marketing que nós temos hoje, a qualidade, e ir lá botar a cara e mostrar que a nossa semente é boa e o pessoal experimenta e acaba comprovando, nós temos inúmeros casos, por isso que a gente consegue se manter no mercado, esse é o ponto fundamental eu diria assim, não tem muitos outros pra entrar no mercado a não ser esse”.</i></p>

Fonte: Elaboração do Pesquisador. Entrevista com P1 – Agosto de 2014.

De acordo com as declarações do entrevistado, podemos perceber, no que se refere às dificuldades encontradas na comercialização das sementes agroecológicas, que a alternância da procura por determinada espécie de semente é o desafio que está sendo enfrentado pela Conaterra e seus associados. No mesmo sentido a “grande” procura por sementes agroecológicas e a “incapacidade” produtiva da cooperativa em atender toda a demanda do mercado é apontado pelo entrevistado como outro desafio de comercialização. Por fim, a concorrência de sementes agroecológicas produzidas fora do Brasil e a utilização de sementes transgênicas por produtores de hortigranjeiros são apontadas pelo ator entrevistado P1 como os desafios encontrados atualmente pela Conaterra.

O mesmo entrevistado relata que a principal forma de enfrentamento desses desafios impostos pela comercialização de sementes é a qualidade que o produto comercializado sob a marca Bionatur possui. Assim, para o entrevistado A, o uso da semente pelos produtores e a sua satisfação é o melhor marketing que a cooperativa pode esperar.

Por fim, para compor a percepção dos atores envolvidos com a produção de sementes agroecológicas sobre esse mercado, elencamos suas percepções sobre o impacto que a produção de sementes possui na renda familiar. Para isso, perguntamos aos nossos interlocutores sobre a quantidade de sementes que são produzidas em seus lotes e quanto que isso representava na renda familiar; obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 10 - Quadro informativo 10

Assentado	<i>E quanto de semente agroecológica são produzidas no seu lote?</i>	<i>E quanto que as sementes orgânicas representam na renda da propriedade?</i>
P1	<i>“[...] o ano passado eu produzi cebola, esse ano que eu não consegui produzir por que só choveu, não consegui nem plantar esse ano, e fiquei com a terra preparada, eu ia plantar uma rúcula e um agrião apimentado e uma ervilha, nós ficamos com as sementes lá”.</i>	<i>“É muito variado, a Bionatur tem 185 famílias produzindo, associadas são mais de 300 famílias, tem famílias que a Bionatur representa 50% da renda, algumas 30%, outras 5%, 10 %, 15%, é muito variável, porque a própria filosofia da cooperativa é a seguinte, como é um processo agroecológico, a produção de sementes não é uma linha única, ele (o produtor) tem que ter o leite, tem que ter o auto sustento, tem que ter os pequenos animais, a horta e a produção de sementes, ela não uma única linha de produção”.</i>
P2	<i>“Olha era uma quantidade assim pequena, porque a gente trabalhava com mão de obra braçal, não era mecanizada, toda nossa planta de verão, não fechava 2 (Duas) hectares, era pequena, mas em termos de ganho tu tirava bastante renda de um pequeno espaço”.</i>	<i>“Na renda aumentava, porque a gente trabalhava com leite, o leite era o carro chefe da propriedade, aquela renda do leite era sagrada todo mês, a sementeira que a gente trabalhava, sempre agregava um trabalho a mais, vamos dizer que por ano uns R\$ 6.000,00 ou R\$ 7.000,00 por ano, cerca de 20% (da renda da propriedade)”.</i>
P3		

	<i>“Varia, que nem agora a planta de inverno eu não consegui plantar, vou plantar agora de verão, eu sempre produzo cebola, agrião apimentado no inverno e no verão abóbora. Varia de cebola o ano passado eu colhi bem pouco, 50 (cinquenta) quilos e mais um pouco de agrião apimentado”.</i>	<i>“Exato não tem, fica na base de 20% a 30%, porque a gente trabalha com leite, é uma renda complementar”.</i>
P4	<i>“O primeiro ano foi muito sugestivo, foi mais um início, começamos a produzir melão lá e melancia. Melão foram 8 (oito) quilos, mas foi em quantidade pequena, esse ano nós temos mais cebola e rúcula, esse ano acho que a produção vai dá uns 200 (duzentos) quilos de cebola, e rúcula acho que vai um meio hectare, uma parte já está florescendo e a outra esta pequena”.</i>	
P5	<i>“Aí varia, por que tem duas safras no ano, geralmente o pai que está acompanhando mais lá na ponta, como se diz, a produção dele maior é na safra de inverno, que são cebola, cenoura e couve, ele tira em torno de 200 (duzentos) quilos”.</i>	<i>“Além da produção leiteira, que hoje é o que centraliza dentro dos assentamentos, lá em casa dá pra dizer de 20% a 30% da renda da propriedade é da produção da Bionatur”.</i>
P6	<i>(Sobre a produção de sementes dos pais): “Não me lembro”.</i>	<i>“Olha não influenciava muito, porque era por ano, aí tu plantava e recebia no ano um máximo de até R\$ 3.000,00”.</i>

Fonte: Elaboração do Pesquisador. Entrevistas realizadas entre Janeiro de 2013 e agosto de 2014.

De acordo com nossa análise, percebemos certa incoerência no que diz respeito ao discurso dos produtores e suas práticas produtivas descritas ao longo desse trabalho. Apesar de suas visões sobre “prosperidade desse mercado”, “seu potencial de crescimento”, “a ausência de concorrência no mercado”, na prática a produção de sementes agroecológicas tem uma baixa representatividade na renda familiar dos atores entrevistados e ocupa uma pequena parcela na produção do lote dos assentados entrevistados. Vale ressaltar que isso diz respeito a uma pequena parcela de amostra dentro do universo de assentamento da região da campanha gaúcha.

Assim, este cenário nos levou a compreender a lógica discursiva desses agentes, confrontada com sua prática produtiva, a qual se pode levar em consideração que: se a atividade produtiva de cultivar sementes agroecológicas é considerada como promissora e rentável, por que não há um maior impacto na

renda das famílias entrevistadas e por que não há um incremento na quantidade de sementes produzidas por lote?

Recorrendo a Bourdieu (2006), para uma possível compreensão, percebemos que um cálculo utilitarista não conseguiria responder satisfatoriamente práticas produtivas e econômicas que estão imersas em fatos não econômicos, e, sobretudo não conseguiria explicar essa configuração, pois a produção de sementes agroecológicas está relacionada a determinadas leis que não são apenas as leis do campo econômico.

entre a teoria econômica na sua forma mais pura, quer dizer, a mais formalizada, que nunca é tão neutra como quer acreditar e fazer acreditar, e as políticas que são implementadas em seu nome ou legitimadas por seu intermédio, interpõem-se agentes e instituições que se encontram impregnadas de todos os pressupostos herdados da imersão num mundo econômico particular, saído de uma história social singular (BOURDIEU, 2006, p. 25)

Deste modo, a vertente da sociologia econômica alerta que para uma compreensão do mercado de sementes agroecológicas é fundamental compreender a atuação dos atores presentes no campo, em especial o Estado e o MST. A atuação do Estado, no sentido de criar culturas produtivas – tanto em nível prático como em nível cognitivo – e os fatores históricos de resistência e alternativa produtiva, cuja origem do discurso relaciona-se ao MST, possuem um caráter socialmente construído que uma abordagem essencialmente utilitarista não daria conta de responder. Aqui também vale lembrar que a empiria dessa pesquisa demonstra que é o próprio Estado que “impõem” simbolicamente a agroecologia ao implantar o IFSul e ofertar o curso técnico em agroecologia.

Dessa forma, considerando os quatro aspectos que elencamos para construir a percepção dos atores sobre o mercado de sementes agroecológicas, concluímos que esse mercado é percebido como promissor e “titular” de um potencial de crescimento. No entanto, existem vários desafios, tanto no que se refere à produção de sementes agroecológicas – com a constante “ameaça” das práticas monoculturais, que estão relacionadas ao latifúndio, com destaque para a soja – como de comercialização do produto, onde a estrutura de mercado com uma alta variação de demanda e a baixa capacidade produtiva da cooperativa é percebida como um desafio que necessita ser superado.

Por fim, apesar do mercado de sementes ser percebido como promissor, podemos notar que a produção de sementes em regime agroecológico possui um baixo impacto na renda familiar dos atores entrevistados, o que pode, em certa medida, demonstrar a construção do ideário da agroecologia que não se reflete na prática, em especial, dos produtores, em especial a econômica. Tais evidências reforçam que mercados são construídos socialmente e não são consequência da oferta e demanda.

3 A construção social do mercado de sementes agroecológicas na prática

O objetivo deste capítulo é o de apresentar as instituições que, em certa medida, vem construindo o mercado de sementes agroecológicas na região do pampa gaúcho. Essa representação foi construída a partir do mapeamento do campo, que por sua vez, foi realizado a partir da empiria da pesquisa, mais precisamente, através das entrevistas realizadas com produtores assentados e associados à Conaterra (P2, P3, P4, P5, P6), com o coordenador dessa mesma cooperativa (P1), com um dos engenheiros agrônomos responsáveis por assessorar tecnicamente a cooperativa e os produtores associados (EA1) e o coordenador do curso técnico em agroecologia oferecido pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense IFSul (D1).

Deste modo, também descreveremos algumas das formas identificadas de atuação do Estado no que se refere à compra de produtos oriundos do regime produtivo familiar, enfatizando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e analisando as ações desse programa por meio do relatório de atividades de 2013, publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Também evidenciaremos nesse capítulo, a percepção dos atores sobre o mercado de sementes agroecológicas e o impacto da produção na renda familiar dos atores envolvidos nesse mercado, bem como as estruturas organizacionais de produção e comercialização da Conaterra.

Não é pretensão desta pesquisa construir uma visão geral e definitiva sobre o mercado de sementes agroecológicas, nem mesmo identificar todas as instituições e regras que o compõem. Antes disso, buscamos, a partir dos pequenos substratos coletados nas entrevistas e na empiria, demonstrar o panorama no qual se encontra esse mercado, por meio de uma abordagem ancorada na “nova” sociologia econômica, através do estudo das regras, instituições e atores que o constroem.

3.1 O papel do Estado na criação da oferta e da demanda

Em razão do objeto de pesquisa, nos capítulos 1 e 2 buscamos mostrar evidências advindas da revisão bibliográfica e da pesquisa empírica (entrevistas e material coletado) que esboçam o campo do mercado de sementes agroecológicas e o papel do Estado na sua construção. Entretanto, nesse ponto da pesquisa vale resgatar, especificamente a obra “As estruturas sociais da economia” de Pierre Bourdieu (2006), para reforçar nossa compreensão sobre o campo do mercado de sementes agroecológicas.

Na obra citada, Bourdieu (2006) – ao investigar a construção social do mercado imobiliário francês – considerou que a oferta e a demanda por moradia (seja individual ou coletiva) foi construída pela dupla ação do Estado em ofertar crédito e estimular a produção e a compra – assim, mesmo a procura com a qual os produtores contavam, era ela própria, um produto social. Bourdieu (2006) demonstrou também, que no mercado imobiliário francês havia esquemas de valorização socialmente construídos e socialmente alimentados, onde determinados agentes, como os publicitários e os editores de revistas especializadas, desempenharam o papel de ativar e reativar ciclicamente o mercado, criando assim, a “necessidade” (demanda) do sonho da casa própria.

publicações femininas e das revistas dedicadas à casa, particularizaram, reforçam e adaptam as expectativas em matéria de habitação, dando como exemplo a sua arte de viver, e também por acção das instâncias estatais que contribuem de forma muito directa para orientar as necessidades impondo normas de qualidade (nomeadamente através das instâncias locais, arquitectos de departamentos, DDE, conselheiros de arquitectura, etc.)” (BOURDIEU, 2006, p.125).

Bourdieu (2006) demonstra, dessa forma, a importância do papel de atores como publicitários e editores de revistas especializadas para o mercado da casa própria francês, e destaca também a “força” de instituições bancárias e grandes conglomerados da construção civil. No entanto, para o referido autor, nada pode ser comparado a “força” que o Estado detém na construção e manutenção desse mercado, uma vez que em seu entendimento “poucos mercados serão, tanto como o da habitação, não apenas controlados, mas de fato construídos pelo Estado” (BOURDIEU, 2006, p. 125).

Para o autor, o mercado da casa própria francês surgiu do apoio e do controle do Estado exercido tanto de forma direta como indireta. O poder do Estado de fixar regras ocorreu de duas formas: primeiro, pela regulamentação específica; e

segundo, pela infraestrutura jurídica, não sendo negados os processos histórico-sociais da gênese formativa dessas regras e regulamentações.

Silva-Mazon (2005), ao pesquisar sobre a construção social do mercado oléricula no Estado de Santa Catarina, buscou relacionar a formação desse mercado específico com as ações do Estado. Ao realizar essa construção cristalizou o seguinte entendimento:

O Estado é um dos atores preferenciais na construção e manutenção dos arranjos institucionais; criando as leis e regulamentações relativas à política fiscal, ao capital financeiro, à concorrência, às relações salariais, às patentes e direitos de propriedade; promove compras públicas; financia a pesquisa e a construção de infraestruturas; participação no capital de empresas (água, eletricidade); garante juridicamente a aplicação dos contratos e tem ainda as funções de assistência social (como creches para que as mulheres trabalhem) e redistribuição (SILVA-MAZON, 2005 p. 46-7).

Da mesma forma que os autores referidos, as primeiras evidências empíricas dessa pesquisa “vão ao encontro” de seus argumentos, no que perpassa o entendimento que para uma compreensão sociológica dos mercados torna-se necessário não apenas identificar e destacar suas regras e regulamentações, mas também, compreender sua história social e o papel determinante do Estado. Desse modo, justifica-se o “resgate” histórico feito sobre o processo de assentamento das famílias cujos agentes foram entrevistados para essa pesquisa. Pesquisa essa que apontou as práticas produtivas das referidas famílias, as ideias que esboçam a “construção” do mercado de sementes agroecológicas e nossa tentativa de demarcação das ações do Estado ao longo da história dos assentamentos da região pesquisada.

À luz de Bourdieu (2006), é possível afirmar que é no campo das relações de força e de disputa que os atores e instituições, investidos de diferentes capitais e posições buscam fazer triunfar seus interesses, e assim se definem as regras e as leis que regem, no caso, o mercado de sementes agroecológicas. Essas disputas de força para fazer prevalecer determinadas regras e determinados interesses, carregadas de capitais simbólicos, são permeadas tanto por antagonismos, como alianças (no nosso caso, falamos em cooperação) de interesse e de afinidade que configuram o *habitus do campo*.

As evidências empíricas dessa pesquisa permitem-nos afirmar que o mercado de sementes agroecológicas se configura como um mercado construído a partir das

ações do Estado, isto é uma “configuração” (ELIAS, 1999) recente que envolve a ascensão de um governo de esquerda ligado a movimentos sociais e trabalhadores; assim, por distintas razões: seja, pela compra de grande parte da produção de sementes comercializada pela Bionatur, como será apresentado no item 3.4, ou , pelo incentivo à produção em regime agroecológico, materializado pela valorização dessas mercadorias, temos a configuração desse mercado com suas especificidades.

Para além do fomento específico, a produção de sementes em regime agroecológico e as ações do Estado, no que tange à “criação” da oferta, configuram um momento situacional onde vem sendo empregado recursos (financeiros, de pessoal, de agências de fomento) para a legitimação de produtos que se diferenciam nos mercados pela forma como são produzidos. Neste momento, vale ressaltar a fala dos agentes que exemplifica nossa argumentação.

“[...] tínhamos uma época que nós entregávamos muito pra CONAB. Chegou a 90% de nossa comercialização ser CONAB. Ela comprava da Bionatur e distribuía para pequenos agricultores, comunidades carentes, enfim, logo em seguida a gente começou a dar passos e estruturar também nosso comercial, que é botar uma pessoa que ligava e oferecia. Hoje nós estamos em torno de 60% ainda permanecendo no mercado institucional, que é a CONAB, o Banrisul e outros, mas basicamente esses dois. E os outros 40 % é a nossa venda no varejo, essa é a fatia do mercado que nós fizemos lá, que é oferecendo. Com o Banrisul nós fomos um pouco além, a gente fez um contrato de entrega de sementes, a Bionatur é umas das únicas produtoras de sementes orgânicas do Brasil de hortaliças, de outras variedades tem outras que entregam, mas de hortaliças com esses volumes aí a Bionatur é a única, inclusive se arrisca a falar na América Latina, não só no Brasil” (Entrevista com P1 – Agosto de 2014).

“A Bionatur trabalha com um projeto onde tem parceria com o Banco Banrisul e tem um setor comercial que vendem pra todos os lugares que pedir semente, eles mandam. Vem o pedido formula o pedido e se vai, entrega por correio, se tocar de ir de caminhão vão levar, mas a compra maior, que eu sei, até hoje é o contato com a CONAB, mas a CONAB compra da Bionatur uma quantidade expressiva, eles têm essa parceria também, eles também fazem pedido. Paralelo a isso também tem o mercado, tem pessoas que vem de fora, as vezes tu conversando num lugar aí, as pessoas pedem contato pra comprar semente, tem sempre grande procura” (Entrevista com P2 – Agosto de 2014).

“Tem em toda parte, em todo o Brasil, porque a procura de sementes é grande. A CONAB compra bastante a produção da Bionatur e aí distribui pra quem quiser produzir. Tem uma parceria com o Banrisul, dentro do Banrisul têm que ter uma questão social, eles compram nossa semente e distribuem para outros pequenos produtores, e hoje nós não temos sementes pra atender à procura do mercado” (Entrevista com P5 – Agosto de 2014).

A configuração deste mercado, no qual o Estado desempenha o papel de principal comprador de mercadorias produzidas em regime familiar e agroecológico, incentiva determinadas práticas produtivas e determinadas organizações para comercialização, como o caso de cooperativas ou associações de produtores, não é uma exclusividade do mercado de sementes agroecológicas, entretanto, de maneira geral, tal mercado vem ganhando destaque no país.

No documento intitulado “Mercado Institucional Avaliação de programas no Brasil” – publicado pela Comissão Pró-Índio do Estado de São Paulo, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), datado de março de 2014 e analisado para esse estudo – percebemos que programas estatais, a exemplo do PAA e do PNAE, em conjunto, no caso, com Políticas estaduais do RS, como a Política de alimentação Saudável e a Política Estadual de compra Coletiva/RS são ações de Estado que visam criar “mercados”, que contribuem para a construção e promoção de uma determinada prática produtiva, através do fomento à produção e compra de produtos.

Deste modo, vale apontar alguns dados sobre as ações do Estado na aquisição de produtos da agricultura familiar, entre os quais estão as sementes agroecológicas produzidas pela Conaterra com a marca Bionatur. Focaremos atenção no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no relatório anual de 2013 da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

3.2 O Estado e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma política pública do Governo Federal que foi instituída pela Lei N°10.696/2003, atualizada pela Lei 12.512/2011 e regulamentada pelo Decreto N° 7.775/2012. O PAA é compreendido como uma Política Pública de articulação entre produção, comercialização e consumo, e mais que isso, um incentivador de práticas produtivas agroecológicas e orgânicas. O PAA estabelece como suas finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança

alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização (BRASIL, 2003).

De modo geral, a lei que institui o PAA possui as finalidades de garantir a compra pública de produtos oriundos da produção familiar de forma direta, e fornecer alimentos para populações em situação de insegurança alimentar. Os recursos para execução do PAA originam-se no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O PAA é executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em parceria com os estados e os municípios, exigindo-se que os agricultores fornecedores estejam organizados em cooperativas e associações.

A lei 12.512/2011¹⁸, que funciona como um complemento ao PAA, estabelece as regras para a compra de produtos da agricultura familiar, estabelecendo que as aquisições do PAA poderão ser realizadas de formas distintas. Em outras palavras, a compra por parte do Estado poderá ocorrer diretamente dos produtores rurais, ou de forma indireta, pela aquisição das mercadorias produzidas em cooperativas e associações de produtores (BRASIL, 2011). Essa mesma lei define que a transferência dos produtos entre as cooperativas e os produtores classifica-se como um “ato cooperativo”. Podemos perceber, desta forma, que além do MST construir e popularizar uma ideia sobre cooperação entre seus membros, e entre estes e atores externos ao movimento, evidencia-se a atuação do Estado na construção e promoção de práticas cooperativadas. Dessa forma, identificamos o Estado como um ator do campo que em certa medida, e por meio de suas agências de fomento e

¹⁸ A lei Nº 12.512 de outubro de 2011 atualiza o PAA ao definir que agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadram nas disposições da lei Nº 11.326/2006 podem fornecer produtos ao PAA. Os demais beneficiários do programa, além de agricultores familiares, são: I – silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; IV - pescadores que exerçam a atividade pesqueira artesanalmente, V - povos indígenas; VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades.

legislações, contribui para construção da cooperação como uma habilidade socialmente construída (FLIGSTEIN, 2009).

As aquisições do Estado por meio do PAA estão condicionadas à disponibilidade orçamentária, isto é, o poder executivo Federal é o ator responsável por estabelecer os critérios e as condições de prioridade de atendimento do PAA, priorizando produtores (beneficiários) de menor renda.

Em razão do exposto e ancorados em Bourdieu (2006), analisamos que a atuação do Estado, por meio da legislação, para “construir” os mercados de produtos oriundos da agricultura familiar e demais segmentos que o PAA inclui, constitui um processo de desburocratização da compra, que em nosso entendimento pode ser visualizado como uma ação que busca estabelecer uma relação privilegiada entre os produtores em regime familiar e o comprador final (Estado). Tal fato pode ser percebido na seguinte redação:

Art. 17. Fica o Poder Executivo federal, estadual, municipal e do Distrito Federal autorizado a adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários descritos no art. 16, dispensando-se o procedimento licitatório, obedecidas, cumulativamente, as seguintes exigências:

I - os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado, em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída pelo Grupo Gestor do PAA; e

II - seja respeitado o valor máximo anual ou semestral para aquisições de alimentos, por unidade familiar, cooperativa ou por demais organizações formais da agricultura familiar, conforme definido em regulamento.

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do PAA (BRASIL, 2011).

Sobre a destinação dos produtos oriundos do regime de trabalho baseado na concepção de agricultura familiar e adquiridos pelo PAA, a legislação estabelece que os alimentos adquiridos serão destinados a ações de promoção da segurança alimentar e nutricional e/ou à formação de estoques, podendo ser comercializados, conforme o regulamento que lhe institui.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, presidida pela Deputada Marisa Formolo, do Partido dos Trabalhadores (PT), publicou no ano de 2012 o “Manual simplificado de Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar Ecológica”. Esse manual busca fomentar a Agricultura Ecológica como um novo paradigma para o desenvolvimento rural no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. Para tanto,

esquematiza a operacionalização de políticas públicas, tanto em âmbito Federal, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, como em âmbito estadual, pela Política da Alimentação Saudável e a Política Estadual de compras coletivas (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

O PAA é tratado no “Manual Simplificado de Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar Ecológica” como um instrumento de apoio à agricultura familiar que potencializa a comercialização de seus produtos. O destaque feito por esse manual se dá na forma como estão descritas as principais modalidades de compra via CONAB, que são: a) Compra da agricultura familiar com doação simultânea – CPR-Doação, b) Formação de estoque pela agricultura familiar – CPR-Estoque, c) Compra direta da agricultura familiar – CDAF, e d) Compra Institucional (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012). A seguir, discorreremos sobre cada uma dessas modalidades de compra instituídas pelo PAA e analisaremos a verba destinada para cada uma delas.

A) Compra da agricultura familiar com doação simultânea – CPR-Doação.

Nessa modalidade de compra, CPR-Doação, a CONAB realiza a compra de mercadorias das associações ou cooperativas de agricultores familiares, os quais entregarão seus produtos diretamente em instituições beneficiadas. Essa modalidade de compra objetiva o atendimento da população em situação de insegurança alimentar e nutricional, através da doação dos alimentos adquiridos. As instituições consumidoras podem ser governamentais ou não, desde que atendam populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. O mesmo manual descreve ainda os “Tipos de produtos alimentícios que podem ser comercializados”, “O limite de aquisição” que a CONAB estabelece e os documentos que os fornecedores devem entregar na Superintendência Regional (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012) (mais detalhes no ANEXO K).

B) Formação de estoque pela agricultura familiar – CPR-Estoque

Na modalidade de formação de estoque pela agricultura familiar – CPR-Estoque – existe a possibilidade das organizações da agricultura familiar obterem recursos para a aquisição de produtos da safra vigente com o objetivo de formar estoque. Essa aquisição vale tanto para produtos *in natura*, como para produtos processados, beneficiados ou industrializados para criar condições de

comercialização, de acordo com as variações do mercado (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

A compra para estoque pela CONAB ocorre durante todo o ano, sendo formalizada por meio de associações ou cooperativas de agricultores familiares. Os agricultores recebem antecipadamente até 100% dos recursos para compra de matéria prima, rótulos e embalagens, pagamento de fornecedores e de despesas de beneficiamento. O beneficiário do PAA poderá vender todo o seu estoque em até 12 meses, depois de assinado a “Proposta de Participação para Formação de Estoque pela Agricultura Familiar” (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

Para que o produtor possa liquidá-lo sua CPR com produto, ele deve manifestar interesse de venda, que deverá ser entregue diretamente na CONAB. Se a liquidação for financeira, a entidade deverá vender seu produto no mercado e quitar a CPR junto a CONAB (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012) (ANEXO L).

A Conaterra vende as sementes agroecológicas para a CONAB, nas suas diferentes superintendências regionais, nessa modalidade de compra institucional.

A) Compra direta da agricultura familiar – CDAF

O mesmo manual da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do RS, estabelece que a modalidade de “compra direta da agricultura familiar – CDAF”, é a compra de produtos agropecuários definidos pelo Governo Federal com preços de referência, que ocorre em polos de compra instalados nos locais de produção (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

Os produtos que podem ser adquiridos nessa modalidade de compra do PAA são arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e outros produtos autorizados pela CONAB. Os produtos são adquiridos quando o preço de mercado estiver abaixo do preço de referência. Os agricultores familiares e demais produtores autorizados a participar do PAA podem vender seus produtos até o limite de R\$ 4.500,00 ao ano (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012) (ANEXO M).

B) Compra Institucional

Esta modalidade viabiliza a compra que órgãos das esferas Federal, Estadual ou municipal – que possuam necessidades de gêneros alimentícios de forma regular – poderão adquirir produtos diretamente de produtores familiares com dispensa de licitação. O Manual traz como exemplo de instituições que se encaixam nessa

modalidade de compra as redes de ensino, as forças armadas, as unidades de saúde e o sistema prisional (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

A exigência imposta às instituições compradoras é a pesquisa de preço em três fornecedores no mercado local ou regional. No caso específico de produtos orgânicos ou agroecológicos, é sugerida pela legislação brasileira o acréscimo de 30% em relação aos produtos convencionais (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

Para acessar essa modalidade de compra os agricultores familiares e demais produtores autorizados a participar, devem estar organizados em cooperativas ou associações e cada unidade familiar tem o valor de R\$ 8.000,00 como limite de vendas (COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, 2012).

3.2.1 Balanço das ações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2013

No documento intitulado “Resultado das ações de 2013”, publicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), acerca do PAA, é informado que no ano de 2013 foram gastos na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, e demais beneficiados pelo PAA, cerca de R\$ 224.517.124.45 que possibilitaram a comercialização de 123.706 toneladas de alimentos, produzidos por mais de 40.000 famílias trabalhando em regime familiar (CONAB, 2014).

Em números, desde 2003 até 2013, foram investidos mais de R\$ 3 bilhões na aquisição de mercadorias produzidas em regime familiar. O investimento ano a ano pode ser acompanhado pela evolução dos recursos destinados pelo Governo Federal e executados pela CONAB na aquisição de produtos da agricultura familiar pelo PAA, que segue na tabela abaixo.

Tabela 11 - Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2013

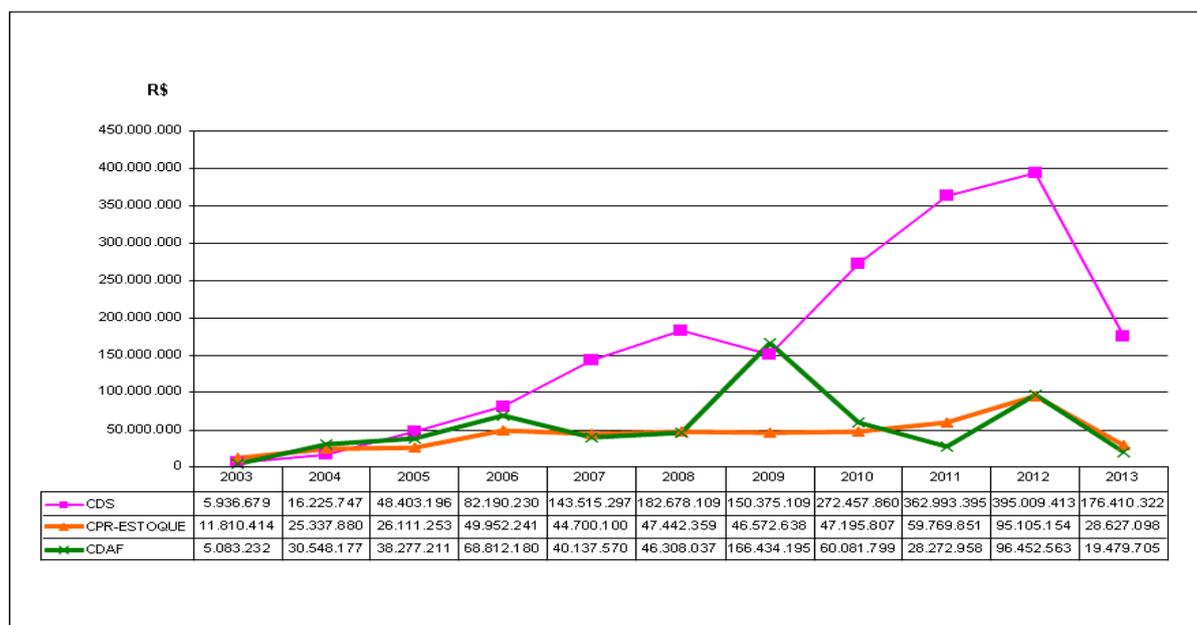
Ano	Total em R\$
2003	81.541.207,29
2004	107.185.826,34
2005	112.791.660,39
2006	200.667.394,34
2007	228.352.963,49
2008	272.929.438,86
2009	363.964.228,12
2010	379.735.466,39
2011	451.036.204,40
2012	586.567.130,50
2013	224.517.124,45
Total	3.009.288.644,55

Fonte e elaboração: SUPAF/GECAF – 2013

Desde a implantação do PAA no ano de 2003, a verba destinada para aquisição de produtos oriundos do trabalho em regime familiar e demais beneficiários do programa, obteve um crescimento de mais 175%. Em 10 anos a verba para execução do programa cresceu de R\$ 81.541.207,29 em 2003, para R\$ 224.517.124,45 em 2013.

A tabela a seguir é um demonstrativo sobre os recursos aplicados no mesmo período, de acordo com cada modalidade para aquisição de produtos estabelecida pelo Programa: 1) Compra com Doação Simultânea; 2) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, 3) Compra Direta da Agricultura Familiar, com exceção da modalidade compra institucional, em razão dessa modalidade ter sido implantada recentemente.

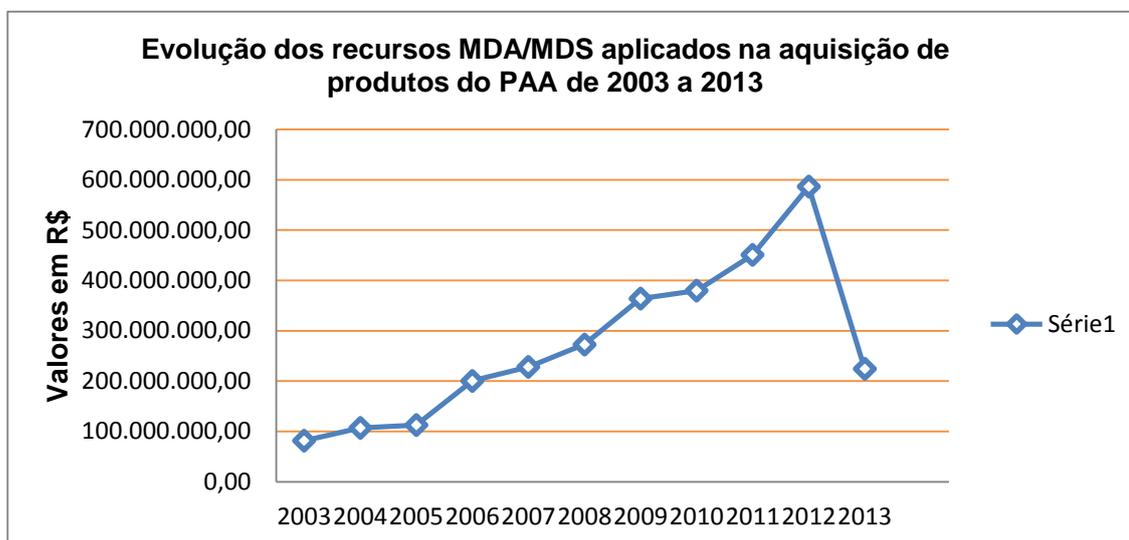
Gráfico 2 - Evolução dos recursos aplicados nas modalidades do PAA entre 2003 a 2013



Fonte e Elaboração: SUPAF/GECAF – 2013.

Desde sua instituição em 2003, percebe-se um crescente investimento de recursos públicos, tanto no âmbito do MDA como do MDS, nos primeiros 9 anos do programa, e um declínio no último período. As razões da baixa execução orçamentária nesse último período são justificadas pela CONAB em virtude falta de chuvas na região nordeste do país, da redução da compra direta, do cancelamento da formação de estoque com liquidação física, da remodelação de normativas e outros problemas de cunho operacional (CONAB, 2013).

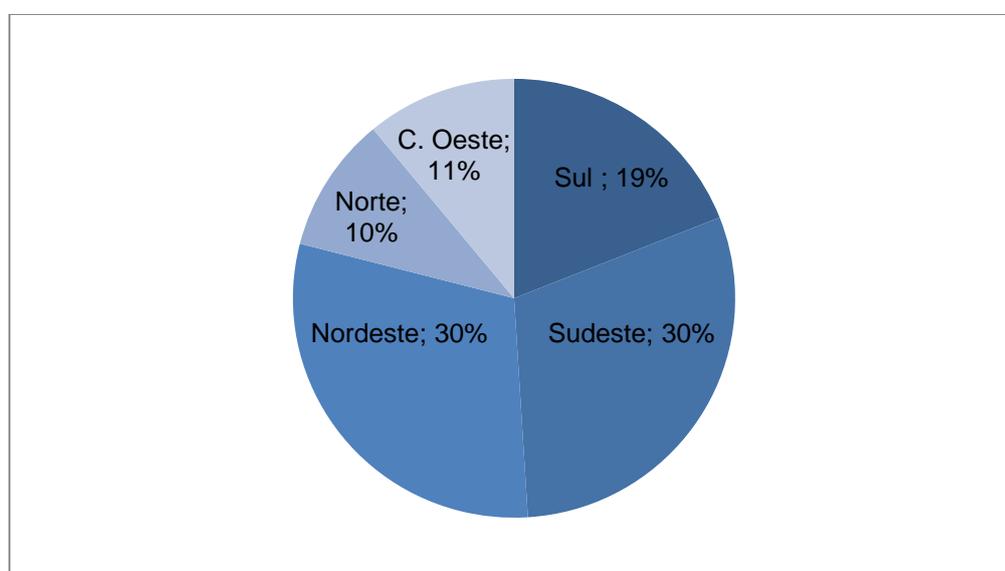
Gráfico 3 - Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de produtos do PAA de 2003 a 2013



Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir das informações da SUPAF/GECAF – 2013.

Os dois gráficos seguintes permitem-nos visualizar a execução orçamentária do PAA pelas cinco regiões nas quais o território brasileiro está dividido, da mesma forma que é possível percebermos o quanto a produção de sementes representa na aquisição total do Programa no ano de 2013.

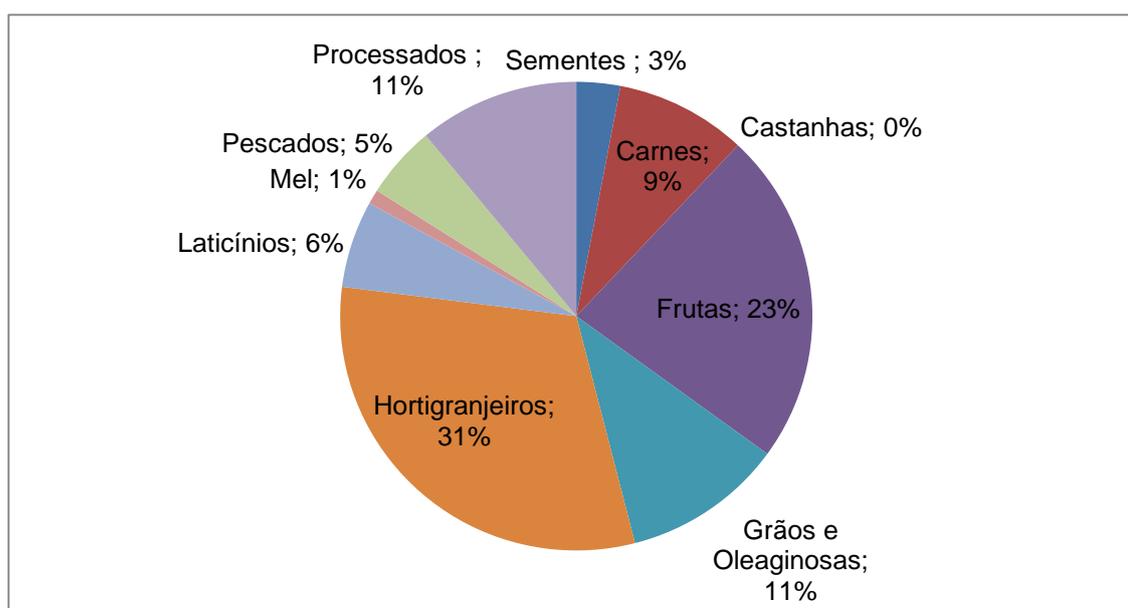
Gráfico 4 - Distribuição dos recursos do PAA por região em 2013



Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir das informações da SUPAF/GECAF.

A região nordeste e sudeste aparecem no relatório da CONAB como as regiões que mais executaram os recursos do PAA, sendo as duas regiões juntas responsáveis por 60% do recurso aplicado; em seguida a região sul aparece com 19% das execuções do PAA, o que representa, na prática, o investimento, no ano de 2013, de mais de R\$ 42 milhões no RS. Em seguida aparecem a região centro oeste responsável por 11% dos recursos aplicados e a região norte com 10% do recurso aplicado.

Gráfico 5 - Categoria de produtos produzidos por agricultores familiares e comercializados através do PAA em 2013



Fonte: Elaboração do pesquisador, a partir das informações da SUPAF/GECAF.

O produto que representa a maior quantidade de aquisição pelo PAA são os hortigranjeiros, que representaram, no ano de 2013, 31% dos produtos adquiridos; em seguida, aparece a aquisição de frutas (11%), processados e grãos e oleaginosas (11%); a produção de sementes impacta em 3% dos produtos adquiridos pelo PAA.

A baixa aquisição de sementes pela CONAB através do PAA reforça a ideia apresentada pelos atores entrevistados sobre o potencial de crescimento do mercado de sementes produzidas em regime agroecológico. Considerando que a

Conaterra é uma cooperativa que comercializa sementes agroecológicas de legumes e hortaliças, esses produtos integram o grupo de maior aquisição, o de hortigranjeiros. Desta forma, podemos concluir que: se as sementes representam apenas 3% dos produtos adquiridos pela CONAB, e os hortigranjeiros – mais precisamente hortaliças e legumes (especialidades de sementes produzidas pela Conaterra) – representam 31% das aquisições da CONAB, muito do que vem sendo produzido em termos de hortigranjeiro origina-se de sementes produzidas em regime convencional. Esse fato possibilita o crescimento do mercado de sementes agroecológicas em dois sentidos, tanto para a CONAB, como para os produtores de hortigranjeiros que produzem hortaliças e legumes.

É importante destacar uma “ambiguidade discursiva” que se relaciona ao fato dos atores entrevistados para essa pesquisa reconhecerem que o mercado de sementes agroecológicas possui grande potencial de crescimento, além de apresentar vantagens como a produção sem o uso de insumos químicos e a prática da queimada. Mesmo assim, essa atividade ocupa um pequeno espaço produtivo dentro dos lotes dos atores entrevistados, da mesma forma que possui um baixo impacto na renda dessas famílias, como veremos no próximo subcapítulo. Vale destacar que a “ideia” de buscar a percepção da renda das famílias, que não constituía um objetivo de nossa pesquisa, surgiu no decorrer do trabalho de campo, uma vez que essa atividade era posta como a novidade produtiva. Por isso, tentamos relacionar o impacto dessa produção na renda desses atores apresentado no capítulo 1.

3.3 Um esboço do campo: as instituições que compõem o mercado de sementes agroecológicas

A representação gráfica apresentada abaixo é uma tentativa de esquematizar o campo do mercado de sementes agroecológicas e as instituições sociais que, em certa medida, contribuem para sua estruturação na metade sul do Rio Grande do Sul, na região conhecida como pampa gaúcho, especificamente no município de Candiota. As informações para essa construção foram coletadas a partir do trabalho de campo, das entrevistas realizadas com os atores e, antes disso, da experiência profissional do pesquisador junto aos filhos de assentados no Instituto Federal Sul-rio-grandense câmpus Bagé.

A abordagem teórica utilizada para o mapeamento do campo fundamentou-se nos escritos de Fligstein (2009), como pode ser observado nos subtítulos 2.1 e 2.2, privilegiando o campo como um local de conflito, onde atores de distintos interesses se relacionam na busca de estabilidade (cooperação) de modo a evitar uma competição destruidora entre si. Além disso, utilizamos também as ideias de Bourdieu (2006), para quem o campo é o local da luta e de conflito, onde os agentes disputam capitais e são formadas as relações entre dominados e dominantes. Além disso, para o autor o Estado desempenha um papel determinante na construção de mercados específicos, por meio da ação de distintas instituições e edificação de normas e legislações.

Como recurso metodológico para análise do esboço sobre o campo do mercado de sementes agroecológicas, elaboramos um sistema de cores para identificarmos as instituições estabelecendo a seguinte classificação: a cor vermelha simboliza os atores do campo que foram identificados em presença física, ou seja, atores materializados fisicamente no campo; a cor azul simboliza as instituições “presentes” e/ou “ausentes” no campo, como por exemplo, as legislações que mesmo não estando presentes fisicamente estabelecem regras e normas que definem a organização do campo; a cor roxa simboliza as instituições “ausentes” no campo, mas que em determinado momento fizeram parte da estruturação, como as agências de fomento e as secretarias estaduais, a quais contribuíram para a criação dessa prática produtiva (regime agroecológico).

Observamos que o campo do mercado de sementes agroecológicas construído na região pesquisada envolve instituições públicas, instituições privadas e movimentos sociais. De modo geral, notamos que o Estado (que apresenta forte atuação a partir de 2002) está presente em muitas fases desse processo, desde o incentivo à produção orgânica, pela valorização dos produtos orgânicos em relação aos produtos convencionais, por meio de um pagamento superior, até o final do processo pela compra da produção, que nesse caso se materializa pela ação da CONAB por meio do PAA, e pelo BANRISUL através de seu projeto de responsabilidade socioambiental.

O Estado está localizado no centro do esboço com flechas indicativas que pretendem demonstrar a sua presença em várias partes do campo, desde o processo da formação do assentamento, a participação na definição do que será produzido, e a compra da produção. O Estado se coloca no campo de diferentes

formas, pela legislação a qual lhe cabe implantar, implementar e cumprir, por seus órgãos e agências de fomento, secretarias e companhias, e até mesmo pela presença de instituições de ensino, como o caso do IFSul.

Para Bourdieu (2006), a legislação, as normas e os manuais de conduta desempenham um importante papel na forma como o Estado age, primeiro pela legitimidade que ele possui em regular a vida na sociedade, e segundo por sua força punitiva no caso de não cumprimento. No entanto, para além dessa forma de ação do Estado, o assessoramento técnico por meio de agências de fomento, como por exemplo a EMATER – mencionada no capítulo 1 – contribuíram no caso particular estudado de uma forma tão hábil quanto é a “punição”, para a formação de uma nova cultura produtiva, preocupada com questões sobre a saúde dos produtores e ainda, com a questão ambiental e degradação do ambiente.

O esboço construído, apesar de um desenho estático, pretende transparecer uma ideia de fluidez, demonstrando a forma como o mercado se apresentou na empiria. No sentido horário da figura, o primeiro ator que aparece é o MST. O MST aparece como ator responsável por dois processos principais no campo: primeiro, pela pressão política, no sentido de cobrar responsabilidades do Estado para assentar famílias, bem como, cobrar a implantação e implementação de políticas públicas destinadas aos agricultores já assentados; e segundo, a construção ideológica de seus membros que culminam em práticas produtivas orientadas a um plano superior (sagrado), como o caso da produção de sementes orgânicas que vai ao encontro da ideia de produção agroecológica, como destacado no subtítulo 2.4. Em pesquisa ao site do MST¹⁹, identificamos a experiência vivenciada pela Conaterra e pela marca Bionatur apresentada com destaque, a qual demonstra a positividade da experiência que em certo momento passa a ser vista como “um modelo de propaganda” no sentido de uma experiência alternativa que vem dando certo.

No centro do esboço, que busca reproduzir o campo, encontra-se a Conaterra – representante legal da marca Bionatur – uma vez que nossa pesquisa partiu dessa instituição. Ao seu entorno encontram-se os atores mapeados, que vem construindo o mercado de sementes em manejo agroecológico. Na parte inferior do esboço encontram-se os produtores e a equipe de assessoramento técnico que estão

¹⁹ Disponível em: <http://www.mst.org.br/>. Acesso: entre janeiro de 2013 e janeiro de 2015.

ligadas diretamente à Cooperativa. As estruturas de produção (o caminho da semente desde sua saída do lote do produtor até a entrega ao consumidor final) e a estrutura organizativa da cooperativa foram detalhadas no item 2.4 desse trabalho.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense surge nesse campo recentemente, a partir do ano de 2014, com a instalação de um câmpus avançado dentro do assentamento Roça Nova, com a oferta do curso técnico em agroecologia. Sua contribuição, como registrado em entrevista pelo coordenador desse curso, é o de proporcionar conhecimento técnico, fomentar a pesquisa e formar jovens para atuar de forma agroecológica. A instalação dessa instituição pública de ensino no assentamento Roça Nova é o resultado de um amplo processo de negociação entre as lideranças do MST na região, o atual coordenador do curso técnico em agroecologia, reitor e pró-reitores do IFSul e atores políticos que configuraram um momento situacional que possibilitou essa instalação. A vinda do IFSul para aquela realidade social é compreendida de duas maneiras: primeiro, pelo interesse do MST em formar mão de obra especializada para atuar de forma agroecológica, algo que está associado a um projeto amplo do próprio movimento em investir num modelo produtivo alternativo, que se diferencia do modelo produtivo convencional pela não utilização de agrotóxicos; segundo, por um interesse percebido pelo próprio Estado em responder a uma demanda social, tornando possível a experiência dos assentamentos pela produção de uma mercadoria que se diferencia no mercado pela forma como é produzida. Assim, a presença do IFSul nesse campo é o coroamento simbólico que subjetivamente constrói a agroecologia a sentimento de fidelidade e, de modo que ela passa a ser vista como uma atividade produtiva viável, tal demonstrado no decorrer dessa pesquisa, em especial no capítulo 2.

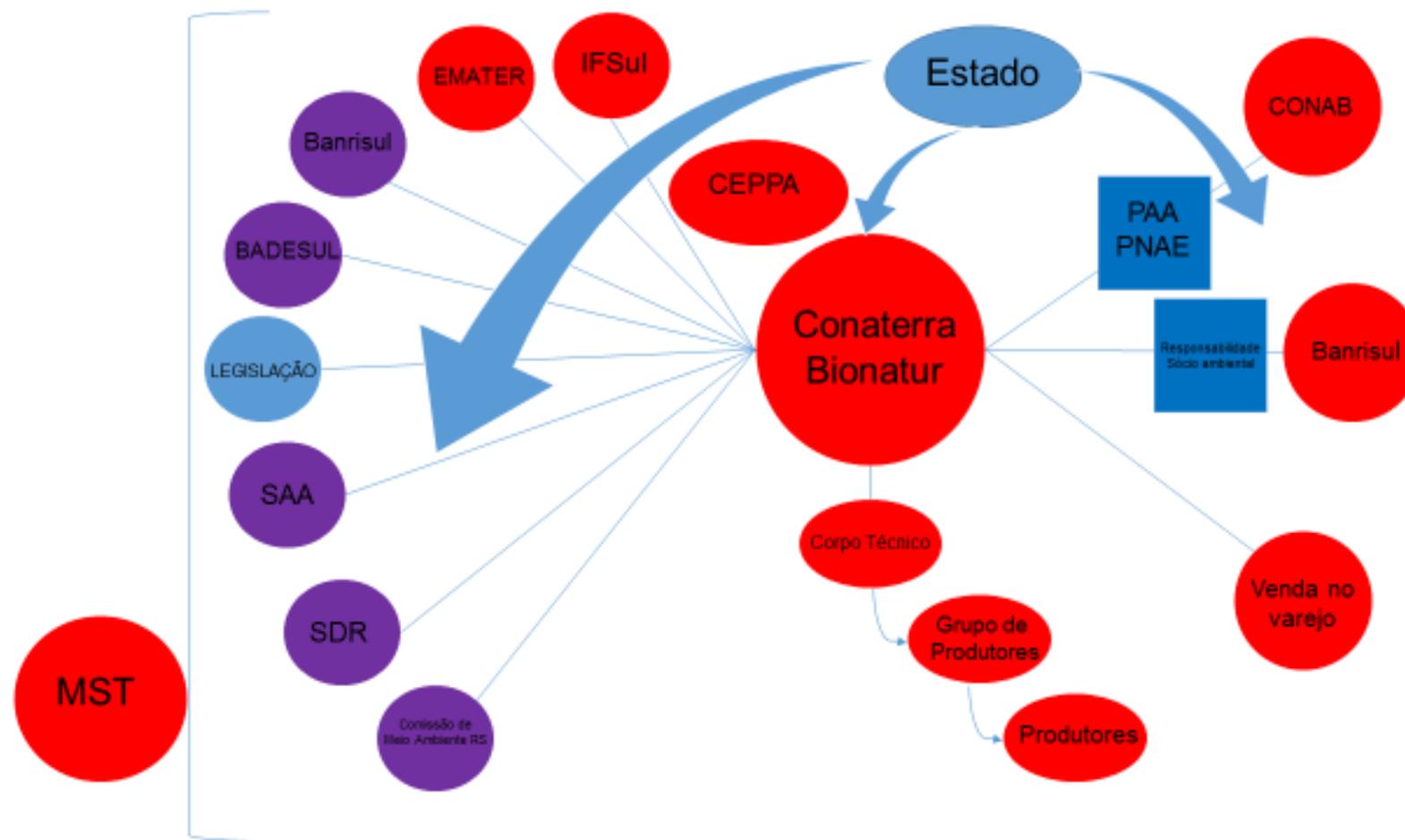
A ação do Estado do Rio Grande do Sul é identificada pela atuação de duas secretarias: a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul (SAA-RS) e a Secretaria de Desenvolvimento, Pesca e Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul (SDR-RS), bem como pela atuação da Comissão de Saúde e Meio Ambiente – órgão responsável pela elaboração do manual “Compras Institucionais de Produtos da Agricultura Familiar Ecológica” e da Cartilha “Agricultura Ecológica - Princípios Básicos” – que buscam, segundo esses documentos, promover e incentivar a produção ecológica para produtores em regime familiar.

A atuação do governo estadual é considerada como uma “presença ausente”,

no sentido de não ser identificada fisicamente no campo. No entanto, as políticas públicas e a promoção da ideia leva-nos a considerá-lo como um ator do campo que, em certa medida, incentiva à cultura produtiva agroecológica, pela criação de manuais que ensinam os produtores a acessar o mercado por meio do PAA, da mesma forma que divulgam alguns programas estaduais, como “A Política de Alimentação Saudável” e a “Política Estadual de Compra Coletiva/RS”, cujo foco são agricultores que trabalham em regime familiar e produzem de forma agroecológica ou orgânica.

A EMATER, enquanto um órgão de fomento estadual, foi percebida como uma “parceira” dos assentamentos e ator presente em vários momentos, desde a chegada dos assentados no final da década de 1980, até a formação da cultura produtiva das sementes, por meio da formação técnica que incentiva e ensina o manuseio agroecológico.

Em conformidade com as entrevistas realizadas com os atores do mercado de sementes agroecológicas, notamos que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e o Banco de Desenvolvimento do Sul (BADESUL) são percebidos como “parceiros” da Conaterra, primeiro pelo financiamento das atividades produtivas e pelo investimento em construções e aquisição de equipamentos. Torna-se manifesto no esboço a forma como a Conaterra relaciona-se com dois de seus principais compradores finais: Com a CONAB, por meio do PAA e com o Banrisul, por meio do projeto de responsabilidade sócio ambiental. Esses dois compradores, entendidos pelos atores entrevistados, passam a ser ressignificados como “parceiros” no mercado.



Fonte: Elaboração do pesquisador. Pesquisa de campo realizada entre janeiro de 2013 e agosto de 2014.

Considerações finais

Ao diferenciar as vocações do sociólogo e do historiador, Pierre Bourdieu (2011) observou que o segundo, pesquisa, escreve e descreve uma realidade “morta”, enquanto que o primeiro é mal visto aos olhos da sociedade, em geral, por pesquisar, escrever e descrever a realidade “viva”, enfatizando, na maioria das vezes, o que as pessoas preferem não saber. Ao sociólogo, cabe refletir sobre a realidade social, o que exige, em certa medida, um distanciamento, para descrever “o que faz as coisas serem como são”. Essa tarefa de distanciamento e de evidenciar o que a maioria dos atores prefere não saber, impõem um alto nível de dificuldade aos pesquisadores que materializam seus estudos. Desse modo, esse trabalho foi um grande desafio acadêmico para um assistente social.

Essa pesquisa teve como principal objetivo demonstrar, por meio de uma abordagem sociológica, que o mercado de sementes agroecológicas é o produto de uma construção histórica que se efetiva numa situação configuracional, a qual possibilita a sua materialização.

A teoria utilizada para demonstrarmos essa construção social do mercado de sementes agroecológicas ancorou-se na perspectiva da “nova” sociologia econômica (NSE), e por isso tornou-se possível evidenciarmos que a esfera econômica que envolve esse mercado não se encontra separada da esfera social onde ele se materializa. Além disso, entre ambas não existe uma relação de independência, pelo contrário, as duas esferas se constituem de um emaranhado que envolve economia, política e esfera civil.

Portanto, a partir dessa abordagem, conseguimos visualizar que o mercado de sementes agroecológicas não é o resultado de um arranjo econômico espontâneo que busca otimizar resultados e maximizar lucros orientado racionalmente todo o tempo. Antes disso, tal mercado é o resultado não ordenado de decisões políticas, jurídicas, econômicas e sociais, de relações pessoais e institucionais condicionadas a um momento histórico e político que ocorre na região estudada com características culturais particulares, onde o MST possui grande influência e o Estado se encontra presente em várias etapas do processo.

A teoria da habilidade social de Fligstein (2009) permitiu evidenciarmos, que os atores do contexto pesquisado constituíram, em especial, a cooperação, como uma habilidade que foi socialmente construída a partir das necessidades, das dificuldades e dos novos arranjos, tanto cognitivos quanto práticos, que possibilitaram sua materialização no campo pesquisado.

Deste modo, evidenciamos nesse trabalho as regras de associação e de produção a que os atores do contexto estudado estão sujeitos para ser um dos associados da Conaterra. Ao mesmo tempo, demonstramos que as participações em momentos de decisão, tanto nas assembleias gerais da Conaterra, quanto nas reuniões entre grupos de produtores, favorecem a construção de uma ideia de pertencimento e de fidelidade que, em certa medida, impossibilitam a construção de críticas sobre o MST e a cooperativa, já que também são coroadas pelo ideário da agroecologia.

Buscamos demonstrar também, que o mercado de sementes agroecológicas é o resultado de uma construção histórica, no qual o processo de chegada das primeiras famílias na região pesquisada, as primeiras experiências produtivas dos pioneiros e o contexto de surgimento da marca de sementes agroecológicas Bionatur e da Conaterra, evidenciam a partir dos relatos e das percepções dos atores entrevistados, os processos que levaram os assentamentos a serem instalados em uma região reconhecida por atividades produtivas em grandes propriedades de terra que configuram latifúndios, relacionados principalmente à atividade pecuarista e de produção de arroz.

Isto posto, esse trabalho buscou apresentar as principais formas de atuação do Estado no campo pesquisado, no que tange à criação da demanda e da oferta no mercado por sementes agroecológicas. Identificamos os principais atores, as instituições e as regras que estão presentes nesse mercado (BOURDIEU, 2006), da mesma forma que evidenciamos as habilidades socialmente constituídas dos atores que permitiram tal configuração do campo (FLIGSTEIN, 2009).

De certa forma, essa pesquisa apontou como o Estado foi fundamental para a criação deste segmento de mercado. Isso nos leva a uma reflexão sobre o papel do Estado e a dependência produtiva de alguns segmentos de mercado.

O mercado de sementes agroecológicas está vinculado, quase que em sua totalidade, ao Estado. Existe uma relação de dependência por parte dos produtores que media as relações sociais, garantindo terras para quem não as tem, e a compra

da produção de quem não tem mercado para vender. No entanto, essa relação está condicionada a um determinado período político vivenciado pelo Brasil. É parte de uma história vivenciada com um governo dito de esquerda que privilegiou, e ainda assim o faz, camadas mais populares da sociedade. Em um outro momento político, não poderíamos afirmar se esse mercado sobreviveria, ou mesmo todo um segmento produtivo como o da agricultura familiar.

Por isso o esforço em demonstrar que o Estado vem agindo de diferentes formas, em especial, pela Política de Aquisição de Alimentos, que configura uma legislação específica para produtores que trabalham em regime familiar, por meio de agências de fomento como a EMATER – que assessora tecnicamente produtores e contribui para criação de novas culturas produtivas, apoiada em recursos científicos e dados estatísticos, instituições de ensino como o Instituto Federal sul-rio-grandense, que reforça o ideário da agroecologia no campo, uma vez que seu objetivo é oferecer um conhecimento técnico para produtores trabalharem em regime agroecológico, além dos bancos públicos que financiam ações produtivas e de estruturação física.

Por fim, é necessário traçar algumas limitações identificadas durante o processo de construção desse estudo, em especial ao que tange a sua abrangência. Primeiramente, cabe destacar que não foi nosso objetivo aprofundar o entendimento das relações entre o MST, os partidos políticos – em especial o Partido dos Trabalhadores (PT) – e seus representantes parlamentares. Entretanto, reconhecemos a importância da pressão social que o MST exerce sobre os parlamentares, bem como, sua influência na construção de políticas públicas destinadas ao setor.

A revisão bibliográfica sobre a construção social dos mercados, a empiria de nossa pesquisa e as entrevistas com os atores do mercado de sementes agroecológicas, possibilitou constatar que as práticas produtivas e econômicas nos assentamentos da região pesquisada estão enraizadas em questões culturais relacionadas, em parte, à aproximação entre o MST e a ideia de produzir em regime agroecológico. Além disso, tais práticas foram coroadas com o estabelecimento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense. Da mesma forma, constatamos em nossa pesquisa uma maior ênfase na estruturação dos mercados de produtos oriundos da produção em regime familiar e agroecológico, em particular o mercado de sementes, a partir do ano de 2003, com a ascensão de Luís

Inácio Lula da Silva ao governo federal e a institucionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no mesmo ano.

Assim, esta pesquisa tratou da gênese de formação da Política de Aquisição de Alimentos (PAA) e a influência dos movimentos sociais, em especial o MST, na sua implantação e implementação ano a ano; bem como, a sua relação com a ascensão de um governo de base esquerdista, que entendemos como um momento de virada cognitiva que possibilitou a construção de mercados exclusivos para produtos oriundos do regimento de trabalho familiar e agroecológico.

Outra limitação de nossa pesquisa, mas que, de certa forma, é uma potencialidade, diz respeito a relação entre o mercado de produtos agroecológicos e a construção da ideia de cuidado com o meio ambiente, com o corpo, com a saúde e o consumo consciente, relação essa que não foi aprofundada em nossa pesquisa. Um estudo que envolva essa relação poderá buscar fundamentação teórica em Michel Foucault, em especial nos escritos da obra “O Nascimento da Biopolítica”, a qual poderá refletir sobre o papel do Estado ao conceber modelos para o controle da sociedade, via as agências de fomento, agências reguladoras e da própria mídia.

Vale enfatizar o envolvimento do pesquisador com o campo pesquisado, em razão de suas atividades profissionais como assistente social de uma instituição pública de ensino, que atua numa região onde parte dos estudantes são filhos de famílias assentadas pela reforma agrária. Esse foi um importante desafio de pesquisa, em razão do conhecimento da realidade dos assentamentos e o sentimento de empatia e simpatia com as reivindicações levantadas por esses atores, em contraponto com a necessidade de certo distanciamento na análise dos dados coletados.

Em certa medida, preocupamo-nos em demonstrar aos atores envolvidos com a pesquisa, por meio dos dados e dos determinantes da realidade social na qual se inserem, como por exemplo, que o mercado de sementes agroecológicas – por mais que represente um modelo alternativo de produção, que possibilita a produção de um produto que se diferencia no mercado – está totalmente vinculado às ações do Estado, de suas agências de fomento, e instituições de abastecimento. Além disso, preocupamo-nos também com o fato de que tal mercado pode não apresentar sinais de sustentação em outra realidade política, econômica e social.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo - mercados e interação humana nas ciências sociais. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, 2004.

_____. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos avançados**, v. 12, n. 32, jan./abr.1998.

_____. Uma nova extensão rural para a agricultura familiar. In: **Anais do Seminário Nacional de assistência técnica e extensão rural**. Brasília: PNUD, 1997.

ALVES, Flamarion Dutra; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires; FERREIRA, Enéas Rente. Territorialização camponesa, Identidade e reproduções sociais: os assentamentos rurais na metade sul do Rio Grande do Sul. **Campo-território**, v. 2, n. 4, p. 82-97, 2007.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Agricultura Ecológica – Princípios Básicos**. Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Porto Alegre: CORAG, 2012.

_____. **Compras Institucionais de Produtos da agricultura familiar ecológica – Manual Simplificado**. Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Porto Alegre: CORAG, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A apropriação do discurso da agroecologia pelo Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *Sociedade e Desenvolvimento Rural*, v. 8, n. 1, jan. 2014.

_____. A formação do discurso da agroecologia no MST. Universidade Federal Rural do Rio Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

BOEIRA, Nelson (Org.). **Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A formação do habitus econômico**. 2000.

_____. **O campo econômico: A dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **As Estruturas Sociais da Economia**. Lisboa (Portugal): Campo das Letras, 2006.

_____. **O Sociólogo e o Historiador**. Belo Horizonte: Autêntica Editoria, 2011.

_____. **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989/92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. **Lei N°10696, de 02 julho de 2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Brasília: 2 de julho de 2003; 182 da Independência e 115 da República.

_____. **Lei N°12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n°s 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília: 14 de outubro de 2011; 190 da Independência e 123 da República.

_____. **Decreto N° 7.775, de 4 de julho de 2012**. Regulamenta o art. 19 da Lei n° 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n° 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Brasília: 4 de julho de 2012; 191 da Independência e 124 da República.

CARRION JR, F. M. A economia do Rio Grande do Sul – Evolução Recente In: CESAR, Guilhermino (Org.). **RS: Economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CEA D'ANCONA, Maria Ángeles. La organización de la investigación In: _____. **Metodología cuantitativa**: estrategias y técnicas de investigación social. Madrid: Editorial Síntesis, p. 81-122, 1998.

_____. El análisis de la realidad social: aproximaciones In: _____. **Metodología cuantitativa**: estrategias y técnicas de investigación social. Madrid: Editorial Síntesis, 1998, p. 43-77, 1998

CELLARD, André. A análise documental In: POUPART, Jean et al (Org.) **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 295-316.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS, MOVIMENTO SEM TERRA. **Mercado Institucional** – Avaliação de Programas no Brasil. São Paulo: 2014.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)** - Resultado das Ações em 2013. Brasília: 2013.

CRUZ, Fábio Souza da. **A Cultura da Mídia no Rio Grande do Sul**: o caso MST e Jornal do Almoço. 227f. 2006. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

CRUZ, Fábio Souza da; BENDJOUYA, Joana Porto. A identidade Cultural do MST.

BOCC - Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. 1, p. 1-12, 2008.

DESLAURIERS; Jean-Pierre; KÉRISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa In: POUPART, Jean et al (Org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 127-153.

ECO, Umberto. **Como se faz uma Tese**. 24 ed. São Paulo: Perspectivas, 2012.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

_____. **Introdução à Sociologia**. Lisboa, 1999.

ELIAS, Norbert. “Sobre a sociogênese da economia e da sociologia”. In: NEIBURG, F.; WAIZBORT, L. (Orgs.). **Escritos & ensaios 1: Estado, processo, opinião pública**. Org. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FLIGSTEIN, Neil. Habilidade social e a teoria dos campos *In Redes e sociologia econômica*. Organizado por Ana Cristina Braga Martes – São Carlos: EdUFSCar. p. 69-92. 2009.

_____. DAUTER, Luke. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./dez. 2012.

GAZOLLA, Marcio; PELEGRINI, Gelson. **A construção dos mercados pelos agricultores: o caso dos agricultores familiares**. Trabalho apresentado no 48º Congresso Brasileiro Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande: UFCG, 2010

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GONZÁLES REY, Fernando. **Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GOODE, William Josiah. **Métodos em pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1972

GRUN, Ricardo. A sociologia das finanças e a nova geografia do poder no Brasil. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 151-76, 2004.

JEAN, B. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 51-75, 1994.

LEITE, Elaine da Silveira. **Governança Corporativa e mídia: a construção do mercado financeiro no Brasil**. São Carlos: UFSCAR, 2007.

_____. Reconversão de *habitus*: o advento do ideário de investimento no Brasil. São Carlos: UFSCAR, 2012.

LÉVESQUE, Benoît. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. In: MARTES, Ana Cristina Braga. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 107-127.

MARK, Granovetter. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão *In Redes e sociologia econômica* / organizado por Ana Cristina Braga Martes – São Carlos: EdUFSCar. p.31-65, 2009.

MARTINELLI, Alberto. O contexto do empreendedorismo In: MARTES, Ana Cristina Braga. (Org.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 207-235.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da terra**. 9 ed. São Paulo: Contextos, 2010.

_____. O futuro da Sociologia Rural e sua Contribuição para a qualidade de vida rural. In: **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Mundo Virtual, 2000.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política. Do capital. O rendimento e suas fontes**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova cultura, 1999.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Re-territorialização e identidade. O significado dos assentamentos para a economia dos municípios: os casos de Hulha Negra, Aceguá e Candiota na Campanha Gaúcha (RS) In: **Anais do Colóquio Internacional de Geocrítica**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

MELO, Natália Máximo. **SEBRAE e empreendedorismo**: origem e desenvolvimento. São Carlos: UFSCar, 2008.

MIRALDI, Juliana Closesel. **A teoria de Bourdieu e o problema da homologia estrutural entre os campos**. Trabalho apresentado no XXIX Congresso Latino Americano de Sociologia – ALAS. Santiago do Chile: 2013.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, política e o mundo rural na contemporaneidade *In Revista Estudos Sociedade e Agricultura*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, n. 20. p. 113-174. 2003

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NIEDERLE, Paulo André. Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

_____. Políticas de valor nos mercados alimentares: movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos.

Século XXI, v. 4, n. 1, p.162-89, jan./jun. 2014.

OLIVEN, Ruben George. De olho no dinheiro do Estados Unidos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 206-35, 2001.

PARPET, Marie-France Garcia. A construção social de um mercado perfeito: o caso de Fontaines-em-sologne. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 20. p. 5-44, 2003

_____. A sociologia da economia de Pierre Bourdieu. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 91-117, jun. 2013.

_____. Estudo de caso de “mercado auto-regulado”: normas voluntárias e qualidade dos produtos da agricultura orgânica. **REDD – Revistas espaço e desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 2, jan./jul. 2012.

_____. A construção intelectual dos mercados agrícolas: a sociedade francesa dos economistas rurais e a revista *economie rurale*. **MANA**, v. 16, n. 1, p. 75-97, 2010.

PIRES, Álvaro P. Sobre algumas questões epistemológicas de uma metodologia geral para as ciências sociais In: POUPART, Jean et al (Org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 43-94.

PLEIN, Clério; FILIPI, Eduardo Ernesto. Capitalismo, agricultura e mercados. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.16, n. 3, p.98-121, set./dez. 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTO, Rafael Gastal; BEZZERA, Antônio Jorge Amaral; PORTO, Victor Hugo da Fonseca; CALDAS, Nádia Velleda. Pecuária Familiar: a emergência de uma categoria social no sul do Brasil. **Revista RESR**, Piracicaba, v. 48, n. 2, p. 473-94, 2010.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativa: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas In: POUPART, Jean et al (Org.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 215-53.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Plano de desenvolvimento econômico**. Bagé: Editora Ediurcamp, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. Construindo a segurança alimentar? A experiência recente dos CONSADs no Brasil Meridional *In RER*, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 03, p. 645-673, jul/set 2007.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CRIADO, Encarnación Aguilar; CALDAS, Nádia Valleda. Indicações Geográficas e Desenvolvimento Territorial: Um Diálogo entre a Realidade Europeia e Brasileira. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 207-36, 2013.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; GODOY, Wilson Itamar; CALDAS, Nádia Velleda; GOMES, Mário Conill. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: o Impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. **RER**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-48, jul./set. 2004.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da. Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos. In: SCHMITZ, Heribert. (Org.). **Agricultura Familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume. 2010.

_____. Sobre a pertinência da categoria rural para análise do social. In: SCHMITZ, Heribert. (Org.). **Agricultura Familiar: extensão rural e pesquisa participativa**. São Paulo: Annablume. 2010.

SCHNEIDER, Carlise Porto. **Agricultura familiar e empreendedorismo: um estudo sobre as trajetórias de jovens egressos do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CEDEJOR) no Vale do Rio Pardo**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

SCHNEIDER; Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **RBCS** v. 18 n. 51, p. 99-122, fev. 2003.

SCOLESE, Eduardo. **Pioneiros do MST: Caminhos e descaminhos de homens e mulheres que criaram o movimento**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA-MAZON, Marcia da. Extensão Rural e a constituição intelectual dos mercados agrícolas no Brasil. Trabalho apresentado no **Seminário** Temas emergentes em Sociologia Econômica no Brasil, 2014.

SILVA-MAZON, Marcia da. A construção social do mercado olerícola: Estudo de caso em Urubici/ Santa Catarina. 155f. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.

SWEDBERG, Richard. A sociologia da vida econômica no capitalismo: uma introdução e agenda de pesquisa *In* **Redes e sociologia econômica** / organizado por Ana Cristina Braga Martes – São Carlos: EdUFSCar. p. 161-198. 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Da Colonialidade à Descolonialidade. In: MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Maria Paula Meneses (Org.). São Paulo: Cortez, 2010.

TESCHE, Rubens Wladimir; MACHADO, João Armando Dessimon. A importância da reciprocidade no desempenho socioeconômico da agricultura familiar. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul. n. 36, p. 7-37, jul./dez. 2012.

WEBER, Max. **Os economistas**. Textos selecionados. São Paulo: Nova Cultura, 1997.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-24, 2002.

STEINER, P. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANCHÉZ, A. L. La crítica de la economía de mercado en Karl Polanyi: el análisis institucional como pensamiento para la acción. **REIS**, v. 86, n. 99, p. 27-54, 2008.

ZELIZER, V. O significado social do dinheiro - Dinheiros especiais. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). **A nova Sociologia Econômica**. Lisboa, Paris, p. 125-166, 2003.

ANEXOS**ANEXO A - Chegada das primeiras famílias de assentados em 1987.**

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



ANEXO B - Primeiras instalações na forma de barracões. Ano 1987.

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



ANEXO C - Barracões – 1987

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



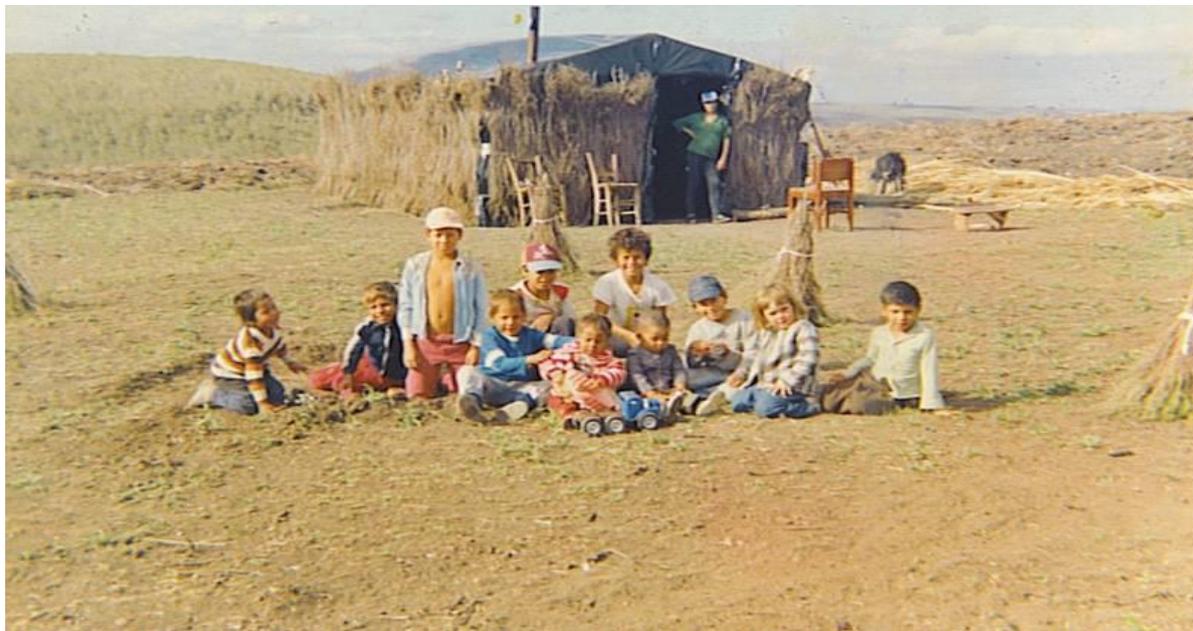
ANEXO D - Ano 1987

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



ANEXO E - Criançada

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



ANEXO F - Precariedade das estradas nos primeiros anos de assentamento.
Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



ANEXO G - Atoleiro

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



ANEXO H - Atoleiro

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



ANEXO I - Vista aérea da sede da associação de assentamentos e cooperativa BIONATUR

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013.

Elaboração do pesquisador.



ANEXO J - Cultivo de eucalipto - atividade que representa riscos à produção de alimentos.

Fonte: Imagens cedidas pelo entrevistado P7 de seu arquivo pessoal – Janeiro de 2013



**ANEXO K - Cartilha de compra da agricultura familiar com doação simultânea - CPR
Doação.**



COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM
DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CPR-DOAÇÃO

**CARTILHA DE COMPRA DA
AGRICULTURA FAMILIAR
COM DOAÇÃO
SIMULTÂNEA -
CPR-DOAÇÃO**



COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CPR-DOAÇÃO

O QUE É A CPR-DOAÇÃO?

É a modalidade do PAA na qual a cooperativa ou associação de agricultores familiares vende sua produção para o Governo, via Conab, e entrega o alimento diretamente em rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos) ou em rede socioassistencial (asilos, APAES e Abrigos), governamentais ou não, responsáveis pelo atendimento a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

QUANDO É REALIZADA?

Pode ser realizada durante o ano todo.

REGULAMENTAÇÃO DO INSTRUMENTO?

Está disponibilizada na página da Conab (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>), no Título 30 do Manual de Operações da Conab.

QUEM PODE SE BENEFICIAR DA CPR-DOAÇÃO ?

Agricultores (as) familiares, sua cooperativa/associação e a entidade consumidora.

O BENEFICIÁRIO PODERÁ VENDER TODO O SEU PRODUTO?

Depende da limitação dos recursos disponibilizados e do limite de aquisição estabelecido por produtor.

COMO DEVE ESTAR O PRODUTO A SER VENDIDO?

Deve estar em consonância com as instruções contidas nos itens 9 e 14 do TÍTULO 27 do MOC. Os produtos de origem animal devem ainda estar de acordo com as normas do Serviço de Inspeção Federal – SIF, Estadual – SIE ou Municipal – SIM. No caso de sementes, apresentar declaração de entidade governamental ou não-governamental, de reconhecida atuação no setor agrícola, atestando tratar-se de cultivar local, tradicional ou crioula, conforme a Lei n.º 10.711 de 05/08/2003. Para os produtos orgânicos serão observadas as disposições do Decreto n.º 6.323, de 27/12/2007. Os demais produtos devem seguir as normas da vigilância sanitária.

COMO O BENEFICIÁRIO DEVE MANIFESTAR SEU INTERESSE DE VENDER SEU PRODUTO?

A organização dos fornecedores deverá preencher a proposta de participação no PAA-Net e entregar na Superintendência Regional da Conab juntamente com os documentos constantes no item 7 do Título 30 do MOC.



COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CPR-DOAÇÃO

EA CONAB, O QUE FARÁ?

Analisa a documentação e aprova ou não o Proposta de Participação, solicitando os ajustes necessários.

QUAL A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA QUE SEJA FORMALIZADA A OPERAÇÃO?

1. Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP*;
2. Especificamente para os acampados: "Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos Para Acampados da Reforma Agrária – DAPAA";
3. Especificamente para os agricultores que não tenham sua Demanda Qualificada atendida: "Declaração de Aptidão ao Pronaf Provisória – DAP-P";
4. Especificamente para os extrativistas não atendidos pelo Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA: "Relação de Extrativistas Beneficiários – REB"
5. "Proposta de Participação" (Documento 1 – Anexo I, do Título 30 do MOC);
6. Aprovação da "Proposta de Participação" na modalidade Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR-Doação assinada por todos fornecedores do projeto, por meio de um dos seguintes documentos:
 - 6.1. ata de assembléia ou memória de reunião da entidade fornecedora (associação ou cooperativa), declarando, ainda, que conhecem as regras contidas neste normativo, ou;
 - 6.2. "Declaração Individual" de aprovação da "Proposta de Participação" e de conhecimento das regras aqui contidas, consoante Documento 2 deste normativo;
7. Certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal (ou respectivos extratos) da cooperativa ou associação;
8. Estatuto e Ata de eleição/posse da atual diretoria da cooperativa ou associação;
9. Nota Fiscal de Venda à Conab, emitida pela cooperativa ou associação, consoante TÍTULOS 20 e 21 do MOC, observando, ainda:
 - 9.1. no campo "Remetente/Destinatário": Companhia Nacional de Abastecimento;
 - 9.2. nos campos "CNPJ" e "Inscrição Estadual": preencher com o CNPJ e Inscrição Estadual do Estoque Estratégico da UF onde ocorreu a operação;
 - 9.3. no campo "Natureza da Operação": venda;
 - 9.4. o campo "CFOP": 5102 ou 6102;
 - 9.5. obedecer a legislação estadual referente ao ICMS;
 - 9.6. no campo "Informações Complementares" deverão ser indicados a consumidora e o local de entrega da mercadoria e o fato de que ela está sendo efetuada nos termos do Ajuste SINIEF n.º 10/2003. A consumidora deverá guardar, para exibição ao fisco, uma via da "Nota Fiscal" de Venda, admitida cópia xerográfica, remetendo as demais vias para a Conab, no prazo de 3 (três) dias do recebimento da mercadoria;
10. Nas operações com sementes apresentar, também, uma "Carta de Apresentação da Proponente" (Documento 1 – Anexo II, do Título 30 do MOC);
11. No caso específico de atendimento às escolas públicas, exige-se:
 - 11.1. Declaração da autoridade competente pela gestão dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE ("Declaração de Aplicação de Recursos", Documento 4, deste normativo) de que aplicará integralmente os recursos liberados, além da sua contrapartida, na alimentação escolar;
 - 11.2. Parecer do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e justificativa da necessidade de da necessidade de complementação alimentar por meio do PAA.



**COMPRA DA AGRICULTURA FAMILIAR COM
DOAÇÃO SIMULTÂNEA – CPR-DOAÇÃO**

QUAIS AS DESPESAS INDENIZÁVEIS PELA CONAB?

ICMS, INSS e Classificação, quando houver.

QUANDO O BENEFICIÁRIO RECEBERÁ O PAGAMENTO DO SEU PRODUTO?

Até 10 dias, após a entrega, na Conab, da nota fiscal de venda, do termo de recebimento e aceitabilidade e do relatório de entrega.

ENDEREÇOS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA CONAB

Consulte na página da Conab os endereços e contatos de cada Superintendência Regional.

ANEXO L - Cartilha de formação de estoque pela agricultura familiar - CPR Estoque



FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA
FAMILIAR - CPR-ESTOQUE

**CARTILHA DA FORMAÇÃO
DE ESTOQUE PELA
AGRICULTURA FAMILIAR -
CPR-ESTOQUE**



FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR - CPR-ESTOQUE

O QUE É A CPR-ESTOQUE?

É uma das modalidades do PAA, operadas pela Conab, que possibilita às organizações da agricultura familiar obter recursos para a aquisição de produtos da safra vigente, próprios para o consumo humano, com o objetivo de formar estoques, tanto do produto "in natura" como do produto processado/beneficiado/industrializado e, assim, criar condições para melhor comercializá-los de acordo com os movimentos do mercado.

QUANDO É REALIZADA?

Podem ser realizadas durante o ano todo.

REGULAMENTAÇÃO DO INSTRUMENTO ?

Está disponibilizada na página da Conab (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>), no Título 33 do Manual de Operações da Conab.

QUEM PODE SE BENEFICIAR DA CPR-DOAÇÃO ?

O agricultor Familiar e sua cooperativa/associação.

O BENEFICIÁRIO PODERÁ VENDER TODO O SEU PRODUTO ?

Em até 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Cédula, a ser estabelecido na "Proposta de Participação para Formação de Estoque pela Agricultura Familiar".

COMO DEVE ESTAR O PRODUTO A SER VENDIDO?

De acordo com o descrito na Proposta de Participação.

COMO O BENEFICIÁRIO DEVE MANIFESTAR SEU INTERESSE DE VENDER SEU PRODUTO?

Quando a liquidação da CPR for física, a cooperativa deverá entregar o produto na Conab na data acordada na proposta de participação. Caso a liquidação seja financeira, a entidade deverá vender seu produto no mercado e quitar a CPR com a Conab.

QUAL A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA QUE SE SEJA FORMALIZADA A OPERAÇÃO?

1. "Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP" Beneficiário Especial – ou "Declaração do Representante Legal" de que, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos participantes da organização são agricultores familiares, na forma da portaria MDA N.º 47, de 28/11/09;
2. "Proposta de Participação" (PAAnet);
3. Certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal ou respectivos extratos;



FORMAÇÃO DE ESTOQUE PELA AGRICULTURA FAMILIAR - CPR-ESTOQUE

4. Estatuto e Ata de eleição/posse da atual diretoria da cooperativa ou associação, ou Contrato Social para os demais participantes;
5. Quando se tratar da primeira operação: ata de reunião do Conselho Fiscal ou de Administração da organização dos agricultores familiares aprovando a proposta de participação de CPR-Estoque e declarando que conhecem as regras da modalidade contidas no Manual de Operações da Conab – MOC Título 33;
6. Nas operações subsequentes: ata de assembléia geral ou extraordinária contendo autorização para formalização de propostas de CPR-Estoque e declarando que conhecem as regras do instrumento ou memória de reunião da organização assinada por todos agricultores participantes do projeto, aprovando a proposta de participação na modalidade formação de estoque e declarando que conhecem as regras contidas neste normativo. No caso de associações ou outras instituições, cujo estatuto demonstre que a responsabilidade dos associados é limitada, deve-se apresentar, ainda, documento de aval solidário assinado pelos associados;
7. "Declaração" da organização de que mantém arquivada pelo prazo de 5 (cinco) anos, a seguinte documentação, consoante Documento 3 deste normativo:
 1. cópia da DAP ou do extrato da DAP;
 2. Notas de compra, ou congêneres, dos produtos dos participantes. Nas Notas Fiscais e recibos de compra deverão constar assinatura e o nome do participante, com os respectivos números da DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB e CPF;
 3. Nas operações com sementes, apresentar, também, duas "Cartas de Apresentação da Proponente", assinadas por entidades governamentais ou não governamentais, de reconhecida atuação no setor agrícola, apoiadoras da proposta;
 4. "Declaração" das organizações dos participantes de que a produção é própria ou que foi adquirida/recebida de agricultores familiares por preço igual ou maior que o preço de referência definido pelo Grupo Gestor do PAA ou acordado entre a organização e a Conab, na "Proposta de Participação".

EA CONAB O QUE FARÁ?

A Conab analisará a documentação exigida e aprovará ou não a Proposta de Participação.

QUANDO O BENEFICIÁRIO RECEBERÁ O PAGAMENTO DA CPR?

Após aprovação do projeto pela Sureg o valor é depositado na conta da cooperativa/associação em até 10 dias de acordo com o cronograma da proposta de participação.

ENDEREÇOS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA CONAB

Consulte na página da Conab os endereços e contatos de cada Superintendência Regional.

ANEXO M - Cartilha de compra direta da agricultura familiar - CDAF

COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA
FAMILIAR – CDAF

**CARTILHA DE COMPRA
DIRETA DA AGRICULTURA
FAMILIAR - CDAF**



COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR – CDAF

O QUE É CDAF?

É a aquisição efetuada diretamente de agricultores familiares ou de associação de agricultores, de produtos como arroz, castanha-de-caju, castanha-do-brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo, ou outros que sejam previamente autorizados pela Conab.

QUANDO É REALIZADA?

Quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço de Referência.

REGULAMENTAÇÃO DO INSTRUMENTO

Disponibilizada na página da Conab (<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>), no Título 27 do Manual de Operações da Conab – MOC.

QUEM PODE SE BENEFICIAR DA CDAF?

Agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive os Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 47, de 28/11/2008), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab).

O BENEFICIÁRIO PODERÁ VENDER TODO O SEU PRODUTO?

Até o valor da produção própria, não podendo ultrapassar R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos mil reais) por unidade familiar beneficiária/DAP ou DAPAA ou DAP-P ou REB/ano civil, não sendo cumulativo com a modalidade CPR-Estoque com liquidação financeira (Título 33 do MOC). Acima deste limite, somente com autorização da Conab Matriz. Nas modalidades CPR-Doação e CPR-Estoque com liquidação em produto, serão deduzidos, deste limite, os valores correspondentes. Nas operações de compras da agricultura familiar para alimentação escolar com recursos do FNDE, os limites não têm vínculo com o PAA.

COMO DEVE ESTAR O PRODUTO A SER VENDIDO?

- a) produto in natura: deverá estar limpo, seco e enquadrado nos padrões de identidade e qualidade estabelecidos pelo MAPA, comprovados pelo Certificado de Classificação, consoante o Título 09 do MOC;
- b) produto beneficiado: acondicionado e nos padrões estabelecidos pelos Órgãos competentes.
- c) além disso o produto deverá estar acondicionado em embalagem de juta/maiva nova ou usada (resistente, limpa, sem furos ou remendos) ou de polipropileno nova ou usada (resistente, limpa, sem furos ou remendos), desde que não tenha sido utilizada no acondicionamento de adubos, produtos tóxicos ou nocivos à saúde humana e animal. Para a farinha de mandioca só será admitido o acondicionamento em embalagem de polipropileno nova e para a castanha de caju só será admitido o acondicionamento em embalagem de juta/maiva nova ou usada. As embalagens serão indenizadas de acordo com o Título 07 do MOC. O produto processado/beneficiado, próprio para o consumo humano, deverá estar acondicionado em embalagem própria de 5 kg líquidos para o arroz; 1 kg líquido



COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR – CDAF

para a farinha de mandioca, farinha de trigo e feijão; 500g líquidos para o leite em pó integral (embalagem aluminizada) que não será fornecida, indenizada e nem restituída pela Conab. A entrega do produto processado/beneficiado poderá ser em fardos, sacos ou caixas.

COMO O BENEFICIÁRIO DEVE MANIFESTAR SEU INTERESSE EM VENDER SEU PRODUTO?

Quando o preço de mercado dos produtos amparados estiverem abaixo do preço de referência, a Conab divulgará amplamente na região, que instalará um pólo de compra (Unidades Armazenadoras próprias ou credenciadas, depósitos ou outros locais indicados pela Conab), para onde os agricultores interessados deverão se deslocar de posse de seus produtos bem como da documentação exigida.

QUAL A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA QUE SEJA FORMALIZADA A OPERAÇÃO?

- a) "Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP", na forma prevista na Portaria MDA n.º 47, de 28/11/08, consoante o Documento 1 – Anexo I, do Título 27 do MOC, sendo aceito o extrato da DAP obtido eletronicamente;
- b) para os acampados: "Declaração de Aptidão ao Programa de Aquisição de Alimentos para Acampados da Reforma Agrária – DAPAA", na forma prevista no artigo 3.º da Portaria MDA N.º 111, de 20/11/03, consoante o Documento 1 – Anexo II, do Título 27 do MOC;
- c) para os agricultores que não tenham sua Demanda Qualificada atendida: Declaração de Aptidão ao Pronaf Provisória – DAP-P, consoante Portaria MDA N.º 29, de 29/05/09, constante no Documento 1 – Anexo III, do Título 27 do MOC;
- d) para os extrativistas não atendidos pelo Plano Nacional da Reforma Agrária – PNRA: Relação de Extrativistas Beneficiários – REB, consoante Portaria MDA N.º 62, de 27/11/09, constante no Documento 1 – Anexo IV, do Título 27 do MOC;
- e) "Declaração" com as seguintes especificações:
 - e.1) agricultor familiar: que o produto é de produção própria, estando desonerado de penhor ou de qualquer outro gravame, consoante o Documento 2 do Título 27 do MOC, devendo ser preenchida individualmente;
 - e.2) grupo formal:
 - e.2.1) para produto in natura: que o produto foi recebido/adquirido de agricultores enquadrados como participantes, à vista, por preço não inferior ao de referência vigente à época da operação, sem deduções, estando desonerado de penhor ou qualquer outro gravame, consoante o Documento 3 – Anexo I, do Título 27 do MOC;
 - e.2.2) para o produto processado/beneficiado, próprio para o consumo humano: que o produto in natura foi recebido/adquirido de agricultores enquadrados como participantes, à vista, por preço não inferior ao de referência vigente à época da operação, sem deduções, estando desonerado de penhor ou qualquer outro gravame, consoante o Documento 3 – Anexo II, do Título 27 do MOC;
- f) Nota Fiscal de venda, consoante Títulos 20 e 21 do MOC, e ainda:
 - f.1) do Agricultor: a Nota Fiscal poderá ser dispensada nos termos dos Convênios ICMS n.º 77/05 e n.º 49/1995;
 - f.2) de Cooperativas ou Associações de agricultores: a Nota Fiscal será emitida com destaque de ICMS, se devido, caso os termos da cláusula décima, § 6.º do Convênio ICMS n.º 49/1995 não tenha sido



**COMPRA DIRETA DA AGRICULTURA
FAMILIAR – CDAF**

- ratificado na UF;
- g) Certidões Negativas:
- g.1) Pessoa Jurídica: do INSS, FGTS, Dívida Ativa da União e Receita Federal;
 - g.2) Pessoa Física: estar regular junto à Secretaria da Receita Federal.

E A CONAB O QUE FARÁ?

A Conab analisará a documentação e providenciará a classificação do produto. Se tudo estiver em conformidade com as exigências constantes do Título 27 do MOC, emitirá Nota Fiscal de aquisição.

QUAIS AS DESPESAS ABSORVÍVEIS / INDENIZÁVEIS PELA CONAB?

- a) a classificação do produto e o recolhimento do INSS e ICMS nas aquisições de agricultor e de associações de agricultores que não emitem Nota Fiscal;
- b) a classificação do produto e a indenização do INSS e ICMS, mediante apresentação do comprovante do recolhimento, nas aquisições de cooperativas ou associações de agricultores que emitem Nota Fiscal.

QUANDO O PARTICIPANTE RECEBERÁ O PAGAMENTO DO SEU PRODUTO?

- a) será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da data da emissão da Nota Fiscal, devendo o participante indicar a instituição bancária, o número da conta corrente e da agência, para o recebimento do valor referente à venda do produto. Na eventual inexistência de conta bancária, a Conab realizará o pagamento por meio de "Ordem de Pagamento", devendo o participante dirigir-se à instituição bancária indicada, de posse do CPF e dos documentos oficiais de identificação;
- b) quando a compra for de Grupo Formal (Pessoa Jurídica), a Conab fará a retenção na fonte do Imposto de Renda e Contribuições na forma da legislação vigente.

ENDEREÇOS DAS SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA CONAB

Consulte na página da Conab os endereços e contatos de cada Superintendência Regional.